



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 44ª REUNIÃO

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**21/11/2018
QUARTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Jorge Viana**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 21/11/2018.**

44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quarta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 78/2018 - Não Terminativo -	SENADOR LASIER MARTINS	8
2	MSF 81/2018 - Não Terminativo -	SENADOR AIRTON SANDOVAL	60

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 101/2018 - Não Terminativo -	SENADOR JORGE VIANA	101

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana
(19 titulares e 18 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
MDB			
Edison Lobão(8)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 Ailton Sandoval(8)(14)(26)(27)	SP
João Alberto Souza(8)	MA (061) 3303-6352 / 6349	2 Valdir Raupp(8)	RO (61) 3303-2252/2253
Roberto Requião(8)(14)	PR (61) 3303-6623/6624	3 Hélio José(PROS)(8)	DF (61) 3303-6640/6645/6646
Romero Jucá(8)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	4 Marta Suplicy(18)(22)(23)	SP (61) 3303-6510
Fernando Bezerra Coelho(22)	PE (61) 3303-2182		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
Gleisi Hoffmann(PT)(6)	PR (61) 3303-6271	1 Fátima Bezerra(PT)(6)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682
Guaracy Silveira(DC)(6)(17)(25)(31)(30)	TO	2 José Pimentel(PT)(6)	CE (61) 3303-6390 / 6391
Jorge Viana(PT)(6)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	3 Paulo Paim(PT)(6)	RS (61) 3303-5227/5232
Lindbergh Farias(PT)(6)	RJ (61) 3303-6427	4 Humberto Costa(PT)(6)(17)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Bloco Social Democrata(DEM, PSDB)			
Antonio Anastasia(PSDB)(3)	MG (61) 3303-5717	1 Cássio Cunha Lima(PSDB)(3)	PB (61) 3303-9808/9806/9809
Paulo Bauer(PSDB)(3)	SC (61) 3303-6529	2 Ronaldo Caiado(DEM)(9)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Ricardo Ferraço(PSDB)(3)(13)(24)	ES (61) 3303-6590	3 Flexa Ribeiro(PSDB)(12)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)(9)	RN (61) 3303-2361 a 2366	4 Tasso Jereissati(PSDB)(13)	CE (61) 3303-4502/4503
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
Lasier Martins(PSD)(7)	RS (61) 3303-2323	1 José Medeiros(PODE)(7)	MT (61) 3303-1146/1148
Ana Amélia(PP)(7)	RS (61) 3303 6083	2 Gladson Cameli(PP)(7)	AC (61) 3303-1123/1223/1324/1347/4206/4207/4687/4688/1822
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)			
Cristovam Buarque(PPS)(5)	DF (61) 3303-2281	1 Vanessa Grazziotin(PCdoB)(5)	AM (61) 3303-6726
VAGO(5)(19)(28)(29)		2 Randolfe Rodrigues(REDE)(2)	AP (61) 3303-6568
Bloco Moderador(PTC, PR, PTB, PRB)			
Fernando Collor(PTC)(4)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Wellington Fagundes(PR)(4)(15)(16)(11)(20)	MT (61) 3303-6213 a 6219
Pedro Chaves(PRB)(4)	MS	2 Armando Monteiro(PTB)(4)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

- (1) O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- (2) Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- (3) Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- (4) Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- (5) Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- (6) Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- (7) Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- (8) Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- (9) Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- (10) Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- (11) Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
- (12) Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
- (13) Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
- (14) Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
- (15) Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
- (16) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- (17) Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (Of. 74/2017-GLBPRD).

- (18) Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (19) Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (20) Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
- (21) Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- (22) Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
- (23) Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
- (24) Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
- (25) Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
- (26) Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
- (27) Em 28.05.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo MDB (Of 67/2018-GLPMDB).
- (28) Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 42/2018-GLBPDC).
- (29) Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
- (30) A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
- (31) Em 31.10.2018, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 004/2018-GLDPDT).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAUJO SOUZA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA

Em 21 de novembro de 2018
(quarta-feira)
às 10h

PAUTA
44ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

1ª PARTE	Indicação de Autoridade
2ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

1ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 78, de 2018****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FABIO GUIMARÃES FRANCO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 04/09/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 81, de 2018****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ AUGUSTO SILVEIRA DE ANDRADE FILHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Ayrton Sandoval

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 30/10/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

2ª PARTE**PAUTA****ITEM 1**

MENSAGEM (SF) Nº 101, de 2018**- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO FERNANDO DIAS FERES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Belarus.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)\)](#)

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

1



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 78, DE 2018

(nº 424/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FABIO GUIMARÃES FRANCO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 424

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FABIO GUIMARÃES FRANCO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.

Os méritos do Senhor Fabio Guimarães Franco que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de agosto de 2018.

EM nº 00207/2018 MRE

Brasília, 2 de Agosto de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **FABIO GUIMARÃES FRANCO**, ministro de segunda classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné-Bissau.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **FABIO GUIMARÃES FRANCO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 389 - C. Civil.

Em 8 de agosto de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FABIO GUIMARÃES FRANCO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *FABIO GUIMARÃES FRANCO*

CPF: 021.787.857-19

ID: 10448 MRE

1965 Filho de Renato do Rego Malheiros Franco e Arilva Guimarães Malheiros Franco, nasce em 8 de janeiro de 1965, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1986 Bachelor of Science em Finanças, College of Business Administration, Universidade de Illinois Champaign-Urbana, Estados Unidos

1992 CPCD - IRBr

2015 Curso de Altos Estudos - IRBr

Cargos:

1993 Terceiro-secretário

1998 Segundo-secretário

2005 Primeiro-secretário, por merecimento

2012 Conselheiro, por merecimento

2018 Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1993-96 Divisão da Ásia e Oceania I, Assistente e Subchefe

1996 Embaixada em Hanói, Encarregado de Negócios

1996-97 Instituto Rio Branco, Assistente do Diretor

1997-01 Embaixada junto à Santa Sé

2001-04 Consulado-Geral em Montevidéu (Cônsul-Adjunto)

2004-05 DAEX/Setor de Contratados Locais, Chefe

2004 Embaixada em Kinshasa, Encarregado de Negócios

2005-6 Ministério da Justiça, Chefe do Cerimonial

2006-08 Divisão da América Meridional II, Subchefe

2008-11 Consulado-Geral em Washington (Cônsul-Adjunto)

2011-15 Embaixada em Luanda

2015 Escritório Comercial em Taipé (Diretor)

Condecorações:

2001 Ordem de São Gregório Magno, Comendador (Santa Sé)

ALEXANDRE VIDAL PORTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

GUINÉ-BISSAU



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Guiné-Bissau
GENTÍLICO	bissau-guineense / guineense
CAPITAL	Bissau
ÁREA	36.125 Km²
POPULAÇÃO (2017)	1,861 milhão
LÍNGUA OFICIAL	Português (oficial), crioulo (kriol) e línguas africanas.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Religiões africanas (50%), Islamismo (45%) e Cristianismo (5%)
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional Popular (unicameral; atualmente com 102 assentos)
CHEFE DE ESTADO	José Mário Vaz (desde 23 de junho de 2014)
CHEFE DE GOVERNO	Aristides Gomes (desde 16 de abril de 2018)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E DAS COMUNIDADES	João Ribeiro Có (desde 25 de abril de 2018)
PIB Nominal (2017, Banco Mundial)	US\$ 1,23 bilhão
PIB Nominal per capita (2017, Banco Mundial)	US\$ 660
VARIAÇÃO DO PIB (%, Banco Mundial)	5,9 (2017); 6,3 (2016); 6,1 (2015); 1,0 (2014); 3,3 (2013), -1,7 (2012), 8,1 (2011); 4,6 (2010)
IDH (2015, PNUD)	0,420 (178º no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015)	55,2 anos
ALFABETIZAÇÃO (2014)	60,4%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)	11,6% (Banco Mundial)
UNIDADE MONETÁRIA	franco CFA ocidental (XOF)
EMBAIXADOR EM BISSAU	Fernando Apparicio da Silva
EMBAIXADOR NO BRASIL	Rui Barai (Encarregado de Negócios)

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

Brasil-Guiné-Bissau	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	10,75	8,43	11,69	14,76	21,21	7,72	4,90	2,64	3,39	3,70	3,74
Exportações	10,75	8,43	11,66	14,76	8,81	2,84	4,90	2,56	2,89	2,41	3,74
Importações	0	0	0,03	0	12,40	4,87	0	0,08	0,50	1,29	0

Informação elaborada em 27/07/2018, por Sarah de Andrade Ribeiro Venites. Revisada pelo D-DEAF, em 31/07/2018.

APRESENTAÇÃO

A República da Guiné-Bissau está situada na África Ocidental e é banhada pelo Oceano Atlântico. Faz fronteira com o Senegal, ao norte, e com a República da Guiné, ao sul e ao leste. A Guiné-Bissau é considerada, pelo Banco Mundial, um dos países mais pobres e frágeis do mundo.

A história da Guiné-Bissau está ligada à do arquipélago de Cabo Verde, ambos ex-colônias portuguesas. Em 1956, o intelectual Amílcar Cabral (bissau-guineense de família de imigrantes cabo-verdianos) fundou, no exílio, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), cujo objetivo era promover a independência da Guiné-Bissau e sua união a Cabo Verde. A guerrilha contra o colonizador teve início em 1961. Em 1973, Amílcar Cabral foi assassinado e os bissau-guineenses proclamaram a independência, reconhecida pelo governo português em 1974. Luís Cabral, irmão de Amílcar, assumiu a presidência e instituiu regime de partido único, de orientação marxista, liderado pelo PAIGC. Em 1980, Cabral foi deposto por golpe de estado, chefiado pelo General João Bernardo “Nino” Vieira. O golpe selou a separação entre o PAIGC da Guiné-Bissau e o de Cabo Verde, abortando, assim, o processo de unificação dos dois países.

O processo de transição para a democracia começou em 1990, e o país adotou o pluripartidarismo em maio do ano seguinte. Seguiram-se mais de duas décadas marcadas por turbulências políticas e econômicas. Em 2009, Nino Vieira (que voltara à Presidência por meio das urnas em 2005) foi assassinado, supostamente por tropas leais ao antigo comandante das forças armadas, General Tagmé Na Waié (ele próprio morto horas antes em atentado a bomba). As eleições presidenciais antecipadas, em junho de 2009, foram vencidas pelo candidato do PAIGC, Malan Bacai Sanhá, que viria a falecer em 2012, de causas naturais. As novas eleições presidenciais foram interrompidas por golpe de estado perpetrado em abril de 2012, sob a liderança do então comandante das Forças Armadas, General Antonio Indjai. O rechaço da comunidade internacional, com significativo corte de ajuda externa ao país, forçou as autoridades militares a instaurarem um governo de transição civil, liderado por Manuel Serifo Nhamadjo, dissidente do PAIGC. O processo culminou na convocação de eleições gerais, em abril de 2014 – ocasião em que foi eleito o atual presidente da República, José Mário Vaz.

PERFIS BIOGRÁFICOS

JOSÉ MARIO VAZ

Presidente da República



Também conhecido como JOMAV, José Mário Vaz é licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia de Portugal. Estagiou no Gabinete de Estudos Econômicos do Banco de Portugal com o então professor Cavaco Silva e foi, posteriormente, funcionário superior do antigo Banco Nacional da Guiné-Bissau. Concluiu o Curso de Análise Econômica e Política Financeira no Centro Africano de Estudos Monetários, em Dacar, e o Curso de Análise Econômica e Política Financeira no FMI, em Washington. Foi o primeiro presidente da Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura da Guiné-Bissau. Presidiu a Câmara Municipal de Bissau e o Conselho de Ministros da União Econômica e Monetária do Oeste Africano. Ocupava o cargo de Ministro das Finanças, no Governo deposto pelo golpe de abril de 2012. Mudou-se para Portugal e retornou à Guiné-Bissau em fevereiro de 2013, quando foi preso (e libertado três dias depois) a mando do Ministério Público, no contexto de inquéritos sobre alegado desaparecimento de EUR 9,1 milhões que Angola havia doado à Guiné-Bissau e que não teriam dado entrada nos cofres do Tesouro.

Foi o candidato do PAIGC nas eleições presidenciais de abril e maio de 2014, que marcaram o retorno à ordem constitucional no país. Foi eleito no segundo turno, com 61,9% dos votos válidos. Como Ministro das Finanças do Governo deposto, JOMAV tinha a preocupação de não atrasar o pagamento dos salários do funcionalismo, dos professores e também dos profissionais da saúde, fato que é amplamente citado e reconhecido pelos guineenses e que também lhe ajudou a conquistar a vitória nas eleições presidenciais.

ARISTIDES GOMES

Primeiro-Ministro



Aristides Gomes é sociólogo e cientista político formado pela Universidade de Paris VIII. Já exerceu o cargo de primeiro-ministro no passado, entre novembro de 2005 e abril de 2007. Membro do PAIGC desde 1973, desfilou-se do partido para formar o Partido Republicano da Independência e Desenvolvimento (PRID), legenda que abandonou para regressar ao PAIGC em 2013. A nomeação de Aristides Gomes teve o apoio do PAIGC e do PRS (Partido de Renovação Social – principal partido de oposição ao governo).

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil foi o primeiro país fora do bloco socialista a reconhecer a independência da República da Guiné-Bissau, ainda em 1974. A embaixada brasileira em Bissau foi aberta naquele mesmo ano. A embaixada da Guiné-Bissau em Brasília foi aberta em 2011, com financiamento brasileiro, por intermédio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Após o golpe de estado de abril de 2012, sob o comando do então Chefe do Estado Maior Geral das Forças Armadas, General António Indjai, a Guiné-Bissau foi submetida a virtual isolamento pela comunidade internacional. O Brasil não reconheceu o governo provisório, e as relações bilaterais ficaram praticamente paralisadas até as eleições gerais de abril e maio de 2014, que marcaram o retorno à democracia.

O último Chefe de Estado brasileiro a visitar a Guiné-Bissau foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2005. Do lado bissau-guineense, em janeiro de 2015, o presidente José Mario Vaz participou da cerimônia de posse da presidente Dilma Rousseff. O então primeiro-ministro Baciro Djá representou a Guiné-Bissau na Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, em 1/11/2016. Do lado brasileiro, a mais recente visita de chanceler ocorreu em 2011 (ida do então chanceler Antônio Patriota a Bissau). Do lado bissau-guineense, o então chanceler Soares Sambu participou da Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em Brasília, no dia 31/10/2016.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A cooperação técnica do Brasil com a Guiné-Bissau abrange diversas áreas, como saúde, agricultura, educação, formação profissional e fortalecimento das instituições do Estado. O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau foi assinado em 18/5/1978 e promulgado em 1/8/1979. Em função do golpe de estado de 2012, a maior parte das iniciativas de cooperação foi temporariamente suspensa. Por ocasião das eleições gerais de 2014, o Tribunal Superior Eleitoral, em atenção a pedido da Comissão Nacional de Eleições da Guiné-Bissau, enviou missão técnica para prestar apoio à organização do pleito. O Brasil

também enviou integrantes às missões de observação eleitoral da CPLP. Com a posse do novo Governo retomou-se plenamente o programa de cooperação técnica com o país.

A cooperação bilateral brasileira com a Guiné-Bissau chega a US\$ 2,2 milhões, dos quais o Governo brasileiro colabora com USD 1,8 milhão, para financiamento dos seguintes projetos:

1) Projeto “Centro de Formação Profissional Brasil – Guiné-Bissau – Fase III – Consolidação e Transferência de Gestão”, desenvolvido em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. Desde 2006, o Centro de Formação já formou mais de 3.500 alunos nas 10 áreas de capacitação profissional oferecidas (panificação, carpintaria, serralheria, manutenção de microcomputadores, pedreiro, mecânica de autos, eletricista, encanador, manutenção de refrigeração e corte e costura). O lado bissau-guineense tem demonstrado dificuldades em assegurar sua contrapartida local nos projetos bilaterais, principalmente naqueles que envolvem a assunção dos salários dos técnicos locais nos projetos de grande escopo, como é o caso do Centro de Formação Profissional.

2) Projeto “Implantação e Implementação de Unidade de Processamento do Pedúnculo do Caju e Outras Frutas Tropicais na Guiné-Bissau”, desenvolvido em parceria com a EMBRAPA. Foi contratado, em 14/06/2018, conforme previsto no documento de projeto, arquiteto guineense responsável pelo projeto de reforma arquitetônica necessária para instalação da referida unidade no espaço físico cedido pelo Centro de Processamento do Caju – CPC.

3) Projeto “Apoio na Área de Diagnóstico Laboratorial do HIV e de outras doenças infecciosas na Guiné-Bissau”, desenvolvido em parceria com o Ministério da Saúde. Encontra-se em negociação a segunda fase do projeto “Fortalecimento do Combate ao HIV/Aids na Guiné-Bissau”. A primeira fase da iniciativa foi finalizada em novembro de 2016 e foi avaliada positivamente. Missão de prospecção da fase II do referido projeto foi realizada em junho de 2017 e pretende-se firmar o novo documento no segundo semestre de 2018.

4) Protocolo de entendimento firmado entre o TSE e a Comissão Nacional de Eleições – CNE/GB. Foi realizada, em agosto de 2017, missão de intercâmbio de conhecimentos de técnicos da área. A iniciativa foi proveitosa e, de acordo com informações transmitidas pelas autoridades guineenses, muito do que foi visto e aprendido durante a missão será colocado em prática no próximo pleito eleitoral guineense, previsto para o corrente ano. Vislumbra-se a possibilidade de continuidade na cooperação no âmbito eleitoral, após a realização do processo eleitoral nos dois países (no Brasil em outubro e na Guiné-Bissau previsto para novembro).

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em reposta a solicitação urgente do Ministério da Saúde Pública da Guiné-Bissau, em 2016 o governo brasileiro realizou doação de medicamentos antirretrovirais e outros insumos: 2.382.720 comprimidos/79.424 frascos de ARV Tenofovir 300 mg; 4.765.440 comprimidos/13.237 frascos de Lamivudina 150 mg; 2.382.720 comprimidos/79.424 frascos de Efavirenz 600 mg; 5 milhões de unidades de preservativos masculinos; 150 mil unidades de fluido oral para testes; 22 mil unidades de testes rápidos confirmatórios.

COOPERAÇÃO TRILATERAL

No âmbito da pauta de cooperação técnica trilateral, atualmente são desenvolvidas iniciativas em parceria com três organismos internacionais, a saber, UNESCO, PMA e FAO, nas áreas de educação, segurança alimentar e segurança pública. Cabe ressaltar que a parceria com a UNODC, que permitiu o estabelecimento do Centro de Formação das Forças de Segurança, foi encerrada em 2006, no entanto, a iniciativa continua sendo implementada na modalidade bilateral.

UNESCO – *Projeto Jovens Lideranças para a multiplicação de boas práticas socioeducativas. Fase II.* Tem o objetivo de promover o desenvolvimento comunitário por meio da melhoria da qualidade do ensino fundamental e da oferta de atividades complementares nas áreas de cultura, esporte e lazer para as crianças, os jovens, suas famílias e a comunidade local. O projeto permitiu, até o momento, a construção do Centro Educacional Amizade São Paulo (CEASP), inaugurado em novembro de 2014, que oferece ensino básico, da primeira à quarta série, para 210 crianças, bem como oficinas de educação não formal para os alunos da escola e jovens do Bairro São Paulo de Bissau. Atualmente, está sendo desenvolvido um plano de sustentabilidade do Centro, para garantir a continuação das ações após a conclusão do

projeto. A iniciativa deverá ser finalizada em dezembro de 2018 com a realização de um seminário internacional para a apresentação dos resultados finais.

UNODC (atualmente bilateral) – Projeto Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau – Fase III. Tem o objetivo de contribuir para a reestruturação e a modernização do setor de segurança da República da Guiné-Bissau. O projeto conta com um orçamento total de US\$ 1.464,598 e visa à incorporação do Centro de Formação na estrutura governamental da Guiné-Bissau.

UNODC – Projeto Fortalecimento da Capacidade Jurídica dos Magistrados do Ministério Público da Guiné-Bissau. Tem o objetivo de desenvolver as capacidades dos magistrados da Guiné-Bissau nas áreas de (i) combate à corrupção e lavagem de dinheiro; (ii) combate ao tráfico de drogas e de pessoas; (iii) combate ao terrorismo e técnicas de investigação; e (iv) tutela coletiva com ênfase na área ambiental. As atividades de formação preveem a realização de 4 módulos de capacitação para 40 magistrados cada. Foram realizados 2 módulos em 2016 e 2 módulos em 2018. Ainda em 2018, está prevista visita técnica de magistrados da Guiné-Bissau ao Brasil para a elaboração de manuais práticos de atuação e formação teórica do Ministério Público. A iniciativa será finalizada oficialmente em novembro de 2019.

PMA e FAO – Projeto Fortalecimento do Programa de Cantinas Escolares de Guiné-Bissau. Tem o objetivo de desenvolver capacidades técnicas e institucionais para elaboração e implementação de um Programa Nacional de Cantinas Escolares na Guiné-Bissau que contemple componente de compras locais e de fortalecimento da agricultura familiar, a partir de experiência piloto que envolverá 30 escolas espalhadas pelas oito regiões do país. O projeto, desenvolvido ao abrigo do *Programa de Execução Brasil-PMA para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar*, foi assinado em abril de 2018 e tem vigência até abril de 2020. Pelo Governo brasileiro, participam da iniciativa, além da ABC, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Secretaria Especial de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (SEAD). A contribuição financeira do Governo brasileiro e do PMA para a execução do projeto será de cerca de US\$ 135 mil e US\$ 60 mil, respectivamente. O escritório da FAO em Bissau participou das reuniões preparatórias, realizadas em novembro de 2016 e março de 2017, em que se discutiu a elaboração do projeto. A FAO, contudo, não é signatária do documento. Reconheceu-se que a FAO, que dá apoio ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, deve ter participação na execução do projeto, no que se refere ao componente de agricultura familiar, e acordou-se que essa participação deverá ser negociada e devidamente formalizada. Esse arranjo de parcerias representa inovação significativa para a cooperação sul-sul trilateral brasileira uma vez que enseja uma ação integrada com dois organismos internacionais e um país parceiro.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A Guiné-Bissau é uma importante parceira nos Programas Estudantes-Convênio (PEC-G e PEC-PG). No PEC-G, a Guiné-Bissau ocupa o 2º lugar entre os países com maior número de participantes. O país voltou a enviar candidaturas em 2016, após ter sido “suspense” do PEC-G durante o período de instabilidade institucional interna. Após esse interregno, notou-se tendência de que os alunos da Guiné-Bissau venham ao Brasil para cursos em universidades particulares, nem sempre credenciadas junto ao MEC e ao amparo de bolsas concedidas por ONGs locais. Desde o ano 2000, 1.391 estudantes da Guiné-Bissau participaram do PEC-G, e 59, do PEC-PG.

COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS

A quase totalidade do comércio bilateral com a Guiné-Bissau corresponde às exportações brasileiras. Em 2015 e 2016, o Brasil chegou a importar castanhas (sob a rubrica “cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, frescos ou secos, mesmo sem casca ou pelados”), mas não há registro de importação em 2017. Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2017 foram açúcar (38% do total), extratos de malte (15,1%), e arroz (14,9%). Não há registro de investimentos brasileiros diretos na Guiné-Bissau, tampouco registro de investimentos do país africano no Brasil.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

A Guiné-Bissau tem dívida soberana com o Brasil no valor de US\$ 38.849.734,40. Os entendimentos alcançados com o governo bissau-guineense e já aprovados pelo Comitê de Avaliação de

Créditos ao Exterior (COMACE) preveem um abatimento de 95% do montante da dívida. Caso o perdão de 95% proposto pelo Executivo venha a ser confirmado pelo Senado Federal, o saldo remanescente, de US\$ 1.942.486,72, poderá ser pago pelo governo da Guiné-Bissau em 20 parcelas semestrais.

ASSUNTOS CONSULARES

A rede consular brasileira na Guiné-Bissau restringe-se ao Setor Consular da embaixada em Bissau. Não há cônsules honorários do Brasil no país. Há cerca de 300 brasileiros residentes. A comunidade brasileira é composta essencialmente por missionários religiosos e funcionários de organismos internacionais. Não há empresas brasileiras em operação no país.

Há dois cidadãos brasileiros presos, acusados de tráfico de drogas, na Guiné-Bissau. As autoridades guineenses solicitaram a transferência para cumprimento de pena dos detentos ao Brasil, o que está sendo analisado pelas autoridades centrais dos dois países, com base na Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.

POLÍTICA INTERNA

O PAIGC foi o grande vencedor das eleições gerais de 2014. Obteve 57 dos 102 assentos na Assembleia Nacional Popular, seguido pelo Partido da Renovação Social (PRS), com 41 assentos. As eleições presidenciais foram vencidas, no segundo turno, pelo candidato José Mário Vaz (PAIGC), com 61,9% dos votos, contra 38,1% do opositor Nuno Gomes Nabiam (independente). A comunidade internacional – amplamente presente no terreno por meio de missões de observação eleitoral – foi unânime ao atestar a lisura e a legitimidade do pleito. Diante dos resultados amplamente favoráveis ao PAIGC, o Presidente do partido, Domingos Simões Pereira, foi nomeado Primeiro-Ministro. Houve dificuldades de relacionamento entre o presidente da República e o então primeiro-ministro. Um dos principais motivos seria a própria ambiguidade na Constituição da Guiné-Bissau quanto às competências de cada autoridade. Em agosto de 2015, o Presidente anunciou a exoneração de Domingos Simões Pereira, desencadeando sucessivas nomeações malsucedidas, na falta de aprovação de programas de governo.

A aprovação do programa de governo pela Assembleia Nacional Popular (ANP) no prazo de três meses a partir da nomeação de um primeiro-ministro é exigência constitucional na Guiné Bissau. Se o programa de governo não é aprovado em primeira votação, é possível submetê-lo para uma segunda e última apreciação. Em dezembro de 2015, o então primeiro-ministro Carlos Correia (PAIGC) não conseguiu aprovar o programa de governo, em razão da abstenção de quinze deputados de seu partido. Os quinze foram afastados do PAIGC, levando à perda da maioria absoluta do partido na ANP. Seguiu-se, a partir de janeiro de 2016, bloqueio da plenária da Assembleia que se estendeu até abril de 2018 e que impediu que todos os primeiros-ministros que se sucederam no cargo após Correia lograssem ver examinados seus respectivos programas de governo.

Na sequência de Domingos Simões Pereira (PAIGC), Baciro Djá (PAIGC), Carlos Correia (PAIGC), novamente Baciro Djá, Umaro Sissoko Embaló (PAIGC) e Artur Silva (PAIGC), Aristides Gomes (PAIGC/PRID) foi o sétimo primeiro-ministro a tomar posse, desde as eleições legislativas de 2014. O PAIGC e o PRS arvoraram para si a iniciativa de ter proposto o nome de Aristides Gomes, que assumiu o cargo aos 16 de abril de 2018.

A principal missão do primeiro-ministro é conduzir o governo até as eleições gerais previstas para o próximo dia 18 de novembro. Entre os objetivos apontados por Aristides Gomes estão: a) atacar os fatores que causam a crise política; b) administrar um governo de consenso; c) buscar a estabilização social e econômica do país de forma a haver diálogo entre todas as partes; d) trabalhar na necessidade de refundação do Estado da Guiné-Bissau, de forma a evitar sucessivas crises políticas, como tem sido até agora. Segundo o primeiro-ministro, estão sendo estudadas reformas estruturais nas áreas de defesa e segurança, justiça, administração pública e organização econômica.

No último dia 19 de abril, o plenário da ANP elegeu José Pedro Sambú para a presidência da Comissão Nacional de Eleições da Guiné-Bissau. Secretário-executivo e, nessa condição, presidente interino da Comissão, José Pedro Sambú havia estado no Brasil em outubro de 2016, a convite do TSE, para acompanhar a realização das eleições municipais brasileiras. Na ocasião, Sambú e o então presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes, assinaram memorando de entendimento sobre intercâmbio de

experiências entre o Brasil e a Guiné-Bissau em matéria eleitoral, ao abrigo do qual algumas atividades já foram realizadas. No mesmo dia 19 de abril, moradores da capital foram surpreendidos com o corte de água canalizada e energia elétrica. Bissau ficou às escuras durante quatro dias. A medida, sem qualquer aviso prévio à população, foi tomada pelo novo primeiro-ministro, Aristides Gomes, que proibiu, por meio de medida provisória, a movimentação de todas as contas públicas até a formação do novo governo. Houve comentários de que a decisão de impedir gastos teria a finalidade de evitar o escoamento de recursos públicos disponíveis pelos ministros e outras autoridades cessantes.

O presidente José Mário Vaz anunciou, no dia 25 de abril, o novo governo do primeiro-ministro Aristides Gomes, após tensas negociações mediadas por comissão da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A CEDEAO tem desempenhado, como se verá adiante, papel central como mediadora da crise política em Bissau. Ao todo, foram distribuídos 18 ministérios e 8 secretarias de Estado. No dia 30 de abril, causou surpresa a nomeação de Botché Candé, um dos sancionados pela CEDEAO, como Ministro da Defesa e da Segurança Interna e Externa, por decreto assinado pelo PR José Mário Vaz. A manobra do presidente desrespeita o acordo obtido junto à CEDEAO e aos partidos políticos de um "Executivo de consenso".

Em 19 de junho, os deputados da Assembleia Nacional Popular aprovaram, por unanimidade, o programa de governo do primeiro-ministro Aristides Gomes. Ao apresentar o programa de governo aos parlamentares, Aristides Gomes referiu-se às eleições legislativas de 18 de novembro e declarou que o governo tudo fará para a criação de condições técnicas e materiais para que as eleições sejam uma realidade no país. Entre outros assuntos abordados, o primeiro-ministro fez alusão a sanções impostas (pela CEDEAO) contra políticos do país e anunciou que estão sendo feitas diligências para o seu levantamento.

POLÍTICA EXTERNA

CEDEAO

Em setembro de 2016, diante da perspectiva de agravamento da crise política, realizou-se missão de chanceleres da CEDEAO à Guiné-Bissau, com o objetivo de encontrar soluções para o impasse interno. Ao cabo da missão, a CEDEAO comunicou a adoção de um Plano de Crise baseado em seis pontos: (i) promover um diálogo inclusivo; (ii) formar um governo de consenso; (iii) levar a cabo a reforma da Constituição; (iv) estabelecer um mecanismo de monitoramento; (v) implementar o Programa de Reforma da Defesa e Segurança; e (vi) proceder à desmobilização gradual da Missão da CEDEAO na Guiné-Bissau (*ECOMIB – ECOWAS Mission in Guinea-Bissau*), no prazo de seis meses.

Ao abrigo do Plano, representantes dos partidos políticos e da sociedade civil guineense reuniram-se em Conacri, em outubro de 2016, e negociaram o Acordo de Conacri, que, sob a supervisão da CEDEAO, estabeleceu que um primeiro-ministro, da confiança do presidente da República, deveria ser designado. Além disso, um governo inclusivo, cuja composição refletisse a participação dos partidos no Parlamento, deveria ser formado. O Acordo de Conacri não fez constar qualquer nome supostamente consensual para assumir a chefia do governo guineense. Diante disso, José Mário Vaz nomeou um dos seus assessores mais próximos, Umaro Sissoko, para chefiar o novo governo empossado em dezembro de 2016. O PAIGC não aceitou a indicação de Sissoko e declarou que se dissociaria do novo governo.

Na cimeira da CEDEAO realizada em Monróvia, em 4 de junho de 2017, José Mário Vaz pediu aos seus homólogos para transferir para a Guiné-Bissau o trabalho de facilitação de um entendimento que permitisse solucionar a crise político-institucional em que se encontrava o país. Nesse sentido, foi realizada tentativa de mediação pelo chamado Grupo de Mulheres Facilitadoras do Diálogo, capitaneado pela militante histórica do PAIGC Francisca “Zinha” Vaz. Ao cabo dos trabalhos, foi entregue relatório ao presidente da República, no qual se salientava a importância da construção de espaços de diálogo organizado e permanente, e lamentava-se o acirramento da crise político-institucional, a qual teria levado o país a uma situação de completa estagnação.

Entre 25 e 27 de julho de 2017, o Embaixador Mauro Vieira, na qualidade de Presidente da Configuração para a Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz da ONU (CCP), realizou missão ao país. A visita teve o objetivo de verificar o desenvolvimento do processo de diálogo nacional, por meio

de encontros com autoridades do governo, missões diplomáticas, sociedade civil e organismos internacionais.

O Presidente José Mário Vaz apresentou, na cimeira da CEDEAO realizada em dezembro de 2017, em Abuja, Roteiro para a Saída da Crise Político-Institucional da Guiné-Bissau. O roteiro propunha a aceitação da reintegração imediata e incondicional dos parlamentares afastados do PAIGC; a reabertura imediata da plenária da Assembleia Nacional Popular; e a exoneração do primeiro-ministro Umaro Sissoko em prol da indicação de um nome de consenso. Umaro Sissoko foi exonerado no dia 16 de janeiro de 2018. O roteiro de José Mário Vaz propunha, ademais, a realização de eleições gerais apenas em 2019, desrespeitando, na prática, os prazos constitucionais que preveem eleições legislativas para 2018.

O então representante especial do SGNU para a Guiné-Bissau, Modibo Touré, esteve no país no dia 22 de janeiro de 2018, tendo informado o corpo diplomático de que a missão da CEDEAO a Bissau (em 18 de janeiro) foi incisiva em exigir a implementação do Acordo de Conacri, sob pena de imposição de sanções, tendo defendido explicitamente a nomeação de Augusto Olivais como primeiro-ministro. Modibo Touré confirmou a informação de que o PAIGC aceitou a reintegração dos deputados dissidentes do “Grupo dos 15” na estrutura do partido, nas funções que exerciam previamente à expulsão (embora, a essa altura, o Grupo tivesse apenas 11 integrantes: dois deputados já haviam retornado ao partido e dois haviam falecido).

Na sequência da nomeação de Artur Silva, em janeiro, nova missão de alto nível da CEDEAO foi a Bissau (dia 31 de janeiro de 2018). A missão sinalizou que a CEDEAO aceitaria outro nome que não o de Augusto Olivais, desde que fosse apoiado pelo PAIGC, mas, na ótica da missão, Artur Silva não reunia o consenso necessário. Assim, a organização optou por estabelecer sanções a 19 personalidades do país por alegada obstrução ao Acordo de Conacri. Na sequência do anúncio das sanções, interpretadas por parte da população como indevida ingerência estrangeira nos assuntos internos do país, houve protestos diante da representação da CEDEAO em Bissau.

Em comunicado conjunto divulgado no dia 08 de fevereiro, o SGNU, António Guterres, e o *Chairperson* da União Africana, Moussa Faki Mahamat, manifestaram apoio às medidas implementadas pela CEDEAO. Posteriormente, em 28 de fevereiro, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou, por unanimidade, a Resolução 2404, que estende o mandato do Escritório Integrado das Nações Unidas para a Construção da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) por um período de 12 meses, até 28 de fevereiro de 2019. O documento define como prioridades para atuação do UNIOGBIS o apoio à implementação do Acordo de Conacri e do roteiro da CEDEAO, além de apoio ao processo eleitoral para garantir eleições legislativas em 2018, de acordo com o arcabouço legal. Sobretudo devido à oposição da China e da Rússia, o texto apenas “toma nota” e “reconhece” as sanções impostas pela CEDEAO, sem apoiar abertamente as medidas contra as 19 personalidades sancionadas.

Em linhas gerais, essa é a mesma posição do Brasil, que prefere enxergar nas eleições legislativas previstas para 2018 o caminho mais adequado para a solução do impasse político, não apoiando, por princípio, a imposição de sanções como meio para se chegar a bom termo em negociações sobre problema que tem origem em desavenças internas no seio do partido governista. Nesse sentido, é importante destacar que o nome de Augusto Olivais tampouco era consensual, já tendo o PRS se posicionado contra sua indicação como primeiro-ministro.

O tema tem repercutido nas reuniões da CPLP, havendo pressão da imprensa portuguesa para que a Secretária Executiva da organização, Maria do Carmo Silveira, profira um posicionamento sobre as sanções impostas pela CEDEAO. Entretanto, entre os países membros do bloco, não há consenso sobre a eficácia das sanções; além disso, sendo as decisões dentro da organização necessariamente obtidas por consenso, conforme estipula seu estatuto, torna-se tecnicamente impossível obter apoio da Guiné-Bissau a sanções impostas contra suas próprias autoridades.

A posição brasileira tem sido a de angariar apoio para a realização de eleições legislativas transparentes e legítimas em 2018, conforme estipula a Constituição do país. Há, contudo, alguns obstáculos a serem superados: o primeiro deles é a capacidade logística do país para organizar o pleito ainda este ano. O apoio que o Brasil oferece poderá, neste ano, ser mais modesto, uma vez que são grandes as possibilidades de o sufrágio na Guiné-Bissau, se realmente realizado, coincidir com as eleições presidenciais no Brasil, dificultando o envio de missão relevante.

CPLP

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é considerada importante parceira internacional da Guiné-Bissau e integra, juntamente com ONU, União Europeia, União Africana e CEDEAO, o “Grupo dos cinco parceiros internacionais” do país. Esse grupo tem estado articulado e em permanente diálogo com os principais atores políticos guineenses desde o início da atual crise política, buscando contribuir para um desenlace negociado e constitucional.

A Guiné-Bissau nutre expectativas em relação ao apoio da Comunidade ao país, sobretudo no que se refere à defesa dos interesses guineenses em foros internacionais, ao fornecimento de assistência técnica para o reforço da capacidade institucional e a contribuições ao orçamento do país. Por sua vez, a CPLP tem reiterado seu compromisso de apoiar o governo da Guiné-Bissau, em concertação com os demais parceiros internacionais, no esforço de reconstrução do país, no reforço das instituições democráticas e nas reformas nas áreas de defesa e segurança, justiça, administração e finanças públicas. Nesse sentido, criou-se uma rubrica no Fundo Especial, intitulada “Cooperação da CPLP com a Guiné-Bissau”, com vistas a apoiar projetos apresentados pela Guiné-Bissau nas áreas consideradas prioritárias - área social, com ênfase no setor de saúde, privilegiando mulheres e crianças como público beneficiário, e formação e requalificação profissional.

ONU

O Brasil exerce a Presidência da Configuração Guiné-Bissau da Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas (CCP), desde sua criação, em 2007. A CCP tem procurado mobilizar o apoio da comunidade internacional com vistas a: (i) garantir condições para a conclusão do primeiro ciclo democrático completo no país; (ii) combater a insegurança alimentar; (iii) coordenar iniciativas para a implementação do processo de Reforma do Setor de Segurança; e (iv) incentivar medidas de prevenção e combate ao vírus ebola. A CCP mantém um Escritório Integrado de Apoio à Consolidação da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), atualmente comandado pelo embaixador José Viegas Filho.

O Representante do Brasil junto às Nações Unidas, embaixador Mauro Vieira, tem realizado viagens de trabalho ao país, na condição de presidente da Configuração Guiné-Bissau. A mais recente se deu de 24 a 26 de julho último.

União Europeia

A União Europeia (UE) manifesta-se com recorrência sobre a permanentemente frágil situação securitária e institucional do país. O bloco anunciou, às vésperas da Conferência Internacional de Bruxelas, em 2015, a suspensão das sanções coletivas que havia imposto ao país. Apoiou, contudo, a manutenção de sanções individuais impostas pela ONU, contra “pessoas, entidades e organismos que ameaçam a paz, a segurança ou a estabilidade da República da Guiné-Bissau”. Em 2018, a UE manifestou apoio às sanções impostas pela CEDEAO.

Portugal

Lisboa vem demonstrando empenho em retomar a agenda de cooperação bilateral. Altas autoridades portuguesas já visitaram o país desde o retorno à democracia, como o ex-primeiro-ministro Pedro Passos (2015) e o ex-chanceler Rui Machete (2014). Na esteira da reaproximação, foi assinado, por ocasião da visita do ex-primeiro-ministro português, o Programa Estratégico de Cooperação 2015-2020, ao abrigo do qual se assegurou a liberação de EUR 40 milhões prometidos por Portugal, na Conferência de Bruxelas, para projetos de cooperação. Igualmente digna de nota foi a assinatura, em março de 2015, de Acordo de Cooperação Técnico-Militar, que prevê três ações principais: reativação de programa de ensino militar, doação de dois botes pneumáticos com motores à marinha bissau-guineense e apoio de engenheiros militares na avaliação das necessidades das forças armadas do país.

No último dia 26 de junho, chegou a Bissau missão portuguesa, para examinar possibilidade de apoio ao governo guineense no processo de recenseamento eleitoral, tendo em vista as eleições de 18 de novembro próximo. O recenseamento eleitoral é, na Guiné-Bissau, atribuição do governo, por intermédio

do Gabinete de Apoio ao Processo Eleitoral (GETAP), órgão do Ministério da Administração Territorial. O apoio técnico de Portugal consistiria na doação ou empréstimo de *kits* para o recenseamento biométrico dos eleitores. Deve-se lembrar, ainda, que Portugal mantém um dos três centros culturais instalados em Bissau (ao lado de Brasil e França).

Nigéria

A Nigéria é um ator tido como essencial para o equilíbrio da Guiné-Bissau. O país figurou entre os principais doadores individuais para as eleições gerais de 2014, quando contribuiu com US\$ 6 milhões, além de 150 *kits* eleitorais.

Angola

Os guineenses nutrem pelos angolanos uma relação de proximidade histórica e política que não encontra paralelo nas relações com os países da África Ocidental, em função das relações históricas entre os dois países, que remontam à época da luta anticolonial. As relações bilaterais ficaram estremecidas quando, com o golpe militar de 2012, a missão interposta por Angola na Guiné-Bissau (MISSANG) foi expulsa do país e substituída pela Missão da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental na Guiné-Bissau (ECOMIB). Marco na reaproximação bilateral foi a visita do Presidente da Assembleia Nacional Parlamentar (ANP) da Guiné-Bissau, Cipriano Cassamá, a Luanda, em junho de 2015. Na ocasião, Cassamá pediu desculpas ao povo de Angola “pelos acontecimentos vergonhosos e tristes ocorridos em 12 de abril de 2012” (data do golpe militar).

No dia 10 de abril de 2018, o vice-presidente da Assembleia Nacional de Angola, general Higino Carneiro, chefiou delegação de alto nível que realizou visita de trabalho a Bissau. O objetivo da missão foi discutir a retomada da cooperação bilateral, interrompida desde o golpe de Estado de abril de 2012, no marco do acordo geral de cooperação econômica, científica, técnica e cultural que os dois países assinaram em 2007. A delegação angolana foi recebida pelo presidente da República, José Mário Vaz, pelo presidente da Assembleia Nacional Popular, Cipriano Cassamá, e pelo então primeiro-ministro Artur Silva.

A construção do porto de Buba, ao ofuscar o de Dacar, não seria do interesse do Senegal. A Dacar não agrada tampouco o envolvimento econômico, político e militar de Angola na região. Recorde-se que a presença da Missão Militar Angolana (MISSANG) foi apontada como uma das razões que teriam motivado a CEDEAO a apoiar o golpe de Estado de abril de 2012. A MISSANG foi encorajada, negociada e autorizada pelo ex-primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, que, não tivesse havido o golpe, teria sido eleito presidente da República no segundo turno das eleições presidenciais, que se realizariam poucos dias após o golpe. Uma das primeiras medidas do governo de transição foi determinar a retirada da MISSANG.

Em favor das relações entre Angola e a Guiné-Bissau atuam as estreitas e históricas relações entre o MPLA e o PAIGC. Numerosa delegação do MPLA foi a Bissau em janeiro para prestigiar o congresso nacional do partido guineense. Por outro lado, a CEDEAO tem cortejado o PAIGC. No seu discurso na cerimônia de encerramento do congresso, o presidente do partido, Domingos Simões Pereira, agradeceu o apoio da CEDEAO relativamente ao impasse político-institucional em curso no país. Domingos Simões Pereira tinha em mente as sanções contra personalidades guineenses que estariam obstruindo a execução do Acordo de Conacri. O anúncio das sanções pela CEDEAO ocorreu praticamente no dia seguinte ao encerramento do congresso partidário.

Não obstante o apoio da CEDEAO ao PAIGC, cabe recordar que, em 2012, a organização oeste-africana apoiou o golpe de Estado de 12 de abril, que alijou o referido partido do poder. Ademais, é voz corrente entre os guineenses que o Senegal, desde a independência, tem interesse numa Guiné-Bissau fragilizada, política e militarmente, e pobre. Não se deve dissociar a questão da Casamance desse alegado interesse. Já o MPLA é um aliado histórico do PAIGC, e a densidade das relações bilaterais desde a independência de ambos os países há quarenta anos contrabalançaria o peso dos ressentimentos decorrentes da decisão do governo de transição de expulsar a MISSANG em 2012.

Ainda sobre a percepção de que existiria da parte de Dacar interesse em dificultar o desenvolvimento da Guiné-Bissau, os mesmos órgãos da imprensa local que deram destaque à missão de alto nível enviada por Luanda noticiaram, coincidentemente ou não, que, até o final do corrente ano, o presidente da República deseja ver renegociado com Dacar o acordo de partilha dos hidrocarbonetos que especialistas acreditam existirem na plataforma continental situada na Zona de Exploração Conjunta (ZEC)

que os dois países criaram em 1993. Assinado pelos então presidentes Nino Vieira, da Guiné-Bissau, e Abdou Diouf, do Senegal, o acordo estabelece que os hidrocarbonetos existentes na ZEC seriam repartidos na proporção de 85% para os senegaleses e 15% para os guineenses. O atual presidente guineense, José Mário Vaz, denunciou o acordo em dezembro de 2014, e propôs ao Senegal a reabertura de negociações para fixação de novas bases de exploração.

China e BRICS

A China tem interesses comerciais na Guiné-Bissau, concentrados sobretudo na exploração de madeira, e, por meio de uma política ativa de doação de equipamentos e de construção de prédios públicos, vem conquistando espaço junto ao governo. A China construiu o Palácio de Governo, o Palácio de Justiça e o Estádio de Bissau; reconstruiu o Palácio Presidencial e é uma grande doadora de equipamentos, como computadores, para uso da administração pública guineense. Foi um dos poucos países que não suspenderam iniciativas de cooperação bilateral após o golpe de 2012.

Embora os demais países do BRICS também contem com embaixadas residentes em Bissau, seus embaixadores tiveram atuação discreta ao longo da recente crise em torno da formação do novo Governo. Assim como a Embaixada da China, as embaixadas da Rússia, Índia e a África do Sul não têm participação ativa nas reuniões periódicas da comunidade internacional na capital bissau-guineense. China e Rússia opuseram-se às sanções impostas pela CEDEAO, quando da votação da Resolução 2404 do CSNU, em fevereiro de 2018.

ECONOMIA

A Guiné-Bissau é um dos países mais pobres do mundo. Sua economia é baseada no setor agrícola, que responde por 60% do PIB, 96% das exportações e 85% dos empregos do país. Os principais produtos são castanha de caju, arroz, milho, sorgo, banana e manga. Com disponibilidade de terras aráveis e de água, o setor primário tem amplo potencial de desenvolvimento, hoje limitado pela carência de infraestrutura e de investimentos. A indústria representa 12% do PIB guineense.

Após forte abalo econômico que se seguiu ao golpe de estado de 2012 (ano no qual o PIB regrediu 1,7%), o país vem seguindo trajetória de recuperação econômica. Registrou-se crescimento de 3,3% em 2013, de 6,1% em 2015 e de 5,9% em 2017, segundo dados do Banco Mundial. A estabilização política vem permitindo o regresso da cooperação técnica e dos parceiros econômicos do país, auxiliando o estado a expandir sua base fiscal e a melhorar a provisão de serviços públicos.

A agricultura guineense é de natureza familiar. Os pequenos produtores praticam agricultura de subsistência, responsável por 90% da produção alimentar do país. Também cultivado majoritariamente por pequenos agricultores, o cajueiro é a principal fonte de renda. A depender da safra, que é função das condições climáticas, e do preço mínimo de compra da castanha, que é fixado pelo governo, o caju injeta renda no conjunto da economia, em benefício da pequena agricultura familiar, sendo visto, nessas condições, como atividade que atua em prol do combate à pobreza. A castanha é destinada ao mercado internacional (*in natura*, sem agregação de valor) e constitui o principal produto da pauta de exportação. O principal comprador é a Índia, que, em 2017, comprou 170 mil das 200 mil toneladas produzidas no país. Além de grande consumidora do produto, a Índia industrializa a castanha, que exporta para Europa e Estados Unidos.

A situação alimentar revela-se difícil em todo o território: de acordo com o censo de 2009, 34% da população vive em situação de insegurança alimentar. A Guiné-Bissau tem condições de atingir a autossuficiência na produção de alimentos, com destaque para o arroz. A produtividade agrícola poderia aparentemente ser aumentada com medidas e políticas simples. As terras são extremamente férteis e apenas um terço do potencial agrário (excluídas as áreas florestais) é atualmente aproveitado.

O país também dispõe de abundantes recursos pesqueiros. A inexistência de frota e de infraestrutura adequada, contudo, impede a exploração desses recursos e resulta na venda de licenças de pesca a outras nações, sobretudo europeias. Há também potencial turístico, em especial no arquipélago de Bijagós. Quanto aos recursos minerais, o país dispõe de reservas de bauxita e fosfato. Há expectativas sobre a exploração de petróleo no país.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1973	Amílcar Cabral é assassinado; PAIGC declara Guiné-Bissau independente.
1974	Após a Revolução dos Cravos, Portugal reconhece a independência da Guiné-Bissau; Luís Cabral, irmão de Amílcar, torna-se PR.
1980	Luís Cabral é deposto por golpe liderado por João Bernardo Vieira; plano de unificação de Cabo Verde e Guiné-Bissau é abandonado.
1990	Parlamento revoga o status do PAIGC de único partido legítimo.
1994	Vieira elege-se PR nas primeiras eleições livres do país.
1999	Vieira é deposto por militares aliados a Mané; com apoio de junta militar, Malam Bacai Sanhá, então Presidente da Assembleia Nacional, torna-se PR.
2000	Kumba Yalá é eleito PR.
2002	Kumba Yalá dissolve o Parlamento.
2003	Golpe militar depõe Kumba Yalá; Henrique Rosa, como PR, e António Artur Sanhá, como PM, assumem; partidos concordam em convocar eleições parlamentares e presidenciais.
2004	Vitória do PAIGC nas eleições parlamentares; Tagmé na Waie assume cargo de Comandante das FORÇAS ARMADAS.
2005	João Bernardo Vieira volta do exílio em Portugal, vence as eleições e, após alguns meses no Governo, demite Carlos Gomes Jr.
2007	O PM Aristides Gomes renuncia após moção de desconfiança do Parlamento e é substituído por Ndafo Cabi; partidos PAIGC, PRS e PUSD firmam pacto de estabilidade.
2008	Abandonado pelo PAIGC, pacto de estabilidade é interrompido; Vieira dissolve o Parlamento; Carlos Correia substitui Ndafo Cabi como PM; Vieira sobrevive a atentado; eleições legislativas são realizadas.
2009	Vieira e Tagmé Na Waie são assassinados (março); realização de eleições presidenciais antecipadas (julho); Malam Bacai Sanhá assume como novo PR (setembro); Bubo Na Tchuto retorna clandestinamente a Bissau, refugiando-se no UNOGBIS.
2010	Em 1º/abr, militares liderados pelo Vice-Chefe do EMGFA, Antonio Indjai, prendem o Chefe do EMGFA, Zamora Induta, e o Chefe do Serviço de Informação, Samba Djaló; “libertam” Bubo Na Tchuto do UNIOGBIS; e detêm temporariamente o PM. Uma vez libertado, o PM viaja para Cuba, para tratamento médico.
2012	Ruptura da ordem constitucional.
2014	Eleições gerais, com ampla vitória do PAIGC na ANP (57 dos 102 assentos). José Mário Vaz, também do PAIGC, foi eleito presidente.
2015	Exoneração do primeiro-ministro Domingos Simões Pereira. Nomeação de Baciro Djá para o cargo de primeiro-ministro, desautorizada pelo Poder Judiciário (Acórdão 01/2015). Nomeação de Carlos Correia para o cargo de primeiro-ministro.
2016	Exoneração de Carlos Correia, por não ter aprovado programa de governo perante a ANP (maio). Nova nomeação de Baciro Djá para o cargo de primeiro-ministro; exonerado após 2 meses. Negociação do Acordo de Conacri (outubro). Nomeação de Umaro Sissoko para o cargo de primeiro-ministro (dezembro).
2018	Exoneração de Umaro Sissoko (janeiro). Nomeação de Artur Silva para o cargo de primeiro-ministro (30 de janeiro). Missão da CEDEAO a Bissau, resultando na imposição de sanções (31 de janeiro). Resolução 2404 do CSNU (fevereiro). Nomeação de Aristides Gomes para o cargo de primeiro-ministro (abril). Foi o sétimo primeiro-ministro a tomar posse desde as eleições de 2014. Aprovação do programa de governo de Aristides Gomes (junho).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1974	Reconhecimento da independência da GB pelo Brasil – o primeiro país do Ocidente a fazê-lo – e estabelecimento das relações diplomáticas com o país (julho); criação da Embaixada do Brasil em Bissau (setembro).
1979	Realização da I COMISTA.
1980	Visita do PR Luís Cabral ao Brasil, no contexto da II COMISTA.
1983	Visita do PR João Baptista Figueiredo a Bissau, no contexto da III COMISTA (nov).
1984	Visita do PR João Bernardo Vieira ao Brasil.
1989	Visita do PR João Bernardo Vieira ao Brasil por ocasião do encontro de Chefes de Estado de Língua Portuguesa.
1997	Visita do PR João Bernardo Vieira ao Brasil.
1999	Visita do PM Francisco Fadul ao Brasil (set).
2002	Assinatura de ato para a implementação do Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné-Bissau.
2005	Visita do Sr ME à Guiné-Bissau (jan).
2005	Visita do Sr PR à Guiné-Bissau (abr).
2006	Visita de trabalho do MNE António Isaac Monteiro ao Brasil.
2006	VI Cimeira da CPLP em Bissau, com apoio do Governo brasileiro.
2007	Visita oficial do PR João Bernardo Vieira ao Brasil; Brasil é eleito, por aclamação, para presidir a configuração da CCP para GB.
2008	Visita do Sr ME (abr); e de Missão da CREDEN do Senado Federal; doação brasileira (US\$ 430 mil) às eleições legislativas.
2009	Visita do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, a Bissau (mar).
2009	Missão do TSE a Bissau (apoio às eleições presidenciais e doação de US\$ 300 mil); Sr. SGAP-III e Sra RP do Brasil na ONU comparecem à posse do PR Sanhá (setembro); visita do Sr. ME a Bissau (out).
2010	Visita do PR Malam Bacai Sanhá ao Brasil (ago).
2011	Participação do PR Malam Bacai Sanhá na posse da PR Dilma Rousseff (jan); visita do MERE Antonio Patriota a Bissau (jul).
2015	Participação do PR JOMAV na segunda posse da PR Dilma Rousseff.
2016	Participação do PM Baciroté Djá na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília.
2016	Participação do chanceler Soares Sambu na Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em Brasília.
2018	Nomeação do embaixador José Viegas Filho como Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas na Guiné-Bissau (4 de maio).

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	CELEBRAÇÃO	VIGÊNCIA	PUBLICAÇÃO
Conclusão dos Contratos no Setor da Educação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau.	19/06/1976	19/06/1976	-
Memorando de Entendimento entre as delegações brasileira e bissau-guineense	21/06/1976	21/06/1976	-
Acordo de Comércio	18/05/1978	07/08/1979	04/09/1979

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	18/05/1978	01/08/1979	19/03/1980
Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio	18/05/1978	29/07/1980	19/11/1980
Protocolo de Intenções em Matéria de Energia	03/07/1984	03/07/1984	-
Protocolo de Intenção entre o Governo da República da Guiné-Bissau e o Governo da República Federativa do Brasil	17/08/1988	17/08/1988	-
Protocolo de Intenções para Formular e Implementar Programas de Cooperação na Área de Trabalho	20/08/1993	20/08/1993	-
Protocolo de Intenções Visando Formular e Implementar Programas de Cooperação na Área do Trabalho com Ênfase às Questões de Formação e Desenvolvimento Profissional	20/08/1993	20/08/1993	-
Acordo sobre Cooperação na Área de Turismo	10/07/1997	Em ratificação da outra parte	-
Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços (no âmbito da CPLP)	17/07/2000	Situação especial	-
Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa	06/06/2006	Situação especial	-
Memorando de Entendimento para Cooperação com vistas ao Fortalecimento da Administração Pública na Guiné-Bissau	09/11/2007	09/11/2007	28/11/2007
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	14/11/2007	14/11/2007	28/11/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento do Centro de Promoção do Caju na Guiné-Bissau”	14/11/2007	14/11/2007	28/11/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para a Implementação do Projeto “Transferência de Conhecimento e Capacitação Técnica para Segurança Alimentar e Desenvolvimento do Agronegócio na Guiné-Bissau”	14/11/2007	14/11/2007	28/11/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para a Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária na Guiné-Bissau”	14/11/2007	14/11/2007	28/11/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Assembleia Nacional Popular Bissau-Guineense”	09/06/2008	09/06/2008	-
Programa Executivo relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República da Guiné Bissau e o Governo da República	13/08/2008	13/08/2008	26/11/2010

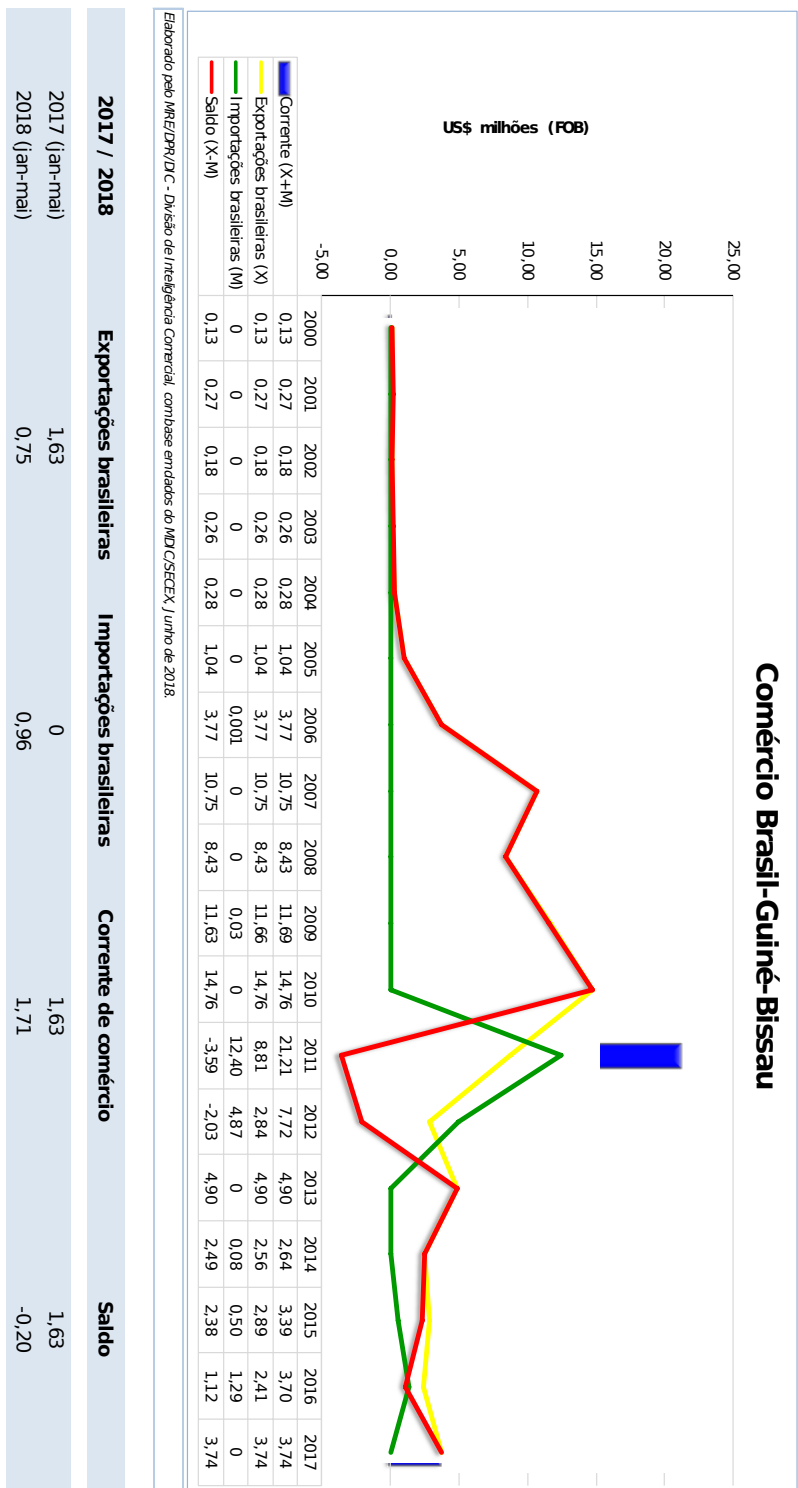
Federativa do Brasil para a Implementação do Projeto "Fortalecimento da Gestão Pública na Guiné-Bissau"			
Programa Executivo Relativo ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para a Implementação do Projeto "Apoio à Reestruturação dos Cursos de Educação Profissional em Contabilidade e Administração do Centro de Formação Administrativa da Guiné-Bissau"	12/09/2008	12/09/2008	26/09/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau"	07/12/2009	07/12/2009	13/01/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa da Guiné Bissau para Implementação do Projeto "Apoio na Formulação e Monitoramento do Programa Nacional para Universalização do Registro Civil de Nascimento em Guiné Bissau"	25/03/2010	25/03/2010	03/06/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto "Jovens Lideranças para a Multiplicação de Boas Práticas Socioeducativas"	28/05/2010	28/05/2010	21/10/2010
Ajuste Complementar para Implementação do Projeto "Promoção dos Direitos Humanos na Política Nacional de Educação da Guiné-Bissau"	06/07/2010	06/07/2010	26/11/2010
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	25/08/2010	Em ratificação da outra parte	-
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Pesca e Aquicultura da República Federativa do Brasil e a Secretaria de Estado das Pescas da República da Guiné-Bissau.	25/08/2010	25/08/2010	-
Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Agricultura	25/08/2010	25/08/2010	26/11/2010
Memorando de Entendimento em Matéria de Educação Superior	25/08/2010	25/08/2010	26/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Fortalecimento e Capacitação Técnica das Instituições de Saúde para Atendimento às Mulheres e Adolescentes Vítimas de Violência Baseada em Gênero e Promoção de Saúde"	25/08/2010	25/08/2010	26/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Programa de Combate ao HIV/SIDA na Guiné-Bissau	25/08/2010	25/08/2010	26/11/2010

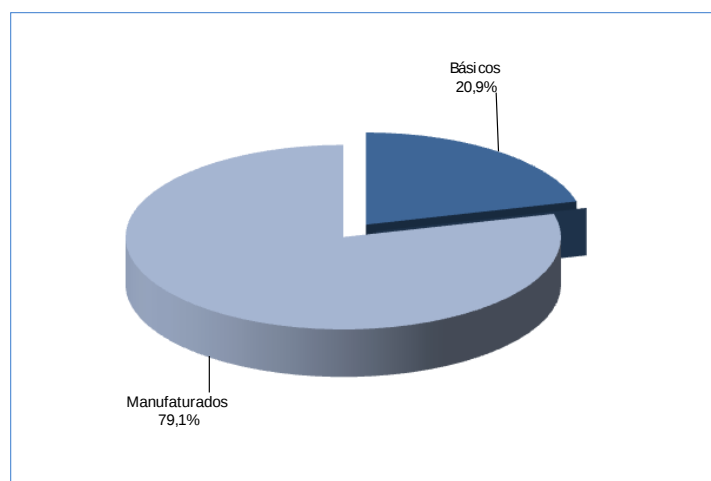
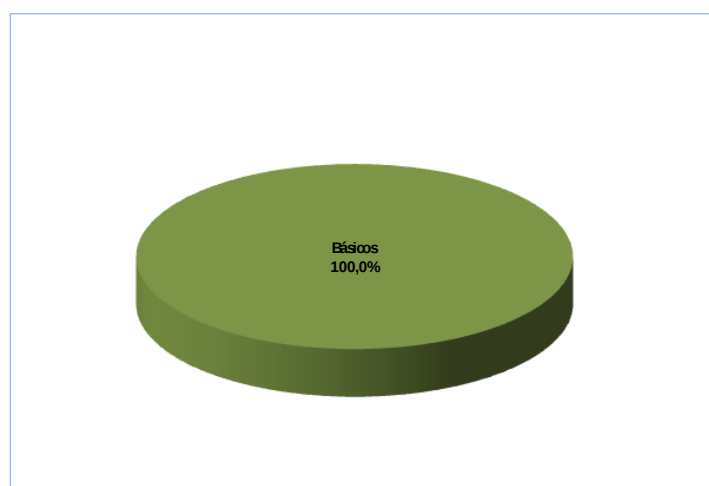
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto “Implantação e Implementação de Unidade de Processamento do Pedúnculo do Caju e outras Frutas Tropicais na Guiné-Bissau”	20/07/2011	20/07/2011	19/05/2016
--	------------	------------	------------

MAPA DA GUINÉ-BISSAU



ANEXO ESTATÍSTICO



Exportações e importações brasileiras por fator agregado**Exportações (2017)****Importações (2016)**

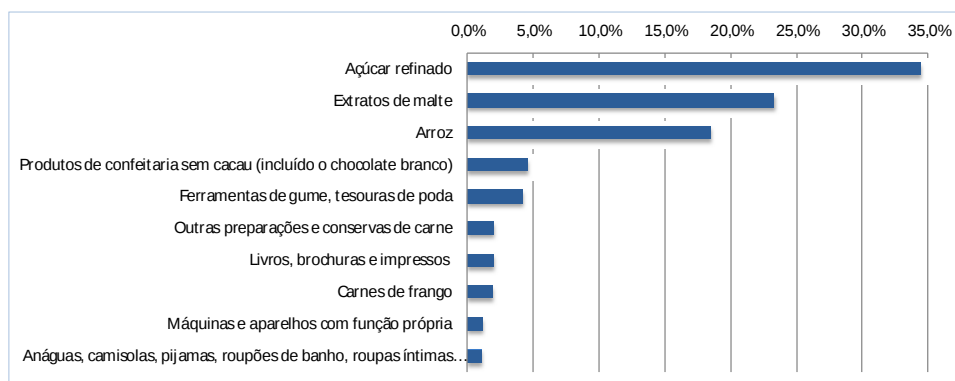
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, junho de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Guiné-Bissau (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar refinado	901	31,2%	619	25,7%	1.286	34,4%
Extratos de malte	615	21,3%	532	22,1%	870	23,3%
Arroz	134	4,6%	0	0,0%	690	18,4%
Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o chocolate branco)	32	1,1%	51	2,1%	170	4,6%
Ferramentas de gume, tesouras de poda	94	3,3%	79	3,3%	156	4,2%
Outras preparações e conservas de carne	210	7,3%	188	7,8%	75	2,0%
Livros, brochuras e impressos	0	0,0%	12	0,5%	74	2,0%
Carnes de frango	237	8,2%	401	16,6%	72	1,9%
Máquinas e aparelhos com função própria	95	3,3%	0	0,0%	42	1,1%
Anáguas, camisolas, pijamas, roupões de banho, roupas íntimas de malha, de uso feminino	7	0,2%	60	2,5%	39	1,0%
Subtotal	2.325	80,6%	1.942	80,5%	3.474	92,9%
Outros	561	19,4%	469	19,5%	267	7,1%
Total	2.886	100,0%	2.411	100,0%	3.740	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, 1º junho de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

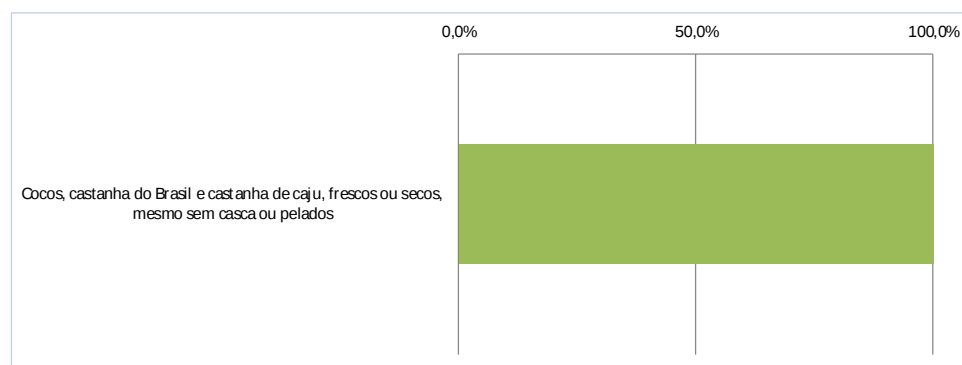


Composição das importações brasileiras originárias da Guiné-Bissau (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, frescos ou secos, mesmo sem casca ou pelados	504	100,0%	1.292	100,0%	0	100,0%
Subtotal	504	100,0%	1.292	100,0%	0	100,0%
Outros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	504	100,0%	1.292	100,0%	0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, junho de 2018.

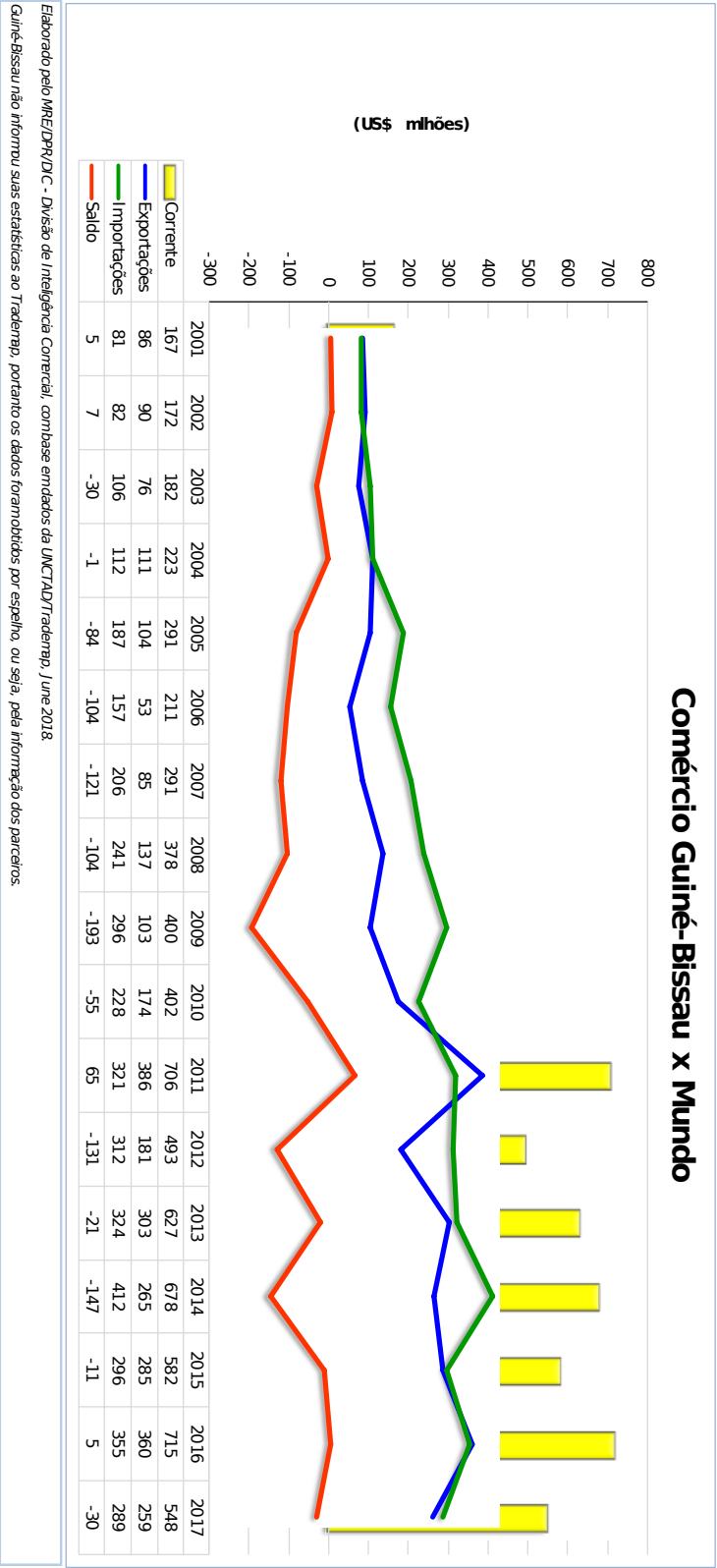
Produto importado pelo Brasil, 2016



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mai)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mai)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Açúcar refinado	618	38,0%	209	27,8%	Açúcar refinado 27,8%
Extratos de malte	246	15,1%	117	15,6%	Extratos de malte 15,6%
Álcool etílico com teor alcoólico inferior a 80% e aguardentes	0	0,0%	103	13,7%	Álcool etílico com teor alcoólico inferior a 80% e aguardentes 13,7%
Arroz	243	14,9%	78	10,4%	Arroz 10,4%
Carnes de frango	72	4,4%	65	8,7%	Carnes de frango 8,7%
Aparelhos para aquecimento, cozimento, torrefação, destilação	0	0,0%	43	5,7%	Aparelhos para aquecimento, cozimento, torrefação, destilação 5,7%
Outras preparações e conservas de carne	39	2,4%	34	4,5%	Outras preparações e conservas de carne 4,5%
Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o chocolate branco)	157	9,7%	28	3,7%	Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o chocolate branco) 3,7%
Anaguis, camisolas, pijamas, roupões de banho, roupas íntimas de malha, de uso feminino	17	1,1%	21	2,8%	Anaguis, camisolas, pijamas, roupões de banho, roupas íntimas de malha, de uso feminino 2,8%
Caixas, sacos e outras embalagens, de papel, cartão	14	0,9%	10	1,4%	Caixas, sacos e outras embalagens, de papel, cartão 1,4%
Subtotal	1.407	86,5%	708	94,4%	
Outros	219	13,5%	42	5,6%	
Total	1.627	100,0%	751	100,0%	
Importações					
Cocos, castanha-do-pará e castanha de caju, frescos ou secos	0	100,0%	955	100,0%	Cocos, castanha-do-pará e castanha de caju, frescos ou secos 100,0%
Subtotal	0	100,0%	955	100,0%	
Outros produtos	0	0,0%	0	0,0%	
Total	0	100,0%	955	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2018.

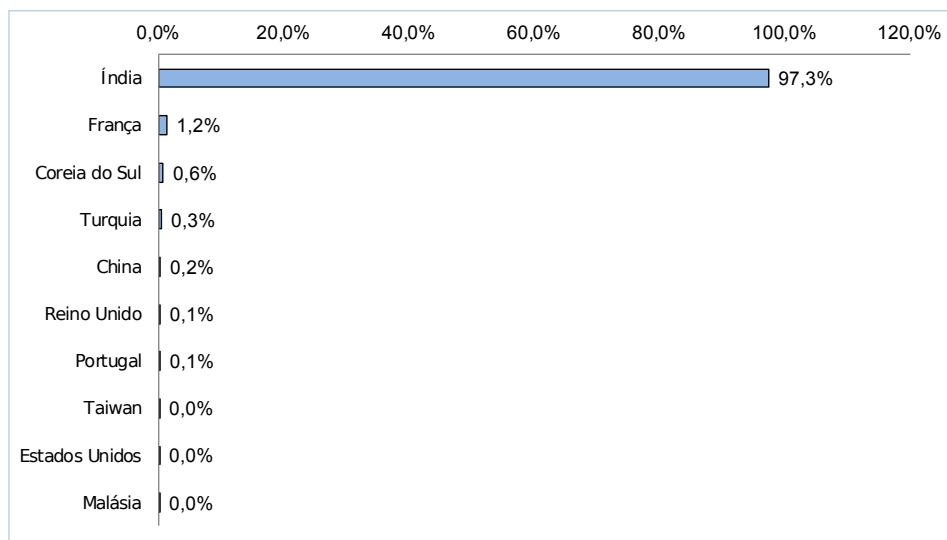


Principais destinos das exportações de Guiné-Bissau
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Índia	252,45	97,3%
França	3,07	1,2%
Coreia do Sul	1,64	0,6%
Turquia	0,90	0,3%
China	0,40	0,2%
Reino Unido	0,32	0,1%
Portugal	0,30	0,1%
Taiwan	0,08	0,0%
Estados Unidos	0,02	0,0%
Malásia	0,02	0,0%
...		
Brasil (62º lugar)	0,00	0,0%
Subtotal	259,18	99,9%
Outros países	0,15	0,1%
Total	259,33	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, 1 June 2018.

Guiné-Bissau não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

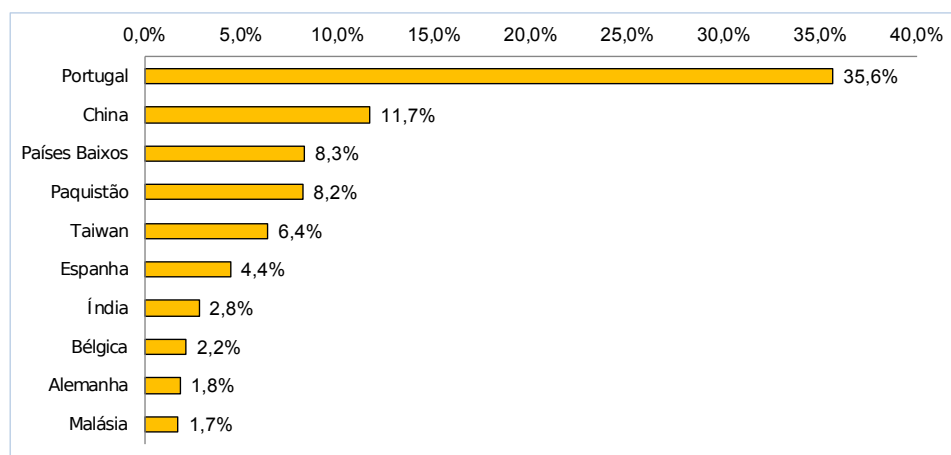


Principais origens das importações de Guiné-Bissau
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Portugal	102,99	35,6%
China	33,71	11,7%
Países Baixos	23,90	8,3%
Paquistão	23,63	8,2%
Taiwan	18,40	6,4%
Espanha	12,81	4,4%
Índia	8,08	2,8%
Bélgica	6,21	2,2%
Alemanha	5,26	1,8%
Malásia	5,01	1,7%
...		
Brasil (17º lugar)	3,74	1,3%
Subtotal	243,74	84,3%
Outros países	45,25	15,7%
Total	288,99	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, 1º de junho de 2018.

Guiné-Bissau não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



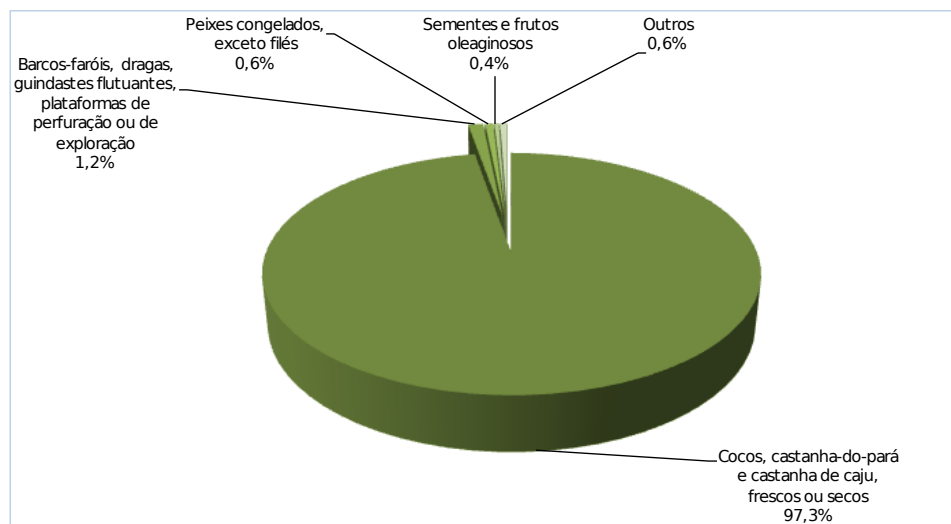
Composição das exportações de Guiné-Bissau (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Cocos, castanha-do-pará e castanha de caju, frescos ou secos	252,21	97,3%
Barcos-faróis, dragas, guindastes flutuantes, plataformas de perfuração ou de exploração	3,07	1,2%
Peixes congelados, exceto filés	1,64	0,6%
Sementes e frutos oleaginosos	0,97	0,4%
Subtotal	257,88	99,4%
Outros	1,45	0,6%
Total	259,33	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, 1.º de junho de 2018.

Guiné-Bissau não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais grupos de produtos exportados



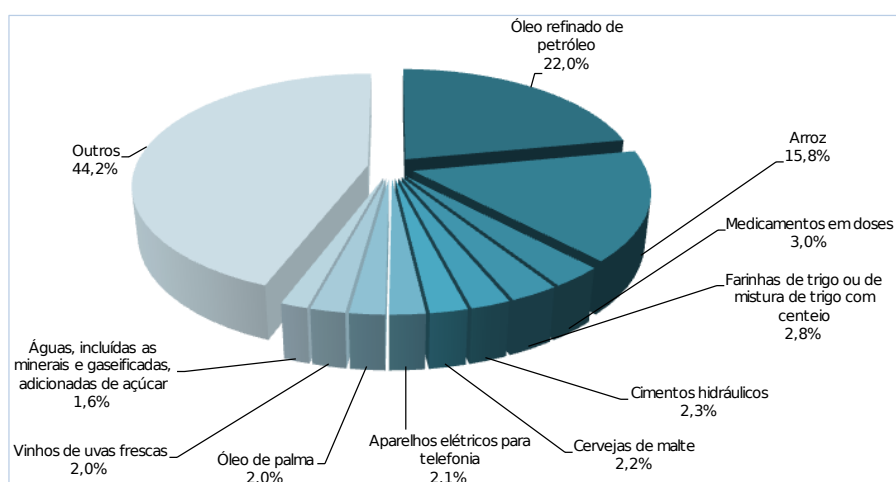
Composição das importações de Guiné-Bissau (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Óleo refinado de petróleo	63,59	22,0%
Arroz	45,71	15,8%
Medicamentos em doses	8,67	3,0%
Farinhas de trigo ou de mistura de trigo com centeio	8,14	2,8%
Cimentos hidráulicos	6,64	2,3%
Cervejas de malte	6,29	2,2%
Aparelhos elétricos para telefonia	5,97	2,1%
Óleo de palma	5,88	2,0%
Vinhos de uvas frescas	5,82	2,0%
Águas, incluídas as minerais e gaseificadas, adicionadas de açúcar	4,56	1,6%
Subtotal	161,27	55,8%
Outros	127,72	44,2%
Total	288,99	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, 1 June 2018.

Guiné-Bissau não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Guiné-Bissau

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	5,76%	5,50%	5,50%	5,50%	5,00%
PIB nominal (US\$ bilhões)	1,17	1,35	1,58	1,73	1,88
PIB nominal "per capita" (US\$)	700	794	910	973	1.036
PIB PPP (US\$ bilhões)	2,92	3,14	3,39	3,65	3,91
PIB PPP "per capita" (US\$)	1.755	1.845	1.948	2.054	2.152
População (milhões habitantes)	1,66	1,70	1,74	1,78	1,82
Inflação (%) ⁽²⁾	1,56%	-1,26%	2,00%	2,30%	2,45%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,34%	0,06%	-3,25%	-2,60%	-2,35%
Câmbio (CFAfr / US\$) ⁽²⁾	622,30	547,00	542,10	546,60	n.d.

Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura 44,1%

Indústria 12,9%

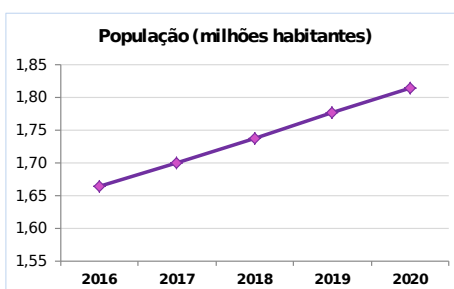
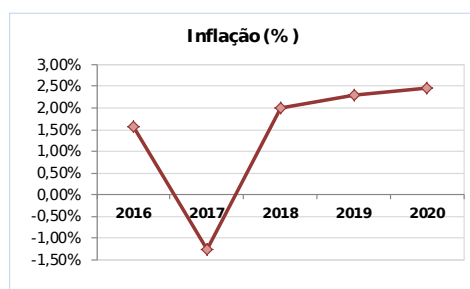
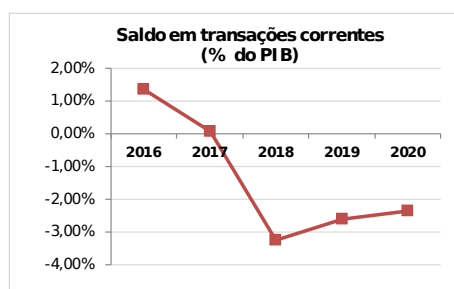
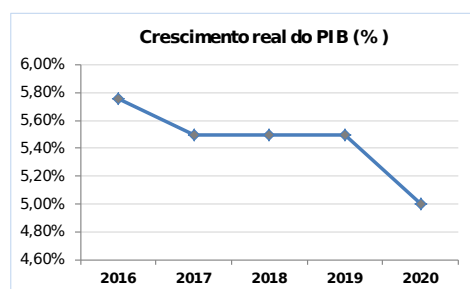
Serviços 43,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 2nd Quarter 2018 e da Cia.gov.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



RELATÓRIO PRELIMINAR DE GESTÃO

Fernando Apparicio da Silva, embaixador
Bissau, julho de 2018

Assumi a função de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau em março de 2014. Dois anos antes, em 12 de abril de 2012, um autodenominado “Comando Militar” tomou o poder em Bissau, destituindo o Presidente da República, Raimundo Correia, e o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior, que estava prestes a vencer as eleições presidenciais, cujo segundo turno se realizaria dentro de poucos dias. O golpe foi amplamente condenado pela comunidade internacional e o governo brasileiro decidiu manter a embaixada sob a gestão de Encarregados de Negócios, que se sucederam durante dois anos até a realização das eleições gerais de abril de 2014 e a redemocratização do país.

A. PANORAMA GERAL

2. Ao final de uma luta anticolonial que durou dez anos, a Guiné-Bissau declarou-se independente de Portugal em 1973. O Brasil logo reconheceu a independência e, desde 1974, mantém uma embaixada em Bissau. A Embaixada do Brasil é a mais antiga representação diplomática residente no país.

3. A Guiné-Bissau é um país pobre e com índice de desenvolvimento humano que se situa entre os mais baixos do mundo. Mas o país possui potencial para permitir um salto de desenvolvimento. A população, de apenas dois milhões de habitantes, divide-se em várias etnias, mas a miscigenação é comum e a tolerância étnica e religiosa é a regra. Não há risco de conflito entre etnias mesmo se, esporadicamente, lideranças políticas tenham feito uso das afinidades de natureza étnica para se projetarem. As relações com o Brasil são próximas e estreitas e, há quarenta anos, a cooperação oficial brasileira atua em favor do desenvolvimento, do fortalecimento das instituições e da formação de quadros universitários guineenses.

4. Desde 2007, o governo brasileiro tem estado firmemente engajado no apoio aos esforços de construção de uma estabilidade duradoura na Guiné-Bissau na condição de país que preside a Configuração para a Guiné-Bissau na Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas, na pessoa do Representante Permanente junto à ONU em Nova York, atualmente o embaixador Mauro Vieira.

5. Em maio de 2018, o Secretário-Geral das Nações nomeou como seu Representante Especial para a Guiné-Bissau o embaixador José Viegas Filho, que, nessa condição, é o chefe do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS). A nomeação de um diplomata brasileiro para a função é demonstração de

reconhecimento da capacidade do Brasil de contribuir para a consolidação da paz na Guiné-Bissau.

6. Ao abrigo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que constitui um espaço adicional de diálogo político, o Brasil tem tido a iniciativa e favorecido projetos de grande interesse para a Guiné-Bissau.

7. O país é pequeno, mas tem importância estratégica. A União Europeia possui grandes interesses em toda a região da África Ocidental – comerciais, econômicos e de segurança. Bruxelas e as capitais ocidentais em seu conjunto receiam que as frágeis instituições guineenses não sejam capazes de aferir e conter a proliferação de ilícitos internacionais e a eventual instalação de células do radicalismo islâmico no país.

8. A África Ocidental é ponto de trânsito na rota de drogas entre a América do Sul e a Europa. Há dez anos, o problema assumiu proporções preocupantes com a descoberta do envolvimento com o narcotráfico de autoridades civis e principalmente militares. Recentemente, o Presidente da República instruiu as autoridades do país – militares e civis – a estarem alertas no combate ao narcotráfico. O tema voltou a preocupar a comunidade internacional, tendo sido incluído pelo Conselho de Segurança como merecedor de atenção prioritária na última renovação, em fevereiro de 2018, do mandato do UNIOGBIS.

9. No plano regional, o Senegal, principalmente, mas também outros países têm grandes interesses na Guiné-Bissau. Os senegaleses da região irredentista da Casamança no Senegal têm fortes vínculos culturais com os guineenses. No marco da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a região, sob a liderança do Senegal, da Costa do Marfim e da Nigéria, reagiu quando o ex-primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior tomou a decisão de privilegiar as relações – econômicas, militares - com Angola. Uma das primeiras decisões do Comando Militar que liderou o golpe de 12 de abril de 2012 foi instar Luanda a evacuar do país a Missão Militar Angolana. A CEDEAO apoiou tacitamente o golpe, contrapondo-se à CPLP na ocasião.

B. ASSUNTOS POLÍTICOS

10. Desde 1980, a Guiné-Bissau conheceu diversos ciclos de instabilidade. Entre a guerra civil de 1998-1999 e 2012, foram muitos golpes e contragolpes de Estado, com participação direta das altas chefias militares do país e marcados por um alto grau de violência política. Em 2009, o então Presidente da República, Nino Vieira, foi assassinado. A intervenção dos militares na vida política está na origem de um projeto de Reforma do Setor de Defesa e Segurança, cuja primeira versão remonta a 2006 e cuja execução ainda é aguardada. Uma das ideias norteadoras da RSS é renovar as forças armadas, formando um oficialato jovem e com mentalidade legalista e republicana e, em paralelo, aposentar os quadros mais idosos, onde a vocação ou histórico golpista é mais presente.

11. Líder do golpe de abril de 2012, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general António Indjai, manteve-se por detrás do governo civil de transição que se formou e que perdurou até a realização das eleições gerais de 2014. Redemocratizado o país, o que tem marcado o quadro político guineense não é mais a violência política. A Guiné-Bissau encontra-se numa situação de legalidade constitucional, mas as divisões dentro do principal partido político guineense, o PAIGC, não são resolvidas internamente e repercutem num conflito permanente entre os órgãos de soberania – Presidência da República, Primatura e Assembleia Nacional Popular. Desde 2015, essas divisões produziram um impasse político-institucional que ainda não foi plenamente equacionado e que se traduziu numa sucessão de governos de duração efêmera.

12. Em quatro anos, foram empossados sete primeiros-ministros: **Domingos Simões Pereira, Baciro Djá, Carlos Correia**, novamente **Baciro Djá, Umaro Sissoko Embaló, Artur Silva e Aristides Gomes**, todos quadros do PAIGC – alguns quadros menores na hierarquia do partido; outros, quadros dissidentes. O conflito entre os órgãos de soberania levou à paralisação por mais de dois anos, entre janeiro de 2016 e abril de 2018, da plenária da Assembleia Nacional Popular. Durante esse período, sucessivos primeiros-ministros governaram sem um Programa de Governo e um Orçamento Geral do Estado aprovados pelo parlamento.

13. Em outubro de 2016, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), com a mediação do Presidente Alpha Condé, da vizinha República da Guiné, reuniu os representantes dos partidos políticos guineenses em Conacri com o objetivo de negociar um acordo para pôr fim ao impasse institucional. A plenária do parlamento estava paralisada havia dez meses. Pelo acordo então negociado – o Acordo de Conacri –, os seguintes principais compromissos foram assumidos: nomeação de um primeiro-ministro de consenso (com apoio dos dois principais partidos presentes no parlamento, o PAIGC e o Partido da Renovação Social) e da confiança do Presidente da República; formação de um governo de inclusão (com participação proporcional de todos os partidos representados no parlamento); e reintegração dos deputados do Grupo do Quinze no PAIGC. Cumpridos esses três compromissos, a plenária da ANP seria reaberta e o parlamento voltaria a funcionar normalmente.

14. O Acordo de Conacri foi amplamente respaldado pelas demais organizações internacionais implicadas na exploração de ações em apoio aos esforços com vistas a buscar soluções para a crise - Nações Unidas, União Africana, União Europeia e CPLP. Mas foi necessário transcorrer um ano e meio até que os líderes políticos guineenses chegassem a um acordo em torno da nomeação de um primeiro-ministro de consenso – Aristides Gomes – e a formação de um governo de inclusão. Com o acordo alcançado em abril de 2018, a plenária do parlamento voltou a funcionar e o Presidente da República marcou a data das eleições legislativas: 18 de novembro de 2018. O primeiro-ministro Aristides Gomes estabeleceu como prioridade de seu governo a preparação e realização das eleições, mas o tempo é curto e a legislação eleitoral guineense impõe uma série de prazos e obrigações. A realização das eleições na data prevista ainda é uma incógnita. Por outro lado, a Constituição guineense

determina que as legislaturas têm duração de quatro anos e a realização as eleições legislativas em 2018 foi um compromisso assumido perante a comunidade internacional.

15. Apesar da crise de governabilidade, a Guiné-Bissau permaneceu calma. Houve instituições que não funcionaram na sua plenitude. A plenária da Assembleia Nacional Popular permaneceu bloqueada por mais de dois anos. Mas o cenário político não foi marcado pela violência dos anos anteriores. As chefias militares, que poderiam ter sido induzidas a tomar partido no impasse institucional na pretensão de querer resolvê-lo, inclusive por meio de um golpe de Estado, mantiveram-se distanciadas da política.

16. Não estando calcada em um conflito ideológico ou entre projetos de nação, a crise de governabilidade é uma disputa de egos e uma competição no seio da elite dirigente guineense pelo domínio da máquina estatal e o controle, interno e externo, dos recursos naturais do país, assim como dos recursos financeiros ofertados pela comunidade internacional a título de ajuda ao desenvolvimento. Isso explicaria a indiferença com que a população acompanha a crise.

17. A crise de governabilidade perdurou durante praticamente toda a minha gestão e de mim exigiu um acompanhamento detido. Era preciso manter a Secretaria de Estado informada. Alguns postos – como a Missão junto às Nações Unidas em Nova York e a Missão junto à CPLP em Lisboa – precisavam ser mantidos a par dos desdobramentos da crise, na medida que a situação na Guiné-Bissau é tema de diferentes agendas das Nações Unidas (Conselho de Segurança, Comissão de Consolidação da Paz) e também da CPLP. Para assegurar esse acompanhamento, participei assiduamente das reuniões sobre a situação no país que os sucessivos Representantes Especiais do Secretário-Geral das Nações Unidas realizam com grupo de embaixadores residentes no UNIOGBIS. Outras importantes fontes de informação foram autoridades locais com as quais estabeleci uma relação de proximidade e confiança, como o secretário-geral da Chancelaria local e o diretor-geral do Protocolo de Estado. Mantive uma estreita troca de impressões e informações sobre a evolução da situação política com Chefes de Missão, em particular com os dois outros embaixadores residentes de países da CPLP, a saber, Angola e Portugal, e também com representantes de agências das Nações Unidas. Para melhor entender a realidade política da Guiné-Bissau, procurei igualmente ouvir e conhecer a percepção de cientistas políticos locais.

18. Em janeiro de 2015, o Presidente José Mário Vaz compareceu à cerimônia de posse da Senhora Presidente Dilma Rousseff, que o recebeu em audiência. Intermediei o agendamento desse encontro, a pedido do próprio Presidente Vaz, que acabou sendo o segundo entre os chefes de Estado e/ou de Governo que compareceram à cerimônia a ser recebido pela mandatária brasileira, o que teve grande impacto local.

19. Nos últimos quatro anos, no contexto da instabilidade governativa acima descrita, a Guiné-Bissau recebeu apenas a visita de um Chefe de Estado e de Governo de países situados fora da África Ocidental, mais especificamente a visita do Rei Mohamed VI do Marrocos, em maio de 2015.

C. ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

20. Em março de 2015, o governo do então primeiro-ministro Domingos Simões Pereira apresentou à Mesa Redonda de Doadores e Parceiros Internacionais, realizada em Bruxelas, um Plano Estratégico de Desenvolvimento apelidado de “Terra Ranka”. O Plano cobriria o período 2015-2020 e da referida conferência resultou o compromisso de apoio internacional na ordem de US\$ 1,5 bilhão para a execução de uma centena de projetos identificados no documento. O Brasil participou da conferência. Fiquei atento às perspectivas de implementação do “Terra Ranka”, na medida que poderia finalmente dar ensejo a um salto de desenvolvimento que abriria eventuais possibilidades de atuação de investimentos brasileiros, particularmente em obras de infraestrutura. A sucessão de governos gerou, contudo, insegurança nos parceiros internacionais e inibiu o fluxo dos financiamentos então prometidos. O Plano não foi abandonado, podendo ser retomado quando a situação política se normalizar.

21. Se oportunidades de investimentos podem se apresentar, sobretudo se o país der um salto de desenvolvimento, estive sempre atento em alertar eventuais investidores brasileiros sobre a existência de legislações ultrapassadas e sobre a falta segurança jurídica que caracteriza o país. Por outro lado, a fragilidade das instituições é porta aberta a “empresários” de diferentes países que procuram a Guiné-Bissau para lavar dinheiro ou envolver-se em outras atividades ilícitas.

22. O comércio bilateral é pequeno e favorável ao Brasil. O intercâmbio poderia eventualmente aumentar se a embaixada dispusesse de um Setor Comercial (SECOM) estruturado. Para tanto seria necessário dotá-la de recursos humanos. De todo modo, o que a Guiné-Bissau exporta – castanha de caju – o Brasil produz. Os produtos básicos brasileiros que se comprem no país (açúcar, por exemplo) são adquiridos nos países vizinhos, principalmente no Senegal.

23. O Presidente José Mário Vaz solicitou a cooperação do Brasil para desenvolver a agricultura guineense, em particular a produção de arroz. O país importa o cereal, base da dieta guineense, quando teria condições de alcançar a autossuficiência na sua produção. A resposta à demanda ainda não se concretizou.

D. COOPERAÇÃO

24. O Brasil alcançou um grau de desenvolvimento econômico e tecnológico que gera naturalmente a expectativa de que seja um parceiro de desenvolvimento dos países menos desenvolvidos, mesmo sendo um país em desenvolvimento e não estando incluído entre os doadores tradicionais, que são obrigados por compromissos internacionais a prestar assistência oficial para o desenvolvimento. Essa cooperação tem sido intensa com a Guiné-Bissau.

25. Em diferentes contextos, fui chamado a manifestar-me sobre a cooperação para o desenvolvimento prestada pelo Brasil. Em todas as ocasiões, situei a cooperação oficial brasileira no marco da cooperação Sul – Sul, distinguindo-a da cooperação de cunho verticalizante que é prestada pelos doadores tradicionais e ressaltando que os projetos brasileiros são sempre respostas a demandas e têm a preocupação permanente de adaptação de experiências que tiveram êxito no Brasil às particularidades locais, em diálogo permanente com o governo local. Notei a pouca visibilidade que a cooperação Sul – Sul, prestada pelo Brasil e outros países em desenvolvimento, se comparada com a cooperação tradicional Norte-Sul. Diante disso, tomei a iniciativa de dar divulgação aos projetos brasileiros, inclusive por meio de matérias e entrevistas que fiz divulgar nos órgãos de comunicação social.

D.1. Cooperação Técnica

26. Durante a minha gestão, a embaixada foi participante ativa na execução de vários projetos no país, em áreas como:

Segurança: projeto “Centro de Formação das Forças de Segurança/CFFS” (instituição executora: Polícia Federal);

Justiça: projeto “Fortalecimento das Capacidades Jurídicas dos Magistrados do Ministério Público da Guiné-Bissau” (instituição executora: Ministério Público Federal);

Educação Profissionalizante: projeto “Centro de Formação Profissional Brasil – Guiné-Bissau/CFPBGB”(instituição executora: SENAI);

Controle, Prevenção e Diagnóstico do HIV-Aids: projetos “Fortalecimento do Combate ao HIV-Aids na Guiné-Bissau” e “Apoio ao Diagnóstico Laboratorial do HIV-Aids e outras Doenças Infecciosas na Guiné-Bissau” (instituições executoras: Ministério da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro);

Agricultura/Caju: projetos “Apoio ao Fortalecimento do Centro de Promoção do Caju da Guiné-Bissau” e “Implantação e Implementação de Unidade de Processamento do Pedúnculo do Caju e outras Frutas Tropicais na Guiné-Bissau” (instituições executoras: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/EMBRAPA);

Educação Integral: projeto “Jovens Lideranças para a Multiplicação de Boas Práticas Socioeducativas/Centro Educacional Amizade São Paulo” (instituições executoras: Fundação Gol de Letra, Instituto Elos, UNESCO-Brasil, Secretaria de Educação da Prefeitura de Vitória-ES).

27. Dois projetos ocuparam mais detidamente a minha atenção: o Centro de Formação Profissional Brasil – Guiné-Bissau (CFPBGB) e o Centro de Formação das Forças de Segurança (CFFS).

28. Em dezembro de 2016, acompanhei o Presidente José Mário Vaz numa visita ao Centro de Formação Profissional, que, inaugurado oficialmente em novembro de 2014, já deu diferentes formações profissionalizantes a cerca de 1400 jovens guineenses. O Presidente prestigiou com a sua presença a cerimônia semestral de formatura que se realizou em sequência à visita e tornou-se um grande entusiasta do projeto. O Centro de Formação Profissional deverá ser definitivamente apropriado pelo governo local, mas as autoridades guineenses não tomam as iniciativas destinadas a assegurar o orçamento necessário para mantê-lo. Nesse cenário, se o governo brasileiro toma a decisão de entregar o CFPGB ao governo local, outro parceiro internacional surgirá para assumi-lo, valendo-se de todo o investimento feito pelo Brasil ao longo dos anos. Tenho ressaltado essa preocupação à Secretaria de Estado, por tratar-se de um projeto que tem assegurado uma grande visibilidade política ao Brasil.

29. Tive a oportunidade de acompanhar o então primeiro-ministro Carlos Correia numa visita ao Centro de Formação das Forças de Segurança, que, inaugurado oficialmente em novembro de 2014, já ofereceu capacitação, em diferentes temas, a cerca de 1.100 policiais guineenses. Outros parceiros internacionais quiseram utilizar as instalações do CFFS para realizar atividades próprias de capacitação policial. Mantido com recursos do governo brasileiro, essencialmente da ABC, o Centro de Formação resultou de um projeto de cooperação bilateral e, dentro desse entendimento, resisti às tentativas voltadas para a sua “pluraterização”.

30. Empenhei-me particularmente em assegurar uma resposta à demanda do Ministério da Educação Nacional de assistência técnica na elaboração de um programa de cantinas escolares para a Guiné-Bissau. Assinado em abril de 2018, o projeto “Fortalecimento dos Programas das Cantinas Escolares da Guiné-Bissau” envolve, além da ABC, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário e o Centro de Excelência contra a Fome, sediado em Brasília. Pelo lado guineense, são partes do projeto o Ministério da Educação Nacional e o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. De natureza trilateral, o projeto conta ainda com a participação do Escritório do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas na Guiné-Bissau. O programa brasileiro de merenda escolar é reconhecido mundialmente e qualquer iniciativa nessa área sempre assegura grande visibilidade política ao Brasil.

D.2. Cooperação Educacional

31. A elite dirigente e empresarial guineense divide-se entre quem estudou na antiga URSS e países do Bloco Socialista, quem estudou no Brasil, quem estudou em Portugal e quem estudou em Cuba. Um novo destino se afirma: a China. Desde finais dos anos setenta, centenas de guineenses graduaram-se em universidades brasileiras ao abrigo do Programa Estudante - Convênio do Ministério da Educação. O programa forma quadros universitários que deveriam retornar para contribuir para o desenvolvimento dos seus respectivos países, mas, no caso da Guiné-Bissau, muitos permanecem no Brasil por falta de oportunidades no

país de origem. Durante minha gestão, a Guiné-Bissau foi contemplada nas edições de 2015, 2016, 2017 e 2018 do programa. Funcionários do Centro Cultural, do Setor de Cooperação e do Setor Consular dão apoio aos candidatos nas inscrições e no encaminhamento da documentação que é exigida pelo MEC para o exame das candidaturas e decisão sobre o oferecimento da vaga.

32. Nos três últimos anos, a embaixada deu apoio à equipe da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB, que vem anualmente aplicar o seu vestibular em Bissau.

D.3. Cooperação Eleitoral

33. Desde 2005, o Brasil tem prestado assistência técnica na realização das eleições guineenses e, no início de 2014, praticamente coincidindo com a minha apresentação, a embaixada intermediou o apoio do Tribunal Superior Eleitoral, que disponibilizou técnicos informáticos do TRE-MG para atuar na preparação das eleições gerais que se realizaram em abril daquele ano. Alertei que, em 2018, as eleições legislativas de 18 de novembro coincidiriam com as eleições gerais brasileiras, o que inviabilizaria uma resposta positiva a nova demanda de assistência técnica.

34. Em outubro de 2016, a convite do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o presidente em exercício da Comissão Nacional de Eleições da Guiné-Bissau, João Pedro Sambú, foi ao Brasil para presenciar a realização das eleições municipais brasileiras. No ensejo, assinou Memorando de Entendimento para a troca de experiências entre as duas instituições.

D.4. Cooperação Humanitária

35. O Brasil foi o primeiro país a doar medicamentos para a Guiné-Bissau e tem procurado sempre responder às demandas que as autoridades sanitárias guineenses fazem chegar ao Ministério da Saúde por intermédio da embaixada. Em 2016, a embaixada intermediou uma importante doação de antirretrovirais. Nova demanda foi feita no início de 2018 e o Ministério da Saúde sinalizou disponibilidade em atendê-la. Está em fase de negociação o custeio do transporte.

36. Em 2014, o governo brasileiro uniu-se aos esforços de outros parceiros internacionais no apoio ao combate ao vírus Ebola, que atingia a vizinha Guiné-Conacri. Concretamente, o Ministério da Saúde doou ao Ministério da Saúde Pública da Guiné-Bissau medicamentos para tratamento da doença. A preocupação era grande de que o vírus chegasse à Guiné-Bissau, o que não aconteceu.

D.5. Cooperação Financeira

37. Em 2017, o Ministério da Fazenda do Brasil e o Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau concluíram o projeto de reestruturação/perdão da dívida oficial da Guiné-Bissau com o Brasil. O projeto, que se encontra na Casa Civil para encaminhamento ao Senado Federal, prevê o perdão de aproximadamente US\$ 38 milhões, o que corresponde a 95% da dívida total.

D.6. Cooperação em Defesa

38. Em 2011, a ABC e o Ministério da Defesa, em resposta a uma demanda guineense, minutaram projeto que previa a cooperação do Exército Brasileiro na implantação de um Centro de Formação de Oficiais na Guiné-Bissau. Restrições orçamentárias no Brasil naquele momento (tanto na ABC como no MD) e, nos últimos anos, a instabilidade governativa na Guiné-Bissau não permitiram a execução do projeto, que poderá ser eventualmente retomado sob bases mais modestas.

39. Em 2017, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas da Guiné-Bissau, general Biaguê Na N'Tan, solicitou a assistência do Brasil na capacitação da Polícia do Exército da Guiné-Bissau. O assunto está sob exame no Ministério da Defesa. Em 2018, o CEMGFA solicitou ao seu homólogo brasileiro mais vagas na Academia Militar das Agulhas Negras e em outras instituições militares brasileiras. Dois cadetes guineenses frequentam atualmente a AMAN.

E. CONSULAR E ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS

40. O Setor Consular conta com poucos funcionários para prestar a assistência consular a uma comunidade de brasileiros que é integrada essencialmente por missionários de diferentes igrejas cristãs e que se tem queixado informalmente da lentidão nas providências e de outras precariedades. Ouvi com atenção às críticas. Em quatro anos, contudo, foram raras as reclamações que envolviam a embaixada e que foram dirigidas à Ouvidoria Consular do Itamaraty.

41. A demanda de vistos, particularmente de vistos de estudante, cresceu muito nos últimos anos. O Brasil é um país de destino de guineenses desejosos de emigrar e demandas de visto podem ter como objetivo a imigração irregular. O assunto requer uma atenção detida do Setor.

F. CENTRO CULTURAL BRASIL – GUINÉ-BISSAU

42. A Guiné-Bissau é um país de língua oficial portuguesa, onde o ensino do português é obrigatório desde o primeiro ano do ensino básico, mas a língua interétnica é o crioulo guineense. Isso explica por que o Centro Cultural acolhe cerca de 1000 alunos nos seus cursos, gratuitos, de Língua Portuguesa, Cultura e Literatura Brasileira, os quais dão ao jovem que tem interesse em estudar no Brasil a oportunidade de aprimorar o conhecimento da língua. Há sete professores contratados. Não há coordenador, cujas funções têm sido

exercidas por um dos professores. O CCBGB está há dois anos com o cargo de diretor vago. A reativação da direção criaria condições para uma programação cultural mais intensa e elaborada.

43. Desde 2015, o Centro Cultural aplica o exame do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa do MEC (Celpe-Bras), que se tornou pré-requisito para candidatar-se a uma vaga pelo PEC-G, porém só tem condições de atender a um número limitado de inscritos em cada edição (entre 60 e 100).

44. O Centro Cultural possui uma biblioteca, um telecentro e um auditório para cem pessoas. É uma referência na limitada vida cultural de Bissau e um espaço privilegiado para lançamento de livros, apresentações musicais e exibição de filmes brasileiros. Em 2015 e 2017, o CCBGB promoveu mais uma edição do Prêmio Literário José Carlos Schwarz, de iniciativa da embaixada e que constitui o único de sua categoria concedido na Guiné-Bissau. Entre outros projetos, a embaixada deu continuidade ao programa radiofônico semanal Momento Brasileiro.

45. Em coordenação com a Embaixada de Portugal, a embaixada tem promovido, na primeira semana de maio, eventos comemorativos do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP.

G. ADMINISTRAÇÃO

46. As dotações de rotina são suficientes para o desempenho das tarefas essenciais da embaixada. O grande problema é o precário quadro de funcionários do quadro do MRE, em especial a ausência de oficiais e assistentes de chancelaria. Se o problema não for resolvido, o funcionamento de alguns setores ficará comprometido e outros, já sacrificados, não poderão ter seu potencial explorado. Preocupa-me a situação do Setor Consular.

47. A Chancelaria, a Residência Oficial e o Centro Cultural funcionam num terreno comum de cerca de seis mil metros quadrados cuja manutenção e supervisão requerem uma atenção permanente, hoje a cargo de um único agente de vigilância do Quadro do MRE. A eletricidade depende do funcionamento de três geradores que se alternam e apresentam frequentemente avarias que exigem reparos urgentes. As comunicações são precárias. A Guiné-Bissau não dispõe de telefonia fixa, apenas celular. A internet funciona de forma precária. Em junho de 2018, com o apoio da Secretaria de Estado, pude substituir a tecnologia de acesso junto à empresa fornecedora do serviço e instalar novas antenas, com maior velocidade e um novo contrato.

48. Outro calcanhar-de-aquiles é a administração do patrimônio das quatro unidades do Posto – chancelaria, residência, centro cultural e filмотeca/discoteca -, do que me incumbe pessoalmente. O patrimônio da chancelaria é antigo e muitos bens foram baixados, o que permitiu recuperar espaços. No caso de bens e equipamentos essenciais, a Secretaria de

Estado disponibilizou recursos para substituí-los. O parque tecnológico da chancelaria está renovado.

49. A residência oficial é referência em Bissau e a sua manutenção exige uma atenção permanente. Há sempre trabalhos de manutenção e conservação a serem feitos. Com o apoio da Secretaria de Estado, algumas obras de maior vulto puderam ser realizadas.

H. CONCLUSÃO E PRINCIPAIS DESAFIOS

50. Meu sucessor encontrará uma embaixada de dimensões médias, e de administração complexa, e que está situada num país onde o Brasil possui grande visibilidade diplomática e política.

51. A embaixada executa uma intensa agenda de cooperação – técnica, educacional – que projeta o Brasil. A agenda cultural também é intensa e pode ser potencializada. Se a Guiné-Bissau ingressar num círculo virtuoso de desenvolvimento, possibilidades de investimentos se apresentarão no médio prazo. É um desafio que meu sucessor poderá explorar. Mas deve-se ter em mente que se trata de um país ainda muito isolado em termos de conectividade, o que desencoraja o deslocamento de missões empresariais e comerciais.

52. O cenário político é incerto. Embora um governo de inclusão tenha sido formado em abril, há embates no âmbito da equipe governamental entre os dois principais partidos - PAIGC e PRS. A realização das eleições – legislativas, em 2018, e presidenciais, em 2019 - pode dar um recomeço político ao país, mas os atores políticos têm sido oblíquos em relação ao assunto. A opacidade está particularmente presente na psique dos guineenses.

53. O Corpo Diplomático local é pequeno e prestigiado, o que torna fácil o acesso às mais altas autoridades. Mas a máquina administrativa é precária, a chancelaria local tem poucos funcionários, o que atrasa respostas às consultas oficiais, que muitas vezes não chegam.

54. Durante a minha gestão, sete diferentes governos se sucederam no país e com todos mantive excelentes relações. No quadro de tensão política permanente, contudo, sem me recusar a receber e a conversar com qualquer força política que tivesse a iniciativa de me procurar, tomei a opção de manter-me equidistante em relação aos partidos e grupos em conflito. Qualquer gesto poderia ser interpretado como uma tomada de posição em favor de um dos lados da disputa. Com origem interna, o impasse político deve ser resolvido pelos próprios guineenses, com a mediação, se solicitada, da comunidade internacional. Tal é essência da posição que defendi e que está em plena sintonia com os princípios de respeito à soberania e de não-ingerência nos assuntos internos dos Estados.

55. O Brasil não tem um passado de potência colonial, nem um presente de país que está na Guiné-Bissau movido pelo interesse de explorar os recursos naturais guineenses. Nessas condições, é visto como um parceiro neutro, imparcial e desinteressado, no melhor sentido da palavra, como um país que alcançou altos níveis de desenvolvimento em algumas áreas e que

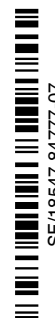
está disposto genuinamente a contribuir para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. As relações bilaterais situam-se num patamar diferenciado e privilegiado em relação aos outros países aqui presentes, o que constitui um ativo político único e invejável, a ser explorado em nosso favor.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

RELATÓRIO Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 78, de 2018 (Mensagem nº 424/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FABIO GUIMARÃES FRANCO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.*



SF/18547.84777-07

Relator: Senador **LASIER MARTINS**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. FABIO GUIMARÃES FRANCO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

O Sr. FABIO GUIMARÃES FRANCO é filho de Renato do Rego Malheiros Franco e Arilva Guimarães Malheiros Franco e nasceu no Rio de Janeiro-RJ em 8 de janeiro de 1965.

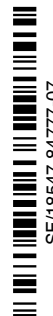
Em 1986, tornou-se *Bachelor of Science* em Finanças pela Universidade de Illinois Champaign-Urbana, Estados Unidos. Em 1992, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD), do Instituto Rio Branco. Na mesma instituição, e já como diplomata, realizou o Curso de Altos Estudos (CAE), em 2015.

Tendo ingressado na Carreira em 1993 como Terceiro-Secretário, ascendeu a Primeiro-Secretário em 2005; a Conselheiro, em 2012 e a Ministro de Segunda Classe, em 2018. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, na Administração Federal e em postos no exterior, destacam-se as de Assistente e Subchefe da Divisão da Ásia e Oceania I (1993-96); Encarregado de Negócios na Embaixada em Hanói (1996); Assistente do Diretor do Instituto Rio Branco (1996-97); Embaixada junto à Santa Sé (1997-01); Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Montevidéu (2001-04) Chefe do DAEX/Setor de Contratados Locais (2004-05); Encarregado de Negócios na Embaixada em Kinshasa (2004); Chefe do Cerimonial do Ministério da Justiça (2005-06); Subchefe da Divisão da América Meridional II (2006-08); Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Washington (2008-11); Embaixada em Luanda (2011-15); e Diretor do Escritório Comercial em Taipé (2015).

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República da Guiné-Bissau, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A República da Guiné-Bissau está situada na África Ocidental e é banhada pelo Oceano Atlântico. Faz fronteira com o Senegal, ao norte, e com a República da Guiné, ao sul e ao leste. A Guiné-Bissau é considerada, pelo Banco Mundial, um dos países mais pobres e frágeis do mundo.



SF/18547.84777-07



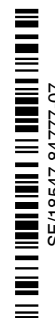
SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

A história da Guiné-Bissau está ligada à do arquipélago de Cabo Verde, ambos ex-colônias portuguesas. Em 1956, o intelectual Amílcar Cabral (bissau-guineense de família de imigrantes caboverdianos) fundou, no exílio, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), cujo objetivo era promover a independência da Guiné-Bissau e sua união a Cabo Verde. A guerrilha contra o colonizador teve início em 1961. Em 1973, Amílcar Cabral foi assassinado e os bissau-guineenses proclamaram a independência, reconhecida pelo governo português em 1974. Luís Cabral, irmão de Amílcar, assumiu a presidência e instituiu regime de partido único, de orientação marxista, liderado pelo PAIGC. Em 1980, Cabral foi deposto por golpe de estado, chefiado pelo General João Bernardo “Nino” Vieira. O golpe selou a separação entre o PAIGC da Guiné-Bissau e o de Cabo Verde, abortando, assim, o processo de unificação dos dois países.

Em 1991, o país adotou o pluripartidarismo. Seguiram-se mais de duas décadas marcadas por turbulências políticas e econômicas, só encerradas com as eleições gerais de abril de 2014 – ocasião em que foi eleito o atual presidente da República, José Mário Vaz.

O Brasil foi o primeiro país fora do bloco socialista a reconhecer a independência da República da Guiné-Bissau ainda em 1974. A embaixada brasileira em Bissau foi aberta naquele mesmo ano. A embaixada da Guiné-Bissau em Brasília foi aberta em 2011, com financiamento brasileiro, por intermédio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Após o golpe de estado de abril de 2012, sob o comando do então Chefe do Estado Maior Geral das Forças Armadas, General António Indjai, a Guiné-Bissau foi submetida a virtual isolamento pela comunidade internacional. O Brasil não reconheceu o governo provisório, e as relações bilaterais ficaram praticamente paralisadas até as eleições gerais de abril e maio de 2014, que marcaram o retorno à democracia.

A cooperação técnica do Brasil com a Guiné-Bissau abrange diversas áreas, como saúde, agricultura, educação, formação profissional e fortalecimento das instituições do Estado. O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau foi assinado em 18/5/1978 e promulgado em 1/8/1979. Em função do golpe de estado de 2012, a maior parte das iniciativas de cooperação foi temporariamente suspensa. Por ocasião das



SF/18547.84777-07



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

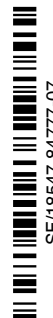
eleições gerais de 2014, o Tribunal Superior Eleitoral, em atenção a pedido da Comissão Nacional de Eleições da Guiné-Bissau, enviou missão técnica para prestar apoio à organização do pleito. O Brasil também enviou integrantes às missões de observação eleitoral da CPLP. Com a posse do novo Governo retomou-se plenamente o programa de cooperação técnica com o país.

A cooperação bilateral brasileira com a Guiné-Bissau chega a US\$ 2,2 milhões, dos quais o Governo brasileiro colabora com USD 1,8 milhão, para financiamento dos seguintes projetos:

- 1) Projeto “Centro de Formação Profissional Brasil – Guiné-Bissau – Fase III – Consolidação e Transferência de Gestão”, desenvolvido em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;
- 2) Projeto “Implantação e Implementação de Unidade de Processamento do Pedúnculo do Caju e Outras Frutas Tropicais na Guiné-Bissau”, desenvolvido em parceria com a EMBRAPA;
- 3) Projeto “Apoio na Área de Diagnóstico Laboratorial do HIV e de outras doenças infecciosas na Guiné-Bissau”, desenvolvido em parceria com o Ministério da Saúde; e
- 4) Protocolo de entendimento firmado entre o TSE e a Comissão Nacional de Eleições – CNE/GB.

No âmbito da pauta de cooperação técnica trilateral, atualmente são desenvolvidas iniciativas em parceria com três organismos internacionais, a saber, UNESCO, PMA e FAO, nas áreas de educação, segurança alimentar e segurança pública.

A Guiné-Bissau é uma importante parceira nos Programas Estudantes-Convênio (PEC-G e PECPG). No PEC-G, a Guiné-Bissau ocupa o 2º lugar entre os países com maior número de participantes. Desde o ano 2000, 1.391 estudantes da Guiné-Bissau participaram do PEC-G, e 59, do PEC-PG.



SF/18547.84777-07



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

A quase totalidade do comércio bilateral com a Guiné-Bissau corresponde às exportações brasileiras. Em 2015 e 2016, o Brasil chegou a importar castanhas (sob a rubrica “cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, frescos ou secos, mesmo sem casca ou pelados”), mas não há registro de importação em 2017. Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2017 foram açúcar (38% do total), extratos de malte (15,1%), e arroz (14,9%). Não há registro de investimentos brasileiros diretos na Guiné-Bissau, tampouco registro de investimentos do país africano no Brasil.

A Guiné-Bissau tem dívida soberana com o Brasil no valor de US\$ 38.849.734,40. Os entendimentos alcançados com o governo bissau-guineense e já aprovados pelo Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE) preveem um abatimento de 95% do montante da dívida. Caso o perdão de 95% proposto pelo Executivo venha a ser confirmado pelo Senado Federal, o saldo remanescente, de US\$ 1.942.486,72, poderá ser pago pelo governo da Guiné-Bissau em 20 parcelas semestrais.

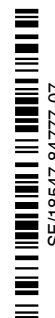
A rede consular brasileira na Guiné-Bissau restringe-se ao Setor Consular da embaixada em Bissau. Não há cônsules honorários do Brasil no país. Há cerca de 300 brasileiros residentes. A comunidade brasileira é composta essencialmente por missionários religiosos e funcionários de organismos internacionais. Não há empresas brasileiras em operação no país.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

2



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 81, DE 2018

(nº 454/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ AUGUSTO SILVEIRA DE ANDRADE FILHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 454

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006 submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ AUGUSTO SILVEIRA DE ANDRADE FILHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

Os méritos do Senhor José Augusto Silveira de Andrade Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de agosto de 2018.

EM nº 00213/2018 MRE

Brasília, 6 de Agosto de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **JOSÉ AUGUSTO SILVEIRA DE ANDRADE FILHO**, ministro de segunda classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ AUGUSTO SILVEIRA DE ANDRADE FILHO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 401 - C. Civil.

Em 16 de agosto de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ AUGUSTO SILVEIRA DE ANDRADE FILHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

Atenciosamente,

DANIEL SIGELMANN
Secretário-Executivo da Casa Civil
da Presidência da República
(Portaria nº 1.925/CC-Pr, de 26 de setembro de 2016)

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE JOSÉ AUGUSTO SILVEIRA DE ANDRADE FILHO**

CPF: 151.032.691-04

ID: 437877 SSP/DF

1958 Filho de José Augusto Silveira de Andrade Netto e Orzette Silveira de Andrade, nasce em 11 de agosto, em Caxias do Sul/RS

Dados Acadêmicos:

1985 CPCD - IRBr
 1996 CAD - IRBr
 2009 CAE- IRBr - "Observação internacional de eleições: instrumento adicional para a atuação diplomática brasileira"

Cargos:

1986 Terceiro-secretário
 1992 Segundo-secretário
 1998 Primeiro-secretário, por merecimento
 2005 Conselheiro, por merecimento
 2011 Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1986-89 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente
 1989-91 Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assistente
 1991-93 Departamento do Meio Ambiente, assistente
 1993-96 Embaixada em Bonn, segundo-secretário
 1996-98 Embaixada em La Paz, segundo-secretário
 1998-2000 Presidência da República, Cerimonial, assessor
 2000-04 Missão junto à OEA, Washington, primeiro-secretário
 2004-06 Delegação Permanente junto à Aladi e ao Mercosul, Montevideu, primeiro-secretário
 2006-09 Embaixada em La Paz, conselheiro
 2009-11 Consulado-Geral em Londres, conselheiro
 2011-15 Embaixada em Pretória, conselheiro e ministro-conselheiro
 2015 Consulado-Geral em Santa Cruz de la Sierra, cônsul-geral

Condecorações:

2013 Quadro da Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador
 2015 Quadro Ordinário da Ordem do Rio Branco, Grande Oficial

CLAUDIA KIMIKO ISHITANI CHRISTÓFOLO

DIRETORA, SUBSTITUTA, DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

NAMÍBIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República da Namíbia
GENTÍLICO:	namibiano
CAPITAL:	Windhoek
ÁREA:	823.290 Km ²

POPULAÇÃO (CENSO 2017):	2,458 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Inglês (oficial), africâner, alemão e línguas nativas (Oshivambo, Herero, Nama, etc)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãs, sobretudo luterana (50%) e religiões tradicionais africanas (10 a 20%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialista
CHEFE DE ESTADO:	Hage Geingob (desde mar/2015)
CHEFE DE GOVERNO:	Saara Kuugongelwa-Amadhila (desde mar/2015)
CHANCELER:	Netumbo Nandi-Ndaitwah (desde dez/2012)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017):	US\$ 11,49 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2017):	US\$ 25,5 bilhões
PIB PER CAPITA (2017)	US\$ 4.673
PIB PPP PER CAPITA (2017)	US\$ 10.411
VARIAÇÃO DO PIB	5,2% (2015); 6,4% (2014); 5,6% (2013); 5,06% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,625 (120º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	64,6 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	90,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017):	37%
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar namibiano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Eduardo Carvalho (desde mai/2015)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Samuel Nuuyoma (desde jan/2016)

BRASIL NAMÍBIA US\$ mil (FOB)	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Intercâmbio	23.054	52.414	19.656	25.635	26.264	23.943	28.328	7.038	24.196	11.349
Exportações	22.988	52.412	19.438	24.372	26.171	23.913	28.207	7.021	24.013	11.108
Importações	66	2	219	1.263	93	30	121	17	183	241
Saldo	22.923	52.410	19.219	23.109	26.078	23.883	28.086	7.004	23.829	10.867

Com dados da Divisão de Inteligência Comercial (MRE/DPR/DIC, com base em dados do MDIC/SECEX, julho de 2018)

APRESENTAÇÃO

A República da Namíbia, com área superior a 800 mil km² e população de cerca de 2,5 milhões de habitantes, localiza-se na porção sudoeste do continente africano, banhada pelo Oceano Atlântico. Possui fronteiras terrestres com a África do Sul, ao sul; com o Botsuana, a leste; com Angola, ao norte; e, no extremo nordeste do país, nos limites da região do Zambezi (outrora conhecida como “Faixa de Caprivi”), com a Zâmbia. A cerca de 200 metros da fronteira namibiana com a Zâmbia, está o Zimbábue, com quem oficialmente a Namíbia não possui fronteiras.

A maior parte do território namibiano tornou-se um protetorado do império alemão em 1884, tendo permanecido como colônia germânica até o fim da Primeira Guerra Mundial. Em 1920, a Liga das Nações transferiu sua administração para a África do Sul, que impôs suas leis ao novo território, inclusive a política de *apartheid*, em vigor desde 1948. Em 1973, em meio ao processo de descolonização no continente africano, a ONU reconheceu a SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano) como representante oficial do povo namibiano.

Após longa luta contra o governo sul-africano, em 21 de março de 1990 a Namíbia teve reconhecida sua independência (embora a cidade portuária de Walvis Bay tenha permanecido sob controle sul-africano até 1994).

PERFIS BIOGRÁFICOS

Hage Geingob
Presidente



Nascido em 3 de Agosto de 1941, Hage Geingob iniciou sua militância ainda jovem. Aos 20 anos, teve que se exilar no Botsuana, onde foi nomeado, em 1963, representante da South West Africa People's Organization (SWAPO) – atualmente partido político e antes movimento pró-independência. Em 1964, migrou para os Estados Unidos, onde concluiu a educação superior e obteve título de Mestre em Relações Internacionais pela New School University, em Nova Iorque. Também em 1964, foi escolhido representante da SWAPO junto às Nações Unidas, posto no qual permaneceu até 1971. Em 1972, foi nomeado oficial de assuntos políticos junto ao Secretariado das Nações Unidas, e em 1975, diretor do Instituto da ONU para a Namíbia. Em 1989, voltou à Namíbia - após 27 anos - para chefiar a campanha da SWAPO nas primeiras eleições independentes do país. No mesmo ano, foi eleito chairman da Assembleia Constituinte responsável pela redação da Constituição. Em 1990, tornou-se primeiro-ministro, cargo para o qual foi reeleito em 1995. Em 2002, deixou o cargo e, no ano seguinte, assumiu o secretariado executivo do fórum intergovernamental Global Coalition for Africa, baseado em Washington. Em 2007, foi eleito vice-presidente da SWAPO e indicado para o Ministério da Indústria e Comércio. Em 2012, foi reeleito para a Vice-Presidência do partido e novamente nomeado primeiro-ministro, credenciando-se para a sucessão do presidente Hifikepunye Pohamba nas eleições de 2014. Em novembro de 2014, foi eleito presidente da Namíbia com 86,7 % dos votos, maior votação da história do país.

Saara Kuugongelwa-Amadhila
Primeira-Ministra



Nascida em 12 de outubro de 1967, na província de Omusati, Saara Kuugongelwa-Amadhila é membro da SWAPO desde 1980. No âmbito de sua militância pela independência da Namíbia, exilou-se em Serra Leoa em 1982, com apenas 15 anos. Graduou-se em economia pela *Lincoln University* (Pensilvânia, Estados Unidos), em 1994. Kuugongelwa é membro da Assembleia Nacional da Namíbia desde 1995, ano em que foi designada diretora-geral da Comissão Nacional de Planejamento (órgão ligado à Presidência). Em 2003, foi indicada para o cargo de ministra das Finanças, no qual permaneceu até 2015. Com a eleição de Hage Geingob para a Presidência, foi convidada a ocupar o cargo de primeira-ministra da Namíbia.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Governo brasileiro estabeleceu contatos com a SWAPO desde a década anterior à independência da Namíbia (21 de março de 1990). Sam Nujoma, principal liderança da SWAPO, realizou visita ao Brasil em março de 1987, quando foi recebido pelo então presidente José Sarney. Dois anos depois, o Brasil abriu Escritório de Observação em Windhoek. No âmbito da ONU, o Brasil apoiou o processo negociador que levou à independência do país.

As relações bilaterais iniciaram-se formalmente ainda em 1990, com a criação da embaixada brasileira na Namíbia, e, em 1991, com a visita oficial do então presidente Fernando Collor a Windhoek. Ao longo da década de 1990, as relações bilaterais adensaram-se com a assinatura do Acordo de Cooperação Naval, em 1994, e do Acordo Básico de Cooperação Técnica, em março de 1995.

A década de 2000 representou momento de fortalecimento da relação bilateral. Em 2001, com a assinatura de novo Acordo de Cooperação Técnica, renovou-se o principal instrumento de cooperação entre os dois países. Em 2003, além da abertura da embaixada da Namíbia em Brasília, ocorreram duas visitas oficiais a Windhoek: em maio, do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e, em novembro, do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em junho de 2004, o presidente Sam Nujoma esteve no Brasil, acompanhado de delegação empresarial e de altas autoridades do governo.

Logo após sua eleição, em 2004, o presidente Hifikepunye Pohamba afirmou esperar que o relacionamento com o Brasil fosse aprofundado não só em nível político, mas também – e principalmente – no âmbito econômico-comercial. Em março de 2005, o vice-presidente José Alencar visitou a Namíbia por ocasião da posse de Pohamba. Em setembro de 2008, o ministro das Relações Exteriores namibiano, Marco Hausiku, viajou ao Brasil e assinou Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas. No ano seguinte, o presidente Pohamba visitou novamente nosso país.

Em julho de 2011, o ministro Antonio Patriota esteve em Windhoek e, em maio de 2012, o chanceler Utoni Nujoma veio ao Brasil. Entre os temas abordados, destacaram-se a cooperação naval e o apoio brasileiro ao levantamento da plataforma continental namibiana, a atuação da Petrobras e da HRT na Namíbia, bem como a expectativa de que a presença brasileira no país pudesse ser estendida a setores como mineração, beneficiamento de diamantes e modernização do porto de Walvis Bay. O ministro Celso Amorim realizou visita à Namíbia em 2013. Em maio de 2017, o ministro Aloysio Nunes Ferreira visitou Windhoek, oportunidade em que foram tratados temas de cooperação naval e nas áreas de saúde, agricultura e investimentos.

Cooperação em defesa

A cooperação em matéria de defesa é tema central nas relações entre o Brasil e a Namíbia, respaldada pelo Acordo de Cooperação em Defesa, assinado em 2009 e em vigor internacional desde agosto de 2011. Além de frequentes trocas de visitas de alto nível, inclusive de ministros da Defesa, mecanismos como o Grupo de Trabalho Bilateral em Defesa refletem a atenção especial conferida a esse tema por ambos os países.

Cooperação Naval

A cooperação naval é o principal motor da cooperação bilateral em matéria de defesa. Foi iniciada em 1994, quando da devolução do porto de Walvis Bay à Namíbia pela África do Sul, tendo sido a Fragata brasileira "Niterói" o primeiro navio a atracar sob jurisdição namibiana. Ainda naquele ano foi criada a Missão Naval do Brasil na Namíbia, instituição que vem aprofundando o conhecimento mútuo das Marinhas de ambos os países, e assinado o Acordo de Cooperação Naval entre os dois países (renovado em 2001) com o objetivo de criar e fortalecer a Força Naval da Namíbia, por meio de formação e treinamento de pessoal militar, fornecimento de equipamentos e serviços, e estabelecimento de estrutura de cooperação.

Ainda no âmbito da cooperação naval, o Brasil, por meio da EMGEPRON, ajudou na coleta de dados da plataforma continental da Namíbia e na elaboração do Relatório de Submissão às Nações Unidas apresentado por aquele país, em 2009, à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC).

Em 2004, o Brasil doou à Marinha da Namíbia a Corveta "Purus", rebatizada "NS Lt-Gen Dimo Hammambo", e forneceu apoio logístico, assistência técnica e treinamento a toda a tripulação. No mesmo ano, foi assinado Acordo para o fornecimento de um Navio-Patrolha de 200 toneladas e duas Lanchas-Patrolha, o que resultou na entrega oficial à Marinha da Namíbia, em 2009, do Navio Patrulha "Brendan Sinbwaye", da classe Grajaú, construído pela Indústria Naval do Ceará (INACE), e de duas Lanchas de Patrulha da classe Marlim.

De 2001 a 2011, 1179 militares namibianos (90% do efetivo da Marinha) foram formados em escolas brasileiras. Com apoio de instrutores brasileiros, o Curso de Formação de Marinheiros na Base de Walvis Bay tem formado, desde 2011, cerca de 50 militares namibianos por ano. Em 2017, foram realizadas diversas atividades de intercâmbio e treinamento militar, no Brasil e na Namíbia, inclusive Curso de Formação de fuzileiros navais, especialização em infantaria, estágio básico de operações especiais e outros cursos técnicos. Um oficial namibiano se formou na Escola Naval, no Rio de Janeiro, com dois outros ingressando na mesma instituição. Cerca de 30 namibianos realizaram curso de preparação de marinheiros no Brasil.

A cooperação prossegue em 2018, com as seguintes atividades: curso de Formação de fuzileiros navais; curso de Especialização em infantaria, para fuzileiros navais; estágio Básico de Operações Especiais, para fuzileiros navais voluntários; recebimento de trinta marinheiros namibianos no Curso de Especialização, com vistas à sua promoção a cabo; ingresso de um oficial da Marinha da Namíbia na Escola Naval, no Rio de Janeiro; e apoio na elaboração de doutrina da Marinha de Guerra namibiana.

Cooperação em matéria de forças terrestres

Em 2013, a cooperação bilateral se expandiu para incorporar as forças terrestres e, a partir do ano seguinte, oficiais do Exército brasileiro passaram a ministrar aulas de português aos militares namibianos, com vistas a possibilitar-lhes seguir curso de treinamento no Brasil. A partir de 2015, oficiais e praças do Exército da Namíbia começaram a cursar os institutos de treinamento militar no Brasil.

No campo das forças terrestres, a cooperação no período 2015-17 incluiu cursos para oficiais e praças nos centros de ensino a seguir: Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Academia Militar Agulhas Negras, Escola de Sargentos das Armas e Escola de Aperfeiçoamento de Sargento das Armas. Também se ofereceu treinamento no Precurso de Paraquedistas, no Curso de Técnicas de Construção para Sargentos, no Curso de Pelotão de Escolta e no curso de Operações na Caatinga.

Em 2018, oferecem-se vagas para nove oficiais e seis praças nos centros de ensino: Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Academia Militar Agulhas Negras, Escola de Sargento das Armas e Escola de Aperfeiçoamento de Sargento das Armas, além do Curso de Cartografia e Sistemas de Informação Geográfica.

Desde 2014, 118 militares das Forças Terrestres formaram-se nos cursos da língua portuguesa ministrados em solo namibiano por oficial do Exército brasileiro. Em 2018, serão formados outros 13 alunos.

Indústria de defesa

A convite do então Comandante do Exército Brasileiro, General-de-Exército Enzo Martins Peri, o Comandante do Exército da Namíbia, Major-General Thomas Hamunyela, realizou visita ao Brasil entre os dias 18 e 25 de outubro de 2014, com o especial interesse de incrementar a cooperação bilateral na área de ensino militar, reconhecendo no Exército Brasileiro “uma referência mundial”.

Atendendo a pedidos especiais da parte namibiana, foi feita apresentação da empresa brasileira Agrale, sobre a sete diferentes versões da família veículos militares 'Marruá' - uma vez que as Forças de Defesa da Namíbia adquiriram 140 dessas viaturas, e há perspectiva de assinatura de novos contratos. O General Hamunyela visitou também a sede da empresa Avibras, localizada em São José dos Campos, onde manifestou grande interesse pelo Sistema ASTROS 2020.

Por fim, cumpre ressaltar, ainda na área de produtos de defesa, o interesse manifestado pelo então Ministro da Defesa namibiano, Charles Namoloh, por ocasião de sua visita oficial a Brasília, em outubro de 2012, em adquirir aeronaves A-29 Super Tucano da Embraer, além de veículos militares blindados e sistemas de comunicação e monitoramento. Executivos da Embraer Defesa e Segurança têm visitado a Namíbia, desde 2014, procurando enfatizar a adequação dos aviões Super Tucano e KC-390 aos desejos do país de ampliar sua capacidade de participar de missões de paz no cenário africano.

Comércio bilateral

Em 2017, a corrente de comércio bilateral somou US\$11,349 milhões, sendo que o Brasil exportou US\$11,108 milhões para a Namíbia e importou US\$241 mil do país africano. A forte queda em relação a 2016 (quando a corrente atingiu US\$24,196 milhões) deveu-se ao fato de que, naquele ano, o Brasil realizou grande exportação, de mais de US\$ 20 milhões, de locomotivas e locotratores para a Namíbia. Em 2017, o açúcar foi o principal item da pauta de exportações do Brasil (47,5% do total, somando US\$5,273 milhões), seguido por carnes de frango (33,3% da pauta, ou US\$3,701 milhões).

As importações brasileiras com origem na Namíbia foram dominadas pelos mármores e outras pedras calcárias de construção, que representaram 72,7% da pauta (US\$175 mil). Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina e inseticidas representaram 11,4% da pauta de importações (US\$27 mil).

O Brasil foi o 66º importador de produtos namibianos, com participação de menos de 0,1% do total exportado pelo país (US\$3,846 bilhões), e ocupou o 21º lugar entre os exportadores para a Namíbia, com 0,2% de participação nas importações do país.

Nos últimos cinco anos, o superávit brasileiro caiu 9%, atingindo US\$ 23,8 milhões em 2016 (99º maior saldo positivo na balança comercial brasileira).

Air Namíbia – Embraer

A companhia aérea local, *Air Namíbia*, enfrenta dificuldades financeiras, sobretudo no que diz respeito a sua frota de Airbus A330 (2 aeronaves). A comissão de compras da empresa convidou a Embraer para apresentar proposta de renovação de sua frota (que já conta com 6 aeronaves Embraer ERJ 135, em regime de *leasing*). Em 18 de abril de 2018, delegação da empresa brasileira esteve na Namíbia para avançar nas tratativas, embora não se tenha, na ocasião, chegado a consenso sobre as possíveis formas de participação da Embraer na renovação da frota da *Air Namíbia*.

Negociações para a assinatura de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)

O Brasil apresentou oficialmente à Namíbia, em abril de 2016, proposta de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). Embora tenha expressado a disposição de discutir a proposta brasileira, o governo do país indicou, em junho do mesmo ano, ter interrompido a negociação de tais instrumentos enquanto revisava sua política na matéria.

Temas consulares

Estima-se que cerca de 140 brasileiros residam atualmente na Namíbia. Não há registro de cidadãos brasileiros presos ou de casos consulares relevantes no país.

Vistos de Negócios

Proposta de acordo de isenção de vistos de negócios foi enviada à chancelaria local em 2012. Não houve, até o momento, reação do governo da Namíbia.

Cooperação Bilateral

A cooperação técnica com a Namíbia está amparada por Acordos de Cooperação Técnica celebrados em 1995 e 2001. A pauta bilateral de cooperação foi composta por projetos nas seguintes áreas: gestão de resíduos sólidos, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); desenvolvimento urbano, com a Caixa Econômica Federal (CEF); assistência à produção de frutas subtropicais e leguminosas, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O investimento brasileiro na execução dessas iniciativas foi de cerca de US\$ 230 mil.

Cooperação Educacional

A participação de estudantes namibianos nos Programas Estudantes-Convênio Graduação e Pós-Graduação está amparada pelo Acordo de Cooperação Cultural e Educacional (em vigor desde 18/10/1998). Entre os anos 2000 e 2017, 52 estudantes namibianos vieram ao Brasil cursar graduação no âmbito do PEC-G, e 2 candidatos foram selecionados para cursar pós-graduação no âmbito do PEC-PG.

POLÍTICA INTERNA

Instituições

Desde que se tornou independente da África do Sul, em 1990, a Namíbia constituiu-se como uma república presidencialista democrática, fundada no estado de direito. Reconhece-se o pluripartidarismo, e eleições diretas presidenciais, parlamentares e provinciais são realizadas regularmente a cada cinco anos. O Poder Legislativo é bicameral, dividido em Assembleia Nacional (câmara baixa, com 72 representantes) e Conselho Nacional (câmara alta, com 26 representantes). O Poder Judiciário opera com independência e o Ministério Público exerce efetivo e permanente controle sobre as ações de governo e sobre as finanças públicas. A Comissão Anticorrupção tem atuado para preservar um ambiente de respeito ao bem público e favorece a formação de um bom clima de negócios.

A Namíbia destaca-se entre os principais investidores africanos na área social. Cerca de 30% do orçamento é destinado à área social, especialmente educação e saúde. Não obstante esses investimentos sociais, dados do Banco Mundial indicam que, em 2016, 13,8% da população entre 15 e 49 anos de idade seria portadora do vírus HIV.

Desdobramentos recentes

Embora seja um regime multipartidário, o país tem sido governado ininterruptamente, desde a independência, pela SWAPO, movimento que liderou o processo de independência e que hoje, como partido político, detém mais de 2/3 dos assentos na Assembleia Nacional. A oposição limita-se a nove partidos pequenos, cinco dos quais com representação no Parlamento.

Sam Nujoma permaneceu quinze anos na Presidência (da independência, em março de 1990, a 2005), por três mandatos sucessivos. Goza de extrema popularidade. Em 2005, recebeu o título oficial de Pai Fundador da Nação Namibiana (*Founding Father of the Namibian Nation*). Sua administração foi norteadora por busca da reconciliação nacional, redução da pobreza, encaminhamento da reforma agrária, diversificação da economia e combate à pandemia do HIV/AIDS.

As eleições presidenciais de 2014 consagraram a vitória de Hage Geingob, que ocupava os cargos de primeiro-ministro e vice-presidente da SWAPO. Com 86,7 % dos votos, foi o presidente mais bem votado na história da Namíbia. Geingob conta com folgada maioria na Assembleia Nacional: dos 96 assentos em disputa nas últimas eleições, a SWAPO elegeu 77 parlamentares. Em meio às forças de oposição, a maior bancada é a da DTA, com 5 parlamentares.

No dia 14/07/2018, faleceu o célebre político Theo-Ben Gurirab, ícone da independência namibiana e um dos principais negociadores do processo de independência da Namíbia e da reincorporação da cidade de Walvis Bay à soberania namibiana. Seu falecimento foi motivo de grande comoção no país.

Debate político atual

No debate político atual, as discussões visando à suspensão da vigência do corredor sanitário situado ao norte do país são um dos principais focos das atenções. Delineado pelos alemães no século XIX para conter surtos de peste, o traçado da *redline* pouco se modificou desde então. A partir da década de 1960, passou a ser justificado como barreira necessária à circulação de vírus no campo, cujo foco de disseminação se originaria nas áreas setentrionais, onde o regime de chuvas é mais generoso e a aplicação de medidas profiláticas, menos criteriosa.

A *redline* divide o país em duas áreas com acentuadas distinções socioeconômicas. Nas áreas ao norte da linha divisória – que concentram a maioria da população namibiana e a maior parte da população negra –, os índices de pobreza, de desemprego e de infecção pelo vírus HIV são consideravelmente superiores aos índices registrados na parte meridional da linha. Há restrições, por exemplo, para a comercialização, no sul do país, de rebanhos criados no norte, constituindo um entrave ao desenvolvimento

econômico e à integração das regiões do país. No norte da Namíbia, estão cerca de 2 milhões das 2,8 milhões de cabeças de gado do país.

A reversão da marginalização de porções ao norte do território tem sido meta de políticas do atual governo, embora não sejam desprezíveis as críticas dos fazendeiros do centro-sul no sentido de que o fim da barreira sanitária poderia levar a novo ciclo de recessão econômica, com queda abrupta no preço da carne vendida localmente e aumento da dificuldade para exportar o produto para o mercado europeu.

Também em debate estão as medidas para reduzir as desigualdades de renda. O projeto de lei denominado *New Equitable Economic Empowerment Framework* (Neeef) prevê, por exemplo, mecanismos de participação dos empregados nas ações das companhias. Um dos pontos mais polêmicos – a venda obrigatória de 25% do controle das empresas dos brancos a empresários negros – acabou sendo retirado do projeto, embora o presidente Hage Geingob tenha-se manifestado com frequência em tom bastante crítico à proteção que a Constituição do país oferece aos namibianos mais ricos, muitos dos quais fazem parte da população branca.

Perspectivas

Após 25 anos como partido dominante no cenário nacional, a SWAPO não parece ter sua hegemonia em risco. Nas últimas eleições para autoridades regionais e municipais, conduzidas em dezembro de 2015, o partido registrou vitória avassaladora. A legenda foi, pela primeira vez, a mais votada em todos os Conselhos Regionais, o que lhe garantiu o controle do Conselho Nacional (a câmara alta do Congresso). Os resultados das eleições municipais também foram amplamente favoráveis à SWAPO, que venceu em 54 das 57 circunscrições do país.

POLÍTICA EXTERNA

Linhas gerais

Desde a independência, a política externa namibiana tem sido marcada por uma participação construtiva do país em fóruns multilaterais, como as Nações Unidas, a União Africana, a União Aduaneira da África Austral (SACU), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Movimento Não-Alinhado.

O governo namibiano também tem mantido relações estreitas com países que o ajudaram materialmente durante as lutas pela independência, como Cuba, China e Rússia. Outro traço de sua diplomacia é o uso de certa retórica antiocidental, remanescente da luta contra o domínio colonial sul-africano e – como ressonância de um passado mais distante – do domínio alemão.

Ressalte-se a preocupação do governo com a formação e atualização dos quadros diplomáticos. Os namibianos orgulham-se da experiência negociadora internacional acumulada pelos seus líderes ao longo da luta pela emancipação política do país. Anualmente, os chefes de missão diplomática são chamados à capital, a fim de atualizarem-se acerca dos principais projetos e programas nacionais.

África

A Namíbia é tradicional defensora da união continental. O governo reconhece o apoio da Organização da Unidade Africana (OUA), predecessora da União Africana (UA), na luta pela independência do país. Como entusiasta da integração regional, o país tem tido papel de destaque na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e na União Aduaneira da África Austral (SACU). Em julho de 2018, a Namíbia aderiu ao Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA) (vide seção “Economia”).

Em junho de 2016, a Namíbia assinou – conjuntamente com Botsuana, Lesoto, Moçambique, África do Sul e Suazilândia, todos membros da SADC, Acordo de Parceria Econômica (APE) que lhe permite livre acesso ao mercado da União Europeia.

A Namíbia entende que se devem buscar soluções africanas para problemas africanos. Ancorado neste princípio, o governo condenou a intervenção da OTAN na Líbia e considera que a decisão teve efeito direto sobre os desdobramentos no Mali. Opõe-se energicamente a toda tentativa de mudança de governo pela força e de alteração das fronteiras reconhecidas pela União Africana. A Namíbia é também defensora histórica da independência da autodenominada República Árabe Saaraui Democrática (RASD), tendo recebido no fim de maio de 2018, com honras de Chefe de Estado, o senhor Brahim Gali, líder saaraui, em visita a Windhoek.

África do Sul

As relações com a África do Sul são estreitas, apesar de persistir certa tensão, derivada da excessiva dependência econômica de Windhoek em relação a Pretória.

A África do Sul é o principal parceiro comercial da Namíbia. Representa em torno de 80% das importações namibianas e destino de cerca de 27% das exportações. A África do Sul é também o principal investidor na Namíbia, notadamente nos setores minerador, bancário e de seguros. A África do Sul fornece metade da energia elétrica e do petróleo consumido pela Namíbia. Em

março de 2018, o presidente sul-africano Cyril Ramaphosa visitou Windhoek, tendo tratado de temas variados, com ênfase nas relações econômico-comerciais entre os países. Em abril, o presidente Hage Geingob compareceu às exéquias de Winnie Mandela, em Soweto, quando convidou a primogênita dos Mandela a receber, em Windhoek, a comenda civil que o presidente namibiano havia conferido a Winnie Mandela em 2016 – pois a homenageada não pudera comparecer na ocasião.

Angola

As relações com o governo de Luanda são consideradas particularmente importantes, refletindo as ligações estreitas entre a SWAPO e o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Entre 1976 e 1985, Luanda foi sede do quartel-general do movimento independentista namibiano. As Forças Armadas da Namíbia, por sua vez, contribuíram para a queda final do líder opositor Jonas Savimbi, da UNITA.

O governo namibiano tem expressado reiteradamente sua disposição de estreitar vínculos com o governo angolano, considerados estratégicos, de forma a reduzir a dependência econômica da Namíbia em relação à África do Sul. Em maio de 2018, o presidente angolano João Lourenço visitou a Namíbia e tomou parte na solenidade em memória do 40º aniversário do massacre de Cassinga, quando forças da África do Sul atacaram o campo de refugiados localizado no sul de Angola, matando cerca de 600 namibianos e 300 angolanos. Tropas cubanas prestaram os primeiros socorros e evacuaram os feridos, tendo acolhido dezenas de órfãos namibianos a quem foram oferecidos estudos até que pudessem retornar ao país – sendo uma das ações que contribuem para o imenso prestígio de Cuba junto ao governo da Namíbia. Durante a visita, João Lourenço anunciou que o banco de Angola liberaria montante de cerca de US\$ 51 milhões referentes ao acordo de conversão cambial firmado entre os dois países em 2014, o que representa ajuda significativa para o combalido estado das contas externas da Namíbia.

Angola e Namíbia firmaram acordo sobre o uso comum do rio Cunene e projeto de construção de uma usina hidrelétrica (Baynes) na região fronteira, com capacidade de 600Mw.

Alemanha

As relações entre a Namíbia e a Alemanha têm caráter especial. Antiga metrópole, a Alemanha ainda se faz presente na língua e em prédios e monumentos construídos no período colonial.

Os países têm disputa histórica referente ao pedido namibiano de compensações do governo alemão, em razão do genocídio perpetrado contra os povos autóctones Herero e Nama. O processo dos chamados *Genocide Talks* é dificultado, na origem, pelo fato de Berlim não reconhecer oficialmente as ações do governo colonial alemão como genocídio, a despeito das inúmeras comprovações históricas da campanha de extermínio racial implementada notadamente entre 1904 e 1907, que levaram à morte cerca de 100.000 hereros e namas. A questão da reparação chegou a provocar discussão acalorada entre o presidente Geingob e o embaixador alemão em fevereiro último.

Atualmente, a Alemanha busca intensificar as relações comerciais e a cooperação para o desenvolvimento com a Namíbia, inclusive por meio de investimentos na infraestrutura social e econômica do país. A Namíbia é o principal beneficiário *per capita* da assistência ao desenvolvimento prestada pela Alemanha ao continente africano.

China

Parceira histórica na época da luta pela independência, a China é uma clara prioridade política na agenda namibiana. A presença chinesa é considerável e expandiu-se constantemente nos últimos anos. Apesar da pouca relevância do mercado namibiano, a China parece atentar para a imagem da Namíbia como parceiro confiável e dotado de expressiva riqueza em recursos minerais. O urânio namibiano, em particular, tem despertado o interesse chinês.

Em abril de 2017, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Zhang Ming, foi ao país para manter encontros com o presidente Hage Geingob e a chanceler Netumbo Nandi-Ndaitwah. O vice-ministro chinês prometeu doar US\$ 2,9 milhões para fundo de combate às secas e condenou a participação de chineses na caça ilegal de rinocerontes no país. A imprensa local tem dado destaque à participação de nacionais chineses na caça ilegal de rinocerontes e de companhias chinesas em negócios escusos na Namíbia.

Em março de 2018, o presidente Hage Geingob realizou visita de estado à China, acompanhado de comitiva de 23 ministros de estado, governadores e mais de 60 empresários, com objetivo de atrair mais investimentos chineses para fomentar o desenvolvimento da Namíbia.

Reforma da ONU

A Namíbia segue a posição da União Africana no que se refere à reforma do Conselho. Em relação ao processo negociador, vê com resistências a proposta de arranjo intermediário, não aceitando “assentos de segunda classe” para a África. O país expressou apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no CSNU em junho de 2004, por ocasião da visita do então Presidente Sam Nujoma a Brasília.

ECONOMIA

A economia da Namíbia é, em boa medida, dependente da extração e do processamento de minerais para exportação. Cerca de 20% do PIB e de 50% das divisas recebidas pelo país são decorrentes dessa atividade. O país é um dos principais produtores mundiais de **diamante de aluvião**, cuja média de valor por quilate é a maior do mundo; é o quarto maior produtor de **urânio** (com 8% da oferta mundial do metal); extrai **zinco** em grandes quantidades e, em menor escala, outros metais como cobre e

ouro. A variação dos preços internacionais desses minérios e a perspectiva de exploração de novas minas, especialmente de urânio, são fatores determinantes para a evolução da economia local nos próximos anos. A outra indústria com alguma representatividade econômica é a pesca, setor marcado pela presença de figuras públicas entre seus acionários.

Os últimos dois anos foram marcados por significativa queda na atividade econômica. Em 2017, o país registrou contração de 0,6% do PIB; em 2016, foi registrado crescimento de 1,1%, forte redução se comparado ao crescimento de 5,2% em 2015 e dos 6,4% registrados em 2014, atribuída à baixa no preço internacional das *commodities* e às condições climáticas adversas (seca), bem como às dificuldades econômicas enfrentadas pela África do Sul e por Angola, países de cujas economias a Namíbia é fortemente dependente. A distribuição de renda namibiana permanece uma das piores do mundo, e a diversificação da economia local é uma das prioridades do atual governo. O novo presidente estabeleceu um Ministério de Erradicação da Pobreza e garantiu que a extrema pobreza será eliminada até 2025, o que coincidirá com o fim de seu eventual segundo mandato.

A agricultura local é de subsistência e, apesar da pequena participação no PIB, emprega cerca de 40% da população economicamente ativa do país. A fim de incentivar o desenvolvimento de uma agricultura comercial competitiva e de coibir o elevado êxodo rural, o governo namibiano vem desenvolvendo o projeto *Green Scheme Initiative*, que, desde outubro de 2004, tem promovido o uso intensivo de irrigação. O aumento da produção agrícola é visto como oportunidade para garantir emprego em zonas rurais e desencorajar migração em massa para as cidades.

A reversão do perfil importador do país (estima-se que cerca de 75% de tudo que se consome na Namíbia seja importado da África do Sul) exige grandes investimentos e melhorias de ordem técnica que não parecem tangíveis no curto prazo. O aumento das secas tem se mostrado entrave de difícil solução.

A taxa de desemprego do país alcançou o alarmante nível de 37% em 2017 (dados oficiais da *National Planning Commission*). As autoridades namibianas reconhecem, nesse sentido, que o crescimento econômico do país ainda tem sido insatisfatório para atingir os objetivos de redução significativa da pobreza e de conversão do país em uma sociedade industrial.

Para melhorar a qualificação da mão de obra local, o presidente Geingob anunciou a introdução de ensino secundário público e universal no país, encorajando o setor privado a “fazer mais” com relação ao desenvolvimento de habilidades e ao treinamento da mão de obra namibiana.

Em termos de infraestrutura, a principal limitação do país é a oferta de energia, com o resultante encarecimento desse insumo. A Namíbia depende do fornecimento de energia de seus principais vizinhos (África do Sul, Angola e Zâmbia), com os quais há projetos de interconexão das linhas de transmissão de energia sendo desenvolvidos. Atualmente, somente 47% da população faz uso de energia elétrica.

A matriz energética da Namíbia é dominada por combustíveis fósseis (77% da oferta de energia provém do petróleo). A despeito da intensa prospecção em suas águas territoriais, ainda não há exploração comercial de petróleo no país, que depende integralmente de importações de derivados para atender à demanda doméstica. A expansão de energias renováveis é parte da política energética da Namíbia, país que possui bom potencial de geração eólica e solar. Em abril de 2015, entrou em vigor uma *Renewable Energy Feed-In Tariff* (REFIT), tarifa especial que busca incentivar micro e minigeração elétrica por fontes renováveis (biomassa, solar e eólica).

Ainda em termos de infraestrutura, buscam-se a extensão e o aperfeiçoamento das malhas rodoviária e ferroviária e da estrutura portuária, sendo dois os projetos principais: a construção da Ferrovia Transkalahari, que ligará Botsuana ao litoral da Namíbia - atraindo para o litoral atlântico fluxos comerciais que, de outra forma, seriam dirigidos ao porto de Durban, na África do Sul, o qual se encontraria próximo à saturação; e o projeto de ampliação do parque de tanques petroleiros no complexo portuário de Walvis Bay.

Investimentos

A estabilidade política e a segurança jurídica são os dois grandes diferenciais que fazem da Namíbia um polo de atração para investimentos estrangeiros. Em vista das particularidades do país, as melhores oportunidades de investimento estariam no campo dos minérios, da construção civil e projetos de engenharia, do processamento da pesca e da geração de energia.

Como economia voltada para a exportação, a Namíbia dispõe de dois principais mecanismos destinados a atrair investimento direto estrangeiro: a *Foreign Investment Act* (implementada em 1990, estabelece igualdade de condições entre investidores locais e estrangeiros) e o Programa de Zonas de Processamento de Exportação (de 1996, oferece benefícios como isenção fiscal, legislação trabalhista flexível, isenção do imposto de importação para a compra de maquinário e insumos básicos e permissão para manter conta corrente em moeda estrangeira nos bancos locais).

Os investimentos externos têm-se concentrado na exploração de minérios. Os principais países investidores no setor mineiro namibiano (dados de 2015) são África do Sul, Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha.

No que tange à atuação de empresas brasileiras, a unidade de negócios de óleo e gás da construtora Cowan opera dois poços na bacia de Luderitz, com participação de 20% em consórcio com mais outras três empresas estrangeiras do setor.

A Petrobras abriu mão, em 2014, dos direitos de exploração de bloco localizado no mar meridional da Namíbia, que explorava em parceria com British Petroleum e Enigma, por considerá-lo de altíssimo risco comercial.

A construtora Camargo Correa vem, desde 2015 prospectando negócios na Namíbia, já havendo manifestado interesse na duplicação de rodovias no país. A Queiroz Galvão também mantém escritório no país.

Por sua vez, o Walvis Bay Corridor Group é a única empresa namibiana de que se tem notícia presente no Brasil. O grupo, especializado em manuseio de cargas, logística e serviços de transportes, abriu escritório de representação no Brasil em 2012, e alega oferecer o melhor custo-benefício no que concerne ao tempo de viagem e às facilidades logísticas entre a América Latina e a África Austral.

Acordo Continental Africano de Livre Comércio (AfCFTA)

A Namíbia aderiu ao Acordo Africano de Livre Comércio (AfCFTA) na reunião da União Africana ocorrida em Nouakchott, capital da Mauritânia, no início de julho. O documento assinado pelo presidente Hage Geingob necessita ainda ser submetido à Assembleia Nacional para aprovação.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1886-90	Fronteiras internacionais atuais estabelecidas por tratados da Alemanha com Portugal e Reino Unido. A Alemanha anexa o território como África do Sudoeste.
1915	A África do Sul ocupa o território após a Primeira Grande Guerra.
1920	A Liga das Nações garante o mandato sul-africano sobre a África do Sudoeste.
1946	As Nações Unidas não permitem a anexação da África do Sudoeste pela África do Sul. Esta, por sua vez, se recusa a manter aquela sob tutela da ONU.
1958	Herman Toivo Ya Toivo e outros criam o Congresso Popular Ovamboland, que se torna a South West Africa People's Organisation (SWAPO) em 1960.
1961	Assembleia Geral das Nações Unidas pede que a África do Sul termine seu mandato e estabelece a independência da África do Sudoeste como meta.
1966	A SWAPO lança luta armada contra a ocupação sul-africana.
1968	A África do Sudoeste é oficialmente denominada Namíbia pela Assembleia Geral das Nações Unidas.
1972	A Assembleia Geral das Nações Unidas reconhece a SWAPO como único representante legítimo do povo da Namíbia.
1988	A África do Sul concorda com a independência da Namíbia em troca da remoção das tropas cubanas de Angola.
1989	Realização de eleições para a Assembleia Constituinte da Namíbia supervisionadas pela ONU, com vitória da SWAPO.
1990	Em 21 de março, a Namíbia torna-se independente, com Sam Nujoma como primeiro presidente.
1994	Enclave sul-africano de Walvis Bay retorna à Namíbia.
1994	Sam Nujoma e a SWAPO são reeleitos.
1999	Sam Nujoma vence eleições para seu terceiro mandato presidencial.

2004	Hifikepunye Pohamba, escolhido pelo Presidente Nujoma, vence eleições presidenciais. Ele é empossado em março de 2005.
2005	Governo inicia desapropriação de terras pertencentes a fazendeiros brancos como parte do programa de reforma agrária.
2009	Hifikepunye Pohamba é reeleito presidente para mais um mandato.
2012	Após o V Congresso Ordinário da SWAPO, reforma ministerial eleva Hage Geingob ao posto de Primeiro-Ministro.
2014	Hage Geingob é eleito Presidente da República
2018	Falece o célebre político Theo-Ben Gurirab, ícone da independência namibiana.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1987	Visita de Dr. Sam Nujoma ao Brasil como líder da SWAPO, quando foi recebido pelo Presidente José Sarney, março.
1989	Abertura do Escritório de Observação do Governo brasileiro em Windhoek, novembro.
1990	Criação da Embaixada do Brasil, Decreto nº 99.404, de 19 de julho.
1990	Apresentação de credenciais do primeiro Embaixador brasileiro em Windhoek (Mario Augusto Santos), novembro de 1990.
1991	Visita do Presidente Fernando Collor, Windhoek, 13 de setembro.
1994	Assinatura do Acordo de Cooperação Naval, 4 de março.
1995	Visita do Ministro de Negócios Estrangeiros, Theo Ben-Gurirab, para Reunião da Comissão Mista, Brasília, 07 de março. Assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica.
1995	Visita oficial do Presidente Sam Nujoma ao Brasil, (Brasília, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro), 31 de outubro a 3 de novembro.
1999	Visita de Estado do Presidente Sam Nujoma ao Brasil, Brasília, 28-29 de setembro.
2001	Assinatura de Acordo sobre Cooperação Naval, 03 de dezembro.
2003	Visita oficial do Ministro das Relações Exteriores a

	Windhoek, Embaixador Celso Amorim, 8-9 de maio.
2003	Abertura da Embaixada da Namíbia em Brasília, outubro.
2003	Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Windhoek, 6-7 de novembro.
2004	Visita de trabalho do Presidente Sam Nujoma, São Paulo, 20-22 de junho.
2005	Visita do Vice Presidente José Alencar a Windhoek para a posse do Presidente Hifikepunye Pohamba, 21 de março.
2008	Visita oficial do Ministro das Relações Exteriores, Marco Hausiku, Brasília, 17 de setembro.
2009	Visita oficial do Presidente Hifikepunye Pohamba, em fevereiro.
2009	Visita do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, à Namíbia em junho. Assinatura de Acordo de Cooperação.
2011	Visita do Ministro Antonio Patriota a Windhoek (julho); realização da II Reunião da Comissão Mista (11-12 de julho).
2012	Visita do Ministro Utoni Nujoma a Brasília (maio)
2012	Visita do Ministro da Defesa da Namíbia, Charles Namoloh (outubro).
2013	Visita do Ministro Celso Amorim a Windhoek.
2015	Chefe do Estado Maior do Exército, General Sérgio Westphalen Etchegoyen, visitou a Namíbia.
2017	Ministro Aloysio Nunes Ferreira realiza visita a Windhoek.

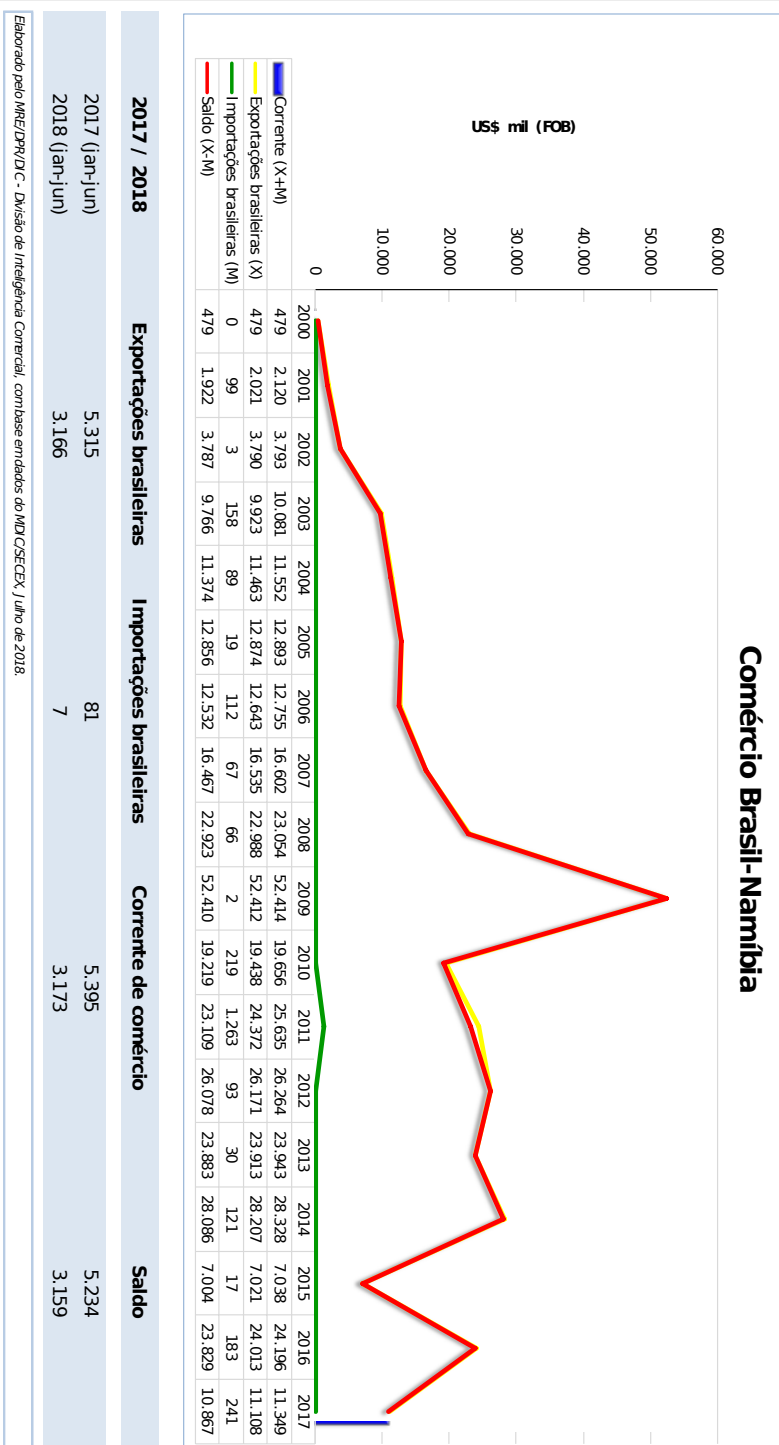
TÍTULO	DATA DA CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR
Acordo para Dispensa de Visto em Passaporte Diplomático, de Serviço ou Comum	29/10/1992	28/11/1992
Acordo Básico de Cooperação Técnica	07/03/1995	18/09/1998
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	07/03/1995	18/10/1998
Acordo sobre Cooperação Naval	03/12/2001	11/07/2003
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de	29/09/2003	29/09/2003

	Desenvolvimento Urbano			ATOS
	Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Intercâmbio Técnico, Científico e Cultural entre Instituições de Patrimônio Histórico	07/11/2003	07/11/2003	
	Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	17/09/2008	17/09/2008	
	Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa	01/06/2009	12/08/2011	
	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia – Fase II"	14/07/2011	14/07/2011	
BILATERAIS				

Mapa

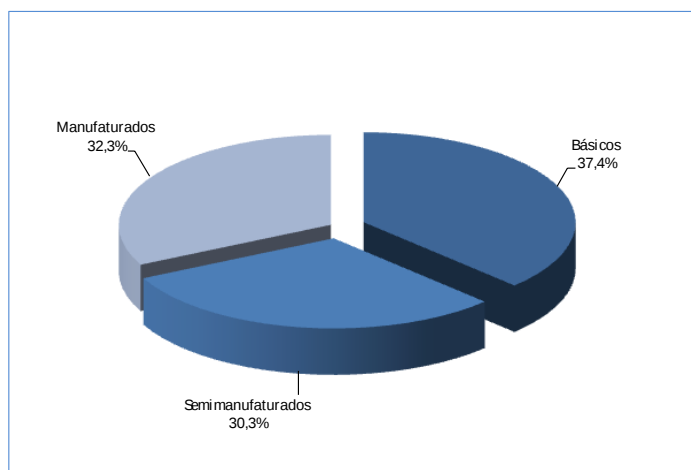


Dados Econômicos e Comerciais

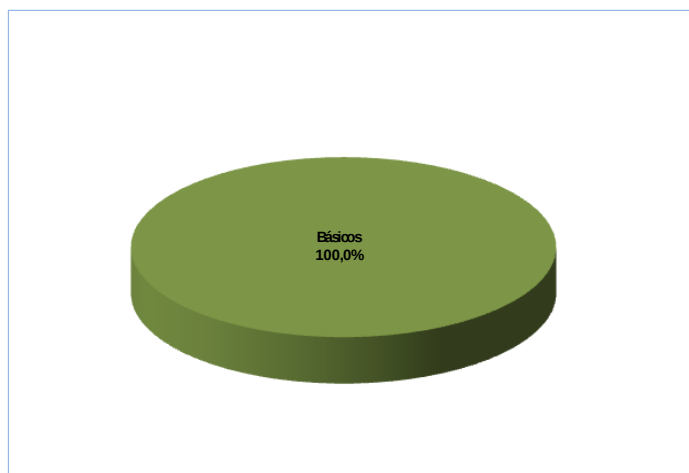


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, julho de 2018.

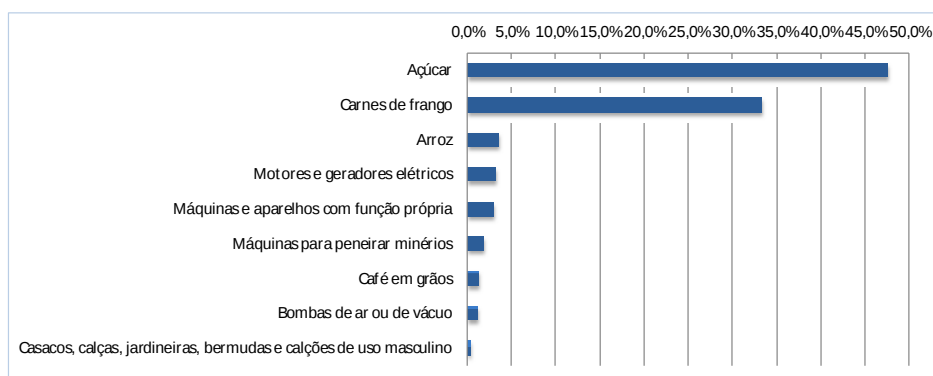
Composição das exportações brasileiras para a Namíbia (SH4)

US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	129	1,8%	545	2,3%	5.273	47,5%
Carnes de frango	840	12,0%	792	3,3%	3.701	33,3%
Arroz	561	8,0%	425	1,8%	390	3,5%
Motores e geradores elétricos	5	0,1%	0	0,0%	352	3,2%
Máquinas e aparelhos com função própria	160	2,3%	0	0,0%	320	2,9%
Máquinas para peneirar minérios	388	5,5%	180	0,7%	200	1,8%
Café em grãos	139	2,0%	100	0,4%	146	1,3%
Bombas de ar ou de vácuo	75	1,1%	26	0,1%	120	1,1%
Casacos, calças, jardineiras, bermudas e calções de uso masculino	606	8,6%	153	0,6%	41	0,4%
Locomotivas e locotratores; tênderes	0	0,0%	20.267	84,4%	0	0,0%
Subtotal	2.903	41,3%	22.488	93,6%	10.543	94,9%
Outros	4.118	58,7%	1.525	6,4%	565	5,1%
Total	7.021	100,0%	24.013	100,0%	11.108	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Correxstat, julho de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



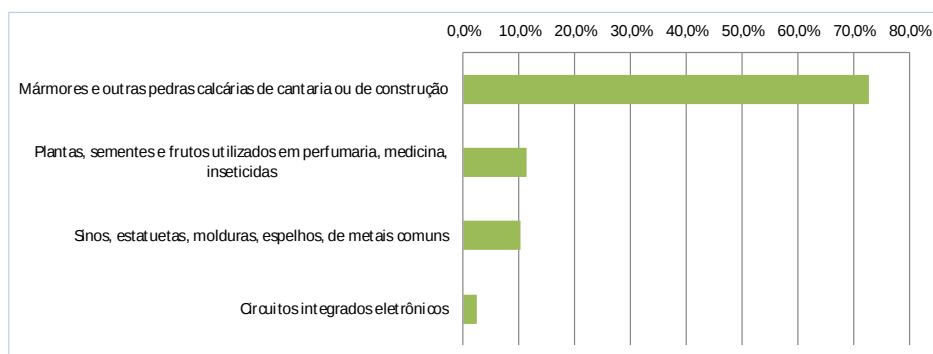
Composição das importações brasileiras originárias da Namíbia (SH4)

US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Mármore e outras pedras calcárias de cantaria ou de construção	0	0,0%	71	38,5%	175	72,7%
Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas	15	89,0%	41	22,4%	27	11,4%
Sinos, estatuetas, molduras, espelhos, de metais comuns	0	0,0%	0	0,0%	25	10,2%
Circuitos integrados eletrônicos	0	0,0%	0	0,0%	6	2,5%
Subtotal	15	89,0%	112	61,0%	233	96,8%
Outros	2	11,0%	72	39,0%	8	3,2%
Total	17	100,0%	183	100,0%	241	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Correxstat, julho de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

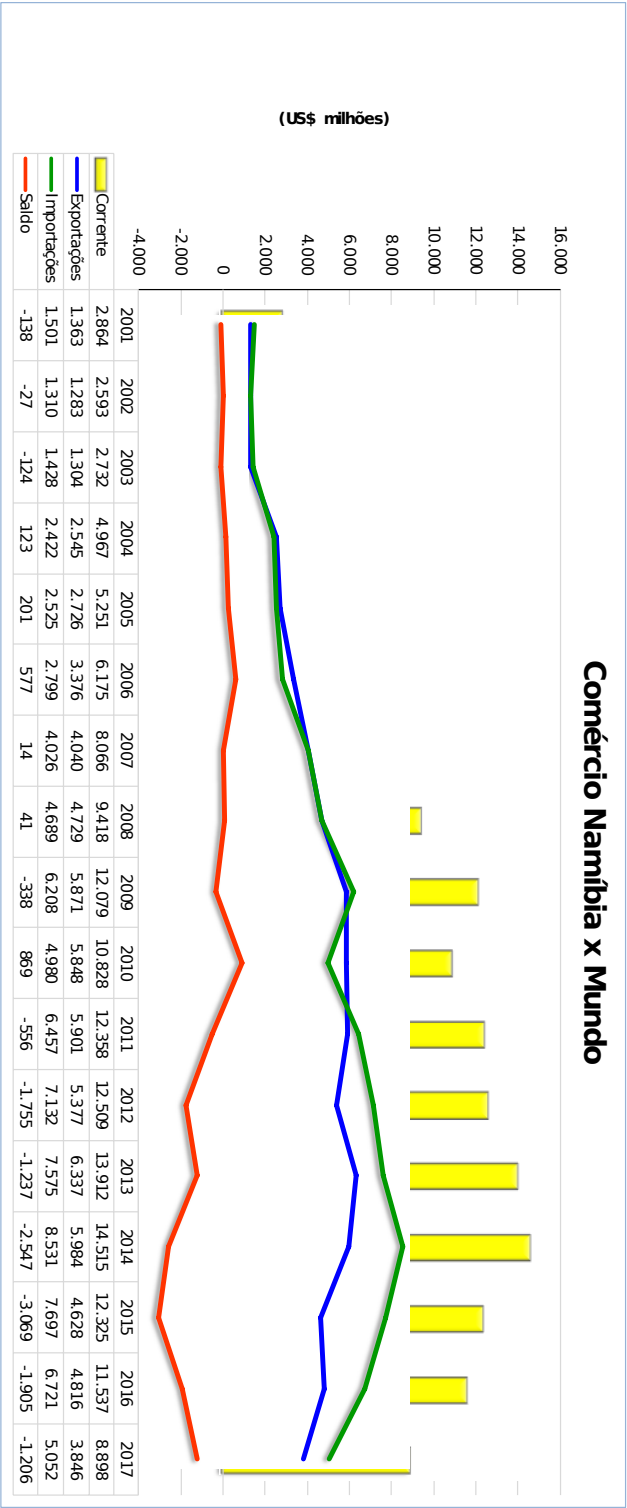


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-jun)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-jun)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Carnes de frango	795	15,0%	1.740	55,0%	Carnes de frango 55,0%
Açúcar	3.282	61,7%	307	9,7%	Açúcar 9,7%
Arroz	182	3,4%	236	7,5%	Arroz 7,5%
Pneus novos de borracha	0	0,0%	223	7,0%	Pneus novos de borracha 7,0%
Carnes de suína	16	0,3%	136	4,3%	Carnes de suína 4,3%
Casacos, calças, jardineiras, bermudas e calções de uso masculino	41	0,8%	114	3,6%	Casacos, calças, jardineiras, bermudas e calções de uso masculino 3,6%
Máquinas para peneirar minérios	90	1,7%	80	2,5%	Máquinas para peneirar minérios 2,5%
Tripas, bexigas e estômagos de animais, exceto peixes	0	0,0%	64	2,0%	Tripas, bexigas e estômagos de animais, exceto peixes 2,0%
Ladrilhos não vidrados de cerâmica	41	0,8%	62	1,9%	Ladrilhos não vidrados de cerâmica 1,9%
Máquinas para colheita agrícola	5	0,1%	37	1,2%	Máquinas para colheita agrícola 1,2%
Subtotal	4.452	83,8%	2.998	94,7%	
Outros	862	16,2%	168	5,3%	
Total	5.315	100,0%	3.166	100,0%	

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-jun)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-jun)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Impressoras e máquinas auxiliares para impressão	0	0,0%	3	46,4%	Impressoras e máquinas auxiliares para impressão 46,4%
Software, discos e fitas para armazenamento de dados	0	0,0%	2	29,1%	Software, discos e fitas para armazenamento de dados 29,1%
Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas	27	34,1%	1	14,1%	Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas 14,1%
Díodos, transistores	0	0,0%	1	9,6%	Díodos, transistores 9,6%
Mármore e outras pedras calcárias de cantaria ou de construção	43	53,4%	0	0,0%	
Circuitos integrados eletrônicos	6	7,4%	0	0,0%	
Subtotal	77	94,9%	7	99,2%	
Outros produtos	4	5,1%	0	0,8%	
Total	81	100,0%	7	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECXY/Comexstat, julho de 2018.



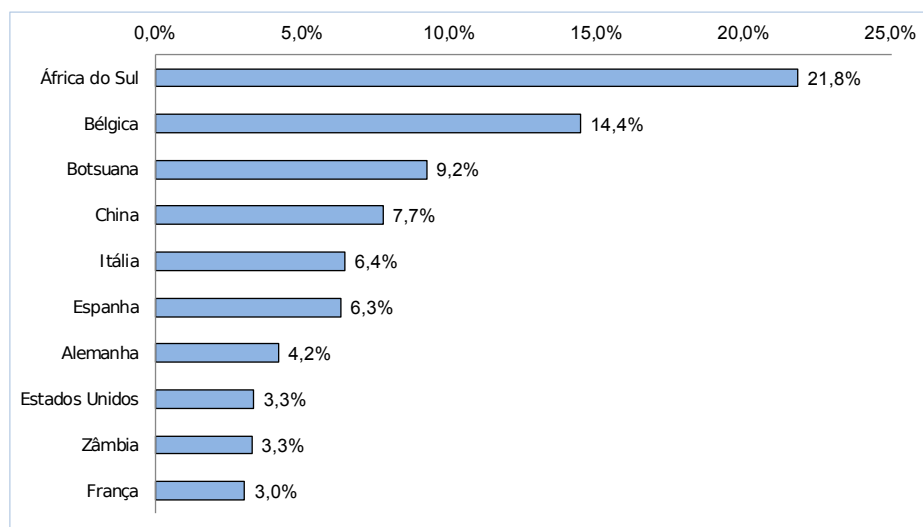
Elaborado pelo MRE/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, July 2018.
O país não informou ao banco de dados TradeMap, suas estatísticas de comércio referentes ao ano de 2017. Portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais destinos das exportações da Namíbia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
África do Sul	839	21,8%
Bélgica	555	14,4%
Botsuana	354	9,2%
China	297	7,7%
Itália	247	6,4%
Espanha	242	6,3%
Alemanha	160	4,2%
Estados Unidos	128	3,3%
Zâmbia	125	3,3%
França	117	3,0%
...		
Brasil (66º lugar)	0	0,0%
Subtotal	3.066	79,7%
Outros países	780	20,3%
Total	3.846	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, July 2018.

O país não informou ao banco de dados Trademap, suas estatísticas de comércio referentes ao ano de 2017. Portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

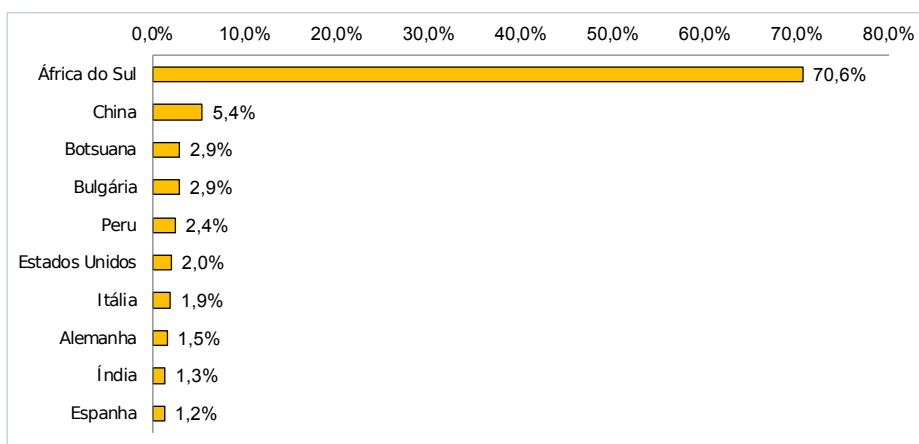


Principais origens das importações da Namíbia
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
África do Sul	3.568	70,6%
China	271	5,4%
Botsuana	147	2,9%
Bulgária	146	2,9%
Peru	123	2,4%
Estados Unidos	101	2,0%
Itália	95	1,9%
Alemanha	78	1,5%
Índia	67	1,3%
Espanha	62	1,2%
...		
Brasil (21º lugar)	11	0,2%
Subtotal	4.669	92,4%
Outros países	382	7,6%
Total	5.052	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, July 2018.

O país não informou ao banco de dados Trademap, suas estatísticas de comércio referentes ao ano de 2017. Portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



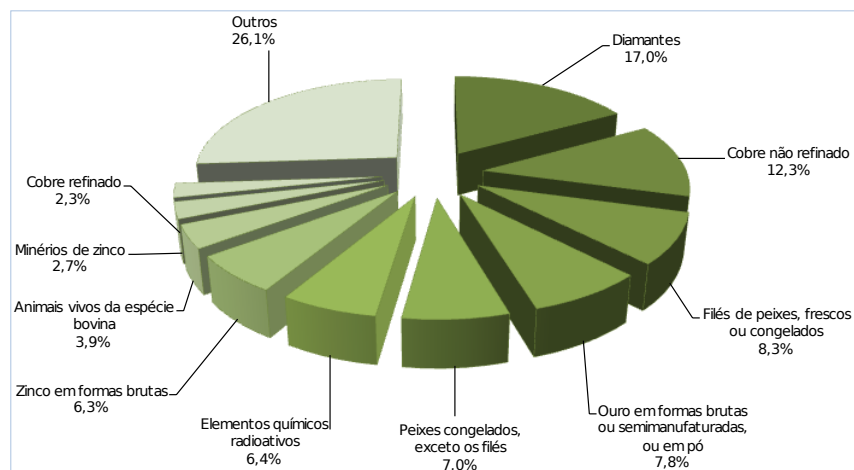
Composição das exportações da Namíbia (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Diamantes	652	17,0%
Cobre não refinado	472	12,3%
Filés de peixes, frescos ou congelados	321	8,3%
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	299	7,8%
Peixes congelados, exceto os filés	268	7,0%
Elementos químicos radioativos	246	6,4%
Zinco em formas brutas	241	6,3%
Animais vivos da espécie bovina	149	3,9%
Minérios de zinco	106	2,7%
Cobre refinado	90	2,3%
Subtotal	2.843	73,9%
Outros	1.003	26,1%
Total	3.846	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, July 2018.

O país não informou ao banco de dados Trademap, suas estatísticas de comércio referentes ao ano de 2017. Portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos exportados



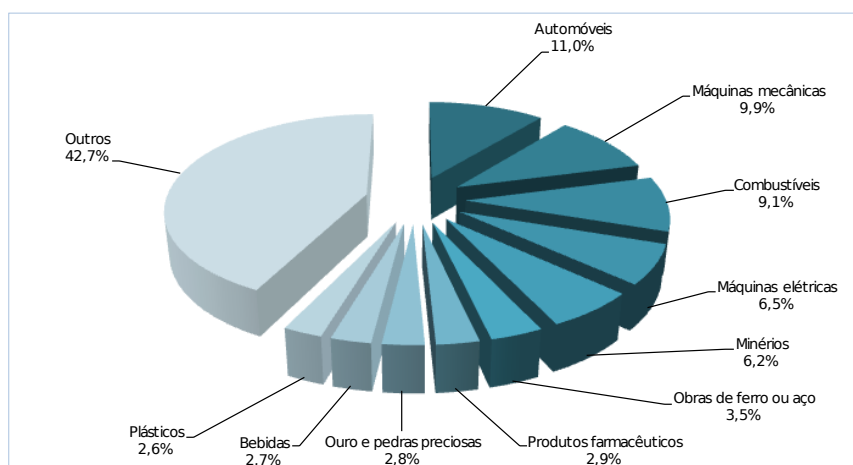
Composição das importações da Namíbia (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Automóveis	556	11,0%
Máquinas mecânicas	502	9,9%
Combustíveis	462	9,1%
Máquinas elétricas	330	6,5%
Minérios	314	6,2%
Obras de ferro ou aço	178	3,5%
Produtos farmacêuticos	144	2,9%
Ouro e pedras preciosas	141	2,8%
Bebidas	136	2,7%
Plásticos	133	2,6%
Subtotal	2.896	57,3%
Outros	2.155	42,7%
Total	5.052	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, July 2018.

O país não informou ao banco de dados Trademap, suas estatísticas de comércio referentes ao ano de 2017. Portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da Namíbia

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	1,08%	-1,16%	1,22%	3,26%	3,78%
PIB nominal (US\$ bilhões)	10,95	12,69	13,30	14,07	14,94
PIB nominal "per capita" (US\$)	4.709	5.413	5.627	5.905	6.218
PIB PPP (US\$ bilhões)	26,35	36,51	27,44	28,95	30,64
PIB PPP "per capita" (US\$)	11.335	11.312	11.613	12.151	12.752
População (milhões habitantes)	2,32	2,34	2,36	2,38	2,40
Inflação (%) ⁽²⁾	7,30%	5,17%	5,75%	5,75%	5,75%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-14,14%	-1,41%	-3,61%	-5,07%	-5,72%
Dívida externa (US\$ bilhões)	6,36	7,97	8,23	8,54	8,71
Câmbio (N\$ / US\$) ⁽²⁾	13,62	12,38	13,45	14,48	15,00

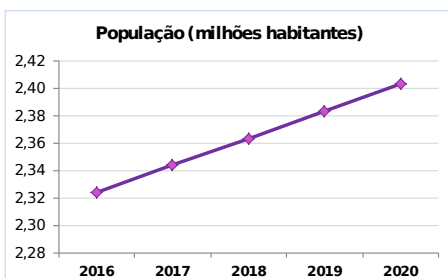
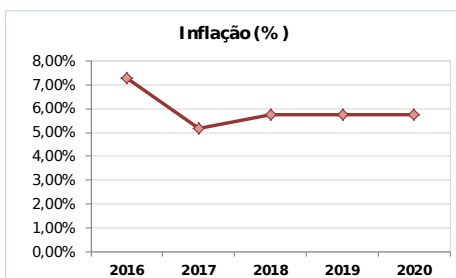
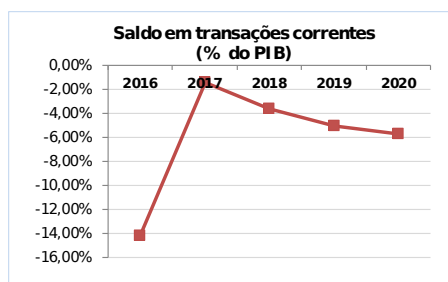
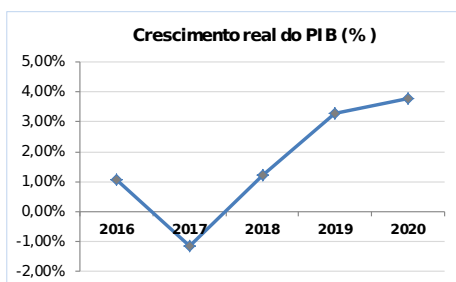
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	6,6%
Indústria	25,8%
Serviços	67,6%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 2nd Quarter 2018 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



EMBAIXADA DO BRASIL EM WINDHOEK**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR EDUARDO CARVALHO**

Transmito, a seguir, relatório simplificado de minha gestão à frente da Embaixada em Windhoek, no período de maio de 2015 a setembro de 2018.

As relações bilaterais entre o Brasil e a Namíbia passam por um período de renovado interesse mútuo. As visitas de alto nível se sucedem, com maior frequência de autoridades brasileiras, efeito não intencional do severo ajuste fiscal aplicado por Windhoek.

2. Desde minha chegada ao Posto, em 12 de maio de 2015, ficou evidente que o Brasil detinha imenso patrimônio de “soft power” junto ao Governo local. A fonte desta importante inserção, no entanto, não advinha das fontes tradicionais, mas de uma fonte sempre reconhecida como “hard power”, a significativa presença da Marinha do Brasil em território namibiano.

3. A cooperação militar se expande, com incremento das atividades do Exército Brasileiro e o adensamento da interação entre as duas Marinhas, inaugurando agora atuação mais sofisticada e ingressando na área de formulação de estratégica. 4.

Neste cenário de difusa boa-vontade com a presença, mas excessivamente concentrada na vertente militar, identifiquei a necessidade de expandir o leque de interesses do Posto, abrir a Embaixada à sociedade e Governo namibianos e atuar de forma proativa no identificar oportunidades para o Brasil.

5. A diversificação de objetivos estratégicos tornou-se, assim, o norte de minha gestão, com a consequente abertura da Embaixada para novos interlocutores e com a elevação do perfil público do Brasil na Namíbia. Na vertente administrativa, foi possível promover a recuperação da estrutura física da Chancelaria, a modernização do parque informático, a recomposição da lotação dos funcionários administrativos e a regularização das contas da Embaixada.

COOPERAÇÃO MILITAR

6. A cooperação naval com a Namíbia remonta a 1994, quanto a África do Sul, recém liberada do regime do Apartheid, recuperou o porto de Walvis Bay. Logo em

seguida ao hasteamento da bandeira namibiana, a fragata brasileira “Niterói” fez entrada no porto, com as honras militares tradicionais. O Brasil marcou sua presença na história do país e reforçou o entendimento de que o Brasil considera o Atlântico Sul como espaço estratégico dos Estados ribeirinhos.

7. Desde 1994, mais de 900 oficiais e praças da Armada e dos Fuzileiros Navais da Namíbia foram formados por instrutores brasileiros, em boa parte nas escolas da Marinha situadas na cidade do Rio de Janeiro. Algumas instruções à tripulação a bordo das embarcações são emitidas em português, principalmente aquelas relativas aos cabos de amarração e atracação. Outra evidência da identidade entre as duas Marinhas foi a adoção, pelos militares namibianos, do uniforme brasileiro, seja na Armada, como nos Fuzileiros Navais.

8. Nos dois últimos anos, a cooperação alcançou patamar inédito de complexidade. As duas Marinhas já discutem políticas de engajamento e de emprego das respectivas belonaves, passo indispensável para um eventual uso conjunto das Forças.

9. A cooperação com o Exército é mais recente, teve início em 2014, com a presença de dois oficiais, em rotação anual, ministrando aulas de português, cultura brasileira e de instrução militar. O Exército brasileiro oferece vagas em todas as suas escolas, para oficiais e sargentos. No ano de 2019, retornarão à Namíbia os primeiros quatro Oficiais formados pela Academia Militar das Agulhas Negras, dois de Infantaria, um de Cavalaria e um de Engenharia. Fui informado pelo Secretário-Executivo do Ministério da Defesa, Almirante Vilho, de que serão aproveitados, em princípio, na Academia Militar de Osona.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

10. A cooperação na área educacional, como elemento da diversificação das atividades do Posto, passou a ser uma das prioridades de minha gestão. Desde 2016, 21 estudantes namibianos estão cursando Engenharia e Arquitetura, no âmbito do Programa de Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G), nas seguintes Universidades:

- a) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);
- b) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
- c) Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);
- d) Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF);

- e) Universidade Estadual de São Paulo (UESP);
- f) Faculdade de Engenharia de São Paulo;
- g) Universidade Federal do Pará (UFPA);
- i) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
- j) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (RJ);
- k) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- l) Universidade Federal do Espírito Santo (UFES);
- m) Universidade Federal de Goiás (UFGO);
- n) Universidade Federal de Alagoas (UFAL);
- o) Instituto Federal da Bahia; e
- p) Universidade Federal do Tocantins (UFTO)

11. A distribuição geográfica dos alunos universitários namibianos cobre todas as regiões brasileiras, o que considero um importante elemento de divulgação da realidade nacional. Uma vez ao ano, os universitários retornam à Namíbia para as férias de verão e, nas reuniões de avaliação levadas a cabo pelas autoridades locais, podem dar depoimento sobre a experiência em cada uma de nossas regiões.

12. O Programa PEC-G prevê um primeiro ano de estudo exclusivo da Língua Portuguesa e, em seguida, o início do curso de graduação propriamente dito, em geral com duração de 4 a 5 anos.

13. Assim, em 2021, retornarão à Namíbia 21 novos engenheiros e arquitetos, que inicialmente serão aproveitados no setor público, com perfeito domínio do idioma português e com conhecimento prático da tecnologia brasileira.

14. Abre-se, portanto, outra frente para uma mais abrangente atuação dessa Missão Diplomática. Sugiro, nesse sentido, a criação de um “Clube” para manter viva a imagem do Brasil junto aos novos profissionais, os quais serão alçados, ao longo dos anos, a cargos de Direção na burocracia estatal.

RELAÇÕES COM O PARLAMENTO

15. Dediquei especial atenção em aproximar a Missão das duas Casas do Congresso namibiano. Pela Constituição, a “National Assembly” é responsável pela elaboração das leis e palco das discussões relevantes para o País. O Presidente daquela Casa, Professor Peter Katjavivi, tornou-se próximo da Embaixada e promoveu alguns eventos em conjunto, como visita de “fact finding” à Região do Kunene e o primeiro Festival de Cinema Brasil-Namíbia.



Senado Federal
Gabinete Senador Airtton Sandoval

RELATÓRIO Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 81, de 2018 (Mensagem nº 454/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ AUGUSTO SILVEIRA DE ANDRADE FILHO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.*



Relator: Senador **AIRTON SANDOVAL**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor José Augusto Silveira de Andrade Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Namíbia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).



Senado Federal
Gabinete Senador Airtón Sandoval

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O indicado é filho de José Augusto Silveira de Andrade Netto e de Orzette Silveira de Andrade e nasceu em Caxias do Sul/RS no dia 11 de agosto de 1958. Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1986, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). Ascendeu a Conselheiro em 2005; e a Ministro de Segunda Classe, em 2011. Sempre por merecimento. Em 2009, após concluir o Curso de Altos Estudos do IRBr, teve aprovada a tese intitulada “Observação internacional de eleições: instrumento adicional para a atuação diplomática brasileira”.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata indicado destacam-se as de primeiro-secretário na Missão junto à Organização dos Estados Americanos, em Washington (2000-04); primeiro-secretário na Delegação Permanente junto à Aladi e ao Mercosul, em Montevideu (2004-06); conselheiro na Embaixada em La Paz (2006-09); conselheiro no Consulado-Geral em Londres (2009-11); conselheiro e ministro-conselheiro na Embaixada em Pretória (2011-15); e cônsul-geral no Consulado-Geral em Santa Cruz de la Sierra (de 2015 até o presente).

Além do currículo do indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República da Namíbia, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A República da Namíbia, com área superior a 800 mil km² e população de cerca de 2,5 milhões de habitantes, localiza-se na porção sudoeste do continente africano, banhada pelo Oceano Atlântico. Possui fronteiras terrestres com a África do Sul, ao sul; com o Botsuana, a leste; com Angola, ao norte; e, no extremo nordeste do país, nos limites da região do Zambezi (outrora conhecida como “Faixa de Caprivi”), com a Zâmbia. A cerca de 200 metros da fronteira namibiana com a Zâmbia, está o Zimbábue, com quem oficialmente a Namíbia não possui fronteiras.





Senado Federal
Gabinete Senador Airton Sandoval

A maior parte do território namibiano tornou-se um protetorado do império alemão em 1884, tendo permanecido como colônia germânica até o fim da Primeira Guerra Mundial. Em 1920, a Liga das Nações transferiu sua administração para a África do Sul, que impôs suas leis ao novo território, inclusive a política de apartheid, em vigor desde 1948. Em 1973, em meio ao processo de descolonização no continente africano, a ONU reconheceu a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO, sigla em inglês) como representante oficial do povo namibiano. Após longa luta contra o governo sul-africano, em 21 de março de 1990 a Namíbia teve reconhecida sua independência (embora a cidade portuária de Walvis Bay tenha permanecido sob controle sul-africano até 1994).

O Governo brasileiro estabeleceu contatos com a SWAPO desde a década anterior à independência da Namíbia (21 de março de 1990). Sam Nujoma, principal liderança da Organização, realizou visita ao Brasil em março de 1987, quando foi recebido pelo então presidente José Sarney. Dois anos depois, o Brasil abriu Escritório de Observação em Windhoek. No âmbito da ONU, o Brasil apoiou o processo negociador que levou à independência do país.

As relações bilaterais iniciaram-se formalmente ainda em 1990, com a criação da embaixada brasileira na Namíbia, e, em 1991, com a visita oficial do então presidente Fernando Collor a Windhoek. Ao longo da década de 1990, as relações bilaterais adensaram-se com a assinatura do Acordo de Cooperação Naval, em 1994, e do Acordo Básico de Cooperação Técnica, em março de 1995.

A década de 2000 representou momento de fortalecimento da relação bilateral. Em 2001, com a assinatura de novo Acordo de Cooperação Técnica, renovou-se o principal instrumento de cooperação entre os dois países. Em 2003, além da abertura da embaixada da Namíbia em Brasília, ocorreram duas visitas oficiais a Windhoek: em maio, do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e, em novembro, do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em junho de 2004, o presidente Sam Nujoma esteve no Brasil, acompanhado de delegação empresarial e de altas autoridades do governo.





Senado Federal
Gabinete Senador Airton Sandoval

A cooperação em matéria de defesa é tema central nas relações entre o Brasil e a Namíbia, respaldada pelo Acordo de Cooperação em Defesa, assinado em 2009 e em vigor internacional desde agosto de 2011. Além de frequentes trocas de visitas de alto nível, inclusive de ministros da Defesa, mecanismos como o Grupo de Trabalho Bilateral em Defesa refletem a atenção especial conferida a esse tema por ambos os países.

A cooperação naval é o principal motor da cooperação bilateral em matéria de defesa. Foi iniciada em 1994, quando da devolução do porto de Walvis Bay à Namíbia pela África do Sul, tendo sido a Fragata brasileira "Niterói" o primeiro navio a atracar sob jurisdição namibiana. Ainda naquele ano foi criada a Missão Naval do Brasil na Namíbia, instituição que vem aprofundando o conhecimento mútuo das Marinhas de ambos os países, e assinado o Acordo de Cooperação Naval entre os dois países (renovado em 2001) com o objetivo de criar e fortalecer a Força Naval da Namíbia, por meio de formação e treinamento de pessoal militar, fornecimento de equipamentos e serviços, e estabelecimento de estrutura de cooperação.

Em 2013, a cooperação bilateral se expandiu para incorporar as forças terrestres e, a partir do ano seguinte, oficiais do Exército brasileiro passaram a ministrar aulas de português aos militares namibianos, com vistas a possibilitar-lhes seguir curso de treinamento no Brasil. A partir de 2015, oficiais e praças do Exército da Namíbia começaram a cursar os institutos de treinamento militar no Brasil.

No campo das forças terrestres, a cooperação no período 2015-17 incluiu cursos para oficiais e praças nos centros de ensino a seguir: Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Academia Militar Agulhas Negras, Escola de Sargentos das Armas e Escola de Aperfeiçoamento de Sargento das Armas. Também se ofereceu treinamento no Pré-curso de Paraquedistas, no Curso de Técnicas de Construção para Sargentos, no Curso de Pelotão de Escolta e no curso de Operações na Caatinga.

Em 2017, a corrente de comércio bilateral somou US\$11,349 milhões, sendo que o Brasil exportou US\$11,108 milhões para a Namíbia e





Senado Federal
Gabinete Senador Airtton Sandoval

importou US\$241 mil do país africano. A forte queda em relação a 2016 (quando a corrente atingiu US\$24,196 milhões) deveu-se ao fato de que, naquele ano, o Brasil realizou grande exportação, de mais de US\$ 20 milhões, de locomotivas e locotratores para a Namíbia. Em 2017, o açúcar foi o principal item da pauta de exportações do Brasil (47,5% do total, somando US\$5,273 milhões), seguido por carnes de frango (33,3% da pauta, ou US\$3,701 milhões).

As importações brasileiras com origem na Namíbia foram dominadas pelos mármore e outras pedras calcárias de construção, que representaram 72,7% da pauta (US\$175 mil). Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina e inseticidas representaram 11,4% da pauta de importações (US\$27 mil).

O Brasil foi o 66º importador de produtos namibianos, com participação de menos de 0,1% do total exportado pelo país (US\$3,846 bilhões), e ocupou o 21º lugar entre os exportadores para a Namíbia, com 0,2% de participação nas importações do país.

Nos últimos cinco anos, o superávit brasileiro caiu 9%, atingindo US\$ 23,8 milhões em 2016 (99º maior saldo positivo na balança comercial brasileira).

Estima-se que cerca de 140 brasileiros residam atualmente na Namíbia. Não há registro de cidadãos brasileiros presos ou de casos consulares relevantes no país.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente





Senado Federal
Gabinete Senador Airtón Sandoval

, Relator



2ª PARTE - DELIBERATIVA

1



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 101, DE 2018

(nº 598/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO FERNANDO DIAS FERES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Belarus.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 598

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO FERNANDO DIAS FERES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Belarus.

Os méritos do Senhor Paulo Fernando Dias Feres que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de outubro de 2018.

EM nº 00278/2018 MRE

Brasília, 18 de Outubro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **PAULO FERNANDO DIAS FERES**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de **PAULO FERNANDO DIAS FERES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 518 - C. Civil.

Em 24 de outubro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO FERNANDO DIAS FERES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Belarus.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO
ESPECIAL PAULO FERNANDO DIAS FERES**

CPF: 343.342.036-04

ID: 12510 MRE

1965 Filho de José Amim Feres e Eloisa Helena de Carvalho Dias Feres, nasce em 14 de outubro de 1957

Dados Acadêmicos:

1982 Direito pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
 1985 CPCD - IRB
 1997 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas
 2009 Curso de Altos Estudos, IRBr. Tese: Os biocombustíveis na matriz energética alemã: possibilidades de cooperação com o Brasil

Cargos:

1986 Terceiro-secretário
 1993 Segundo-secretário
 1999 Primeiro-secretário, por merecimento
 2005 Conselheiro, por merecimento
 2009 Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1986-88 Divisão da África I
 1988-91 Divisão da África II
 1991-94 Embaixada em Pretória
 1995-98 Embaixada em Tóquio
 1998-00 Assessoria de Comunicação Social
 2000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Assuntos Internacionais, Chefe de Gabinete
 2000-06 Divisão de Programas de Promoção Comercial, Chefe
 2006-7 2006 Embaixada em Berlim
 2007-10 Embaixada em Santiago
 2010-16 Embaixada em Lisboa
 2016-18 Ministério dos Direitos Humanos
 2018 Gabinete do Ministro de Estado.

Obras Publicadas

2010 Os biocombustíveis na matriz energética alemã: possibilidades de cooperação com o Brasil, Fundação Alexandre de Gusmão
 2011 As relações bilaterais Brasil-Portugal: desafios e perspectivas. In: Economia, Gestão e Saúde. Lisboa, Edições Colibri.

ALEXANDRE VIDAL PORTO
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

BELARUS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Setembro de 2018

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Belarus
GENTÍLICO	Belarusso
CAPITAL	Minsk
ÁREA	207.600 km ² (equivalente ao Estado do PR)
POPULAÇÃO	9.549.747 habitantes
IDIOMAS	Bielorosso (oficial; 36,7%); Russo (oficial; 62,8%), outras (entre elas, minorias Polonesas e Ucrânicas; 0,5%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos Ortodoxos Russos (80%); outras (Católicos, Protestantes, Judeus e Muçulmanos; 20%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional (bicameral)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Aleksandr Lukashenko
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Sergey Rumas (desde 18 de agosto de 2018)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Vladimir Makei
PIB nominal (2017)	US\$ 54,44 bilhões
PIB PPP (2017)	US\$ 178,9 bilhões
PIB per capita (2017)	US\$ 5696,4
PIB PPP per capita (2017)	US\$ 18.900,00
IDH (2016-PNUD)	0.808 (53º posição)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,7%
EXPECTATIVA DE VIDA	73 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO	1%
UNIDADE MONETÁRIA	Rublo bielorrusso
EMBAIXADOR NO BRASIL	Aleksandr Tserkovsky
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	20

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL → BELARUS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (set)
Intercâmbio	1.280,8	513,9	695,9	1.496,6	908,4	558,5	842,47	526,3	441,0	555,5	422,3
Exportações	33,9	9,7	21,3	18,1	71,0	13,4	73,98	111,9	10,3	12,4	96,3
Importações	1.246,8	504,1	674,5	1.478,4	837,4	545,0	764,49	514,4	430,7	543,1	326
Saldo	-1.212,8	-494,3	-653,2	-1.460,3	-766,3	-531,5	-694,51	-502,4	-420,3	-530,7	-229,6

PERFIS BIOGRÁFICOS



Aleksandr Lukashenko. Presidente de Belarus: nasceu em Kopys, na então República Socialista Soviética Bielorrussa (RSSB), em 30 de Agosto de 1954. É casado, tem três filhos e cinco netos. Formou-se em História pelo Instituto de Pedagogia de Mogilev, em 1975, e em economia pela Academia de Agricultura de Belarus, em 1985. Depois de servir nos destacamentos de fronteira entre 1975 e 1977, Lukashenko chefiou um departamento da Komsomol (a União Comunista da Juventude), em Mogilev, de 1977 até 1978. Entre 1980 e 1982, serviu no Exército Soviético. Nos anos seguintes trabalhou na administração de empresas agrícolas e de construção na região de Mogilev. Começou carreira política em 1990, com sua eleição para o Parlamento nacional. Lukashenko foi o único deputado bielorrusso que votou contra a desagregação da URSS, em 1991. Como parlamentar, destacou-se na causa do combate à corrupção. Elegeu-se Presidente da República em 1994, na primeira eleição após a independência. Em 1996, convocou referendo que reformou a Constituição, concentrando poderes no Executivo. Reelegeu-se consecutivamente em 2001, 2006, 2010 e 2015 (em 2004, por meio de novo referendo, aboliu as proibições às reeleições sucessivas). Suas gestões foram caracterizadas pela concentração do poder, mas também pela relativa estabilidade econômica e social (sobretudo em comparação com outros ex-integrantes da URSS).



Serguei Rumas. Primeiro-Ministro de Belarus: nasceu em 1969 em Gomel. Em 1990, formou-se na Escola Superior Financeira Militar de Yaroslavl (na Rússia) e até 1992 serviu nas Forças Armadas. Em 1995, graduou-se na Academia de Administração sob a égide do Gabinete de Ministros da República da Belarus. Foi Chefe do Departamento de Contabilidade e Operações, do Departamento de Crédito e do Departamento Econômico do Banco Nacional da Belarus (1992-1994) e Vice-Presidente do Conselho do banco comercial "Severo-Zapad" de Minsk e Vice-Presidente do Conselho de administração do banco comercial "Sodruzhestvo", em Minsk até 1995. De 2002 a 2005, foi Vice-Presidente, e depois o Primeiro Vice-Presidente do Conselho do "Belarusbank". Até 2010, foi Presidente do Conselho da "Belagroprombank S.A.". De 2010 a 2012, ocupou o cargo de Vice-Primeiro Ministro da Belarus. Até 2018, foi Presidente do Conselho do Banco de Desenvolvimento da Belarus. Desde agosto último, é Primeiro Ministro da República da Belarus.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Belarus estabeleceram relações diplomáticas em fevereiro de 1992. Em 2001, Belarus abriu consulado-geral no Rio de Janeiro e, em 2010, inaugurou Embaixada em Brasília. O Brasil abriu Embaixada em Minsk em junho de 2011. Por ocasião dos 25 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Belarus, comemorados em 10 de fevereiro de 2017, o Chefe do Posto entregou carta do Senhor ministro de Estado das Relações Exteriores endereçada ao ministro dos negócios estrangeiros Vladimir Makei.

Entre as visitas bilaterais de alto nível, destacam-se as visitas do Chanceler Sergei Martynov em 2004, quando assinou-se acordo bilateral que prevê isenção de vistos em passaportes diplomáticos e oficiais (já vigente); e a visita do presidente Aleksandr Lukashenko, em 2010, quando encontrou-se, em 22 de março, com o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Rio de Janeiro, naquela que foi a primeira e única visita de um chefe de Belarus ao Brasil.

Houve a realização de três reuniões de consultas políticas. Em 2013, o então Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos I, embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos, manteve consultas políticas, em Brasília, com o vice-ministro dos negócios estrangeiros belarusso, Aleksandr Guryanov. Na ocasião, firmou-se o acordo bilateral que regula as consultas, bem como acordo de isenção parcial de vistos. Em outubro de 2015, o então Diretor do Departamento da Europa, embaixador Oswaldo Biato, reuniu-se, em Brasília, com o diretor do Departamento das Américas belarusso, Oleg Kravchenko. Em outubro de 2017, visitou Minsk o Diretor do Departamento da Europa, Ministro Carlos Perez, para participar de Reunião de Consultas Políticas, a primeira a ser realizada nesta cidade.

Em julho de 2017, visitou o Brasil o vice-ministro dos negócios estrangeiros da Belarus, Evgeny Shestakov, que se reuniu com o senhor subsecretário-geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais, embaixador Santiago Mourão, ocasião em que foi assinado o "Memorando de Entendimento para a Criação da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica".

Em novembro de 2017, visitou o Brasil o vice-primeiro-ministro Anatoly Kalinin, ocasião em que se realizou a primeira edição da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica, presidida, pelo subsecretário-geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais, embaixador Santiago Mourão, e pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da República de Belarus, Evgeny Shestakov.

O ministro da Justiça, Dr. Torquato Jardim, realizou visita a Minsk de 17 a 19 de junho de 2018. Tratou-se da primeira visita de ministro de estado do Brasil à Belarus. Foram

assinados o Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal e o Memorando de Entendimento entre os ministérios da Justiça, seguido por coletiva de imprensa.

Com relação à atuação conjunta no quadro dos mecanismos de integração das organizações internacionais, cabe recordar o histórico positivo do relacionamento: Belarus apoia o pleito brasileiro a um assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas ampliado, bem como costuma adotar posições próximas às do Brasil na maioria das questões em pauta das Nações Unidas e demais organismos internacionais. Da mesma forma, Belarus costuma votar nos candidatos brasileiros nas eleições para os organismos internacionais, independentemente de troca de votos. Destoa, no entanto, do quadro em geral positivo, o desconforto ressentido pelas autoridades belarussas ante o voto brasileiro no Conselho de Direitos Humanos, no sentido da recondução do "Special Rapporteur" para a Belarus.

Comércio e Investimentos

O comércio bilateral tem sido estruturalmente deficitário para o Brasil, que importa grandes quantidades de cloreto de potássio, e exporta, sobretudo, fumo, caixas de marchas para caminhões e açúcar. Estão em curso entendimentos para a instalação de fábrica de tratores da MTZ em Goiás, com capital brasileiro, e para a aquisição por Belarus, sem intermediários, de farelo de soja brasileiro, para estimular a competitividade de seu setor de lácteos e carnes. A Embraer tem participado ativamente da renovação da frota de aeronaves da Belavia.

O Brasil é o principal parceiro de Belarus no comércio exterior com os países da América do Sul e se encontra entre os vinte países com os quais Belarus tem volumes mais significativos do intercâmbio comercial.

A importação principal do Brasil é de produtos agrícolas (frutas, açúcar demerara, tabaco, carne de porco, legumes) os quais representam mais de 80% da pauta importadora.

No dia 19 de abril de 2018 ocorreu evento em comemoração à chegada da quinta aeronave da Embraer adquirida pela companhia aérea belarussa Belavia. Com grande repercussão na mídia local, a cerimônia contou com cerca de 200 convidados em hangar no aeroporto internacional de Minsk. Tratou-se da terceira aeronave Embraer modelo 175 da Belavia (as outras duas foram adquiridas em 2012), que possui também duas aeronaves E-195 (adquiridas em 2014). A chegada a Minsk de outros dois E-jets modelo 195 está prevista para os próximos meses. Esses três novos aviões foram adquiridos por meio de crédito do BNDES e do Banco de Desenvolvimento da Belarus. Outras cinco aeronaves (dois E-175 e três E-195) serão incorporadas à frota da companhia belarussa por meio de leasing. Assim, até 2020, a Belavia operará com 12 aviões Embraer. Segundo divulgado, a companhia aérea transportou 3 milhões de passageiros em 2017, 20,6% a mais do que no ano anterior.

Nos dias 25 e 26 de abril de 2018, o chefe do escritório da APEX-Brasil para a Eurásia, com sede em Moscou, Sr. Almir Américo, visitou Minsk com o objetivo de consolidar canais de diálogo com instituições belarussas, buscar oportunidades para empresas brasileiras e diversificar a pauta comercial bilateral.

Assuntos Consulares

Embora não disponha de Setor Consular, a Embaixada responde consultas sobre assuntos consulares, principalmente de natureza migratória, e presta assistência a dezenas de cidadãos brasileiros em visita à Belarus. Para tanto, a Embaixada disponibiliza telefone e funcionário escalado para plantão.

Em agosto de 2018, foi divulgado na imprensa local que durante a Copa do Mundo de Futebol realizada na Rússia transitaram pela Belarus 942 brasileiros. Entre os cerca de 33.000 torcedores estrangeiros que viajaram pela Belarus durante o torneio, o número de brasileiros foi o sexto maior contingente registrado após o de nacionais de Rússia, Polônia, Argentina, Estados Unidos e México. Não foi reportado incidente algum envolvendo brasileiros. A entrada em vigor do Acordo sobre Isenção de Vistos de Curta Duração, em novembro de 2016, fez com que aumentasse significativamente a presença de brasileiros em visita à Belarus ao longo de 2017.

Difusão Cultural

No que se refere à Difusão Cultural, merece destaque a quarta edição do festival de arte urbana "Vulica Brasil", em setembro de 2017, que logrou mais uma vez destacar-se na programação cultural da cidade de Minsk, envolvendo algumas dezenas de artistas brasileiros e belarussos e contado com mais de cem mil visitantes.

POLÍTICA INTERNA

O sistema político bielorrusso é altamente centralizado. O Presidente detém as prerrogativas de nomear todos os membros do Conselho de Ministros, dissolver o Congresso e designar Governadores de províncias. O Legislativo atua, sobretudo, como órgão legitimador dos projetos do Executivo.

Em razão de limitado espaço de atuação, a oposição veicula suas ideias sobretudo por meio da internet, o que limita as possibilidades de surgimento de projetos alternativos viáveis.

As tensões resultantes domésticas agravaram-se após as últimas eleições presidenciais. Ainda que as vitórias eleitorais de Lukashenko pareçam incontestáveis, as cifras oficiais dão ensejo a protestos populares, à prisão de manifestantes e ao consequente esfriamento das relações com países ocidentais.

Protestos ocorridos ao longo de 2017 levaram a especulações de que se correria o risco de repetição no país de revolta nos moldes da revolução que abalou a Ucrânia, em 2014. Ao contrário da Ucrânia, no entanto, a contradição principal belarussa é explicada sobretudo por fatores internos com limitada interferência externa na dinâmica das manifestações. Apesar de alguns observadores, situados fora de Minsk, identificarem "partidos políticos" belarussos com "viés pró-ocidental", as demonstrações populares são fortemente condicionadas pelo acúmulo de queixas contra o governo.

Nos últimos meses tem havido denúncias de escândalo de corrupção no serviço de assistência médica do país, com alegações de desvio de "milhões de dólares". Foram presos dezenas de funcionários da área de saúde, médicos e representantes de fabricantes de medicamentos, suspeitos do desvio de recursos estatais destinados ao setor. Segundo noticiado, teria havido manifestações populares, em diversas cidades do país, contra a alegada corrupção. Comentários iniciais da imprensa identificam que o Presidente estaria buscando reforçar seu controle e que buscaria meios de punir envolvidos em escândalos de corrupção.

POLÍTICA EXTERNA

A política exterior de Belarus caracteriza-se por movimentos pendulares em direção à Rússia e ao Ocidente, alternativamente, de modo a extrair vantagens de um e outro parceiro, sem comprometer a liberdade de ação e o modelo político. À Rússia, o país sinaliza com a eventual integração das estruturas políticas e econômicas construídas por Moscou. À União

Europeia, acenava com a abertura política, abandonada tão logo Moscou aceite fazer novas concessões econômicas.

Relações com a Rússia

A Rússia é o maior parceiro político, econômico e militar da Belarus. Para a Rússia, o país constitui a fronteira ocidental do que se convencionou chamar "exterior próximo", e tem-se demonstrado um aliado fiel e constante. Para a Belarus, a Rússia é o destino de quase toda sua produção industrial e agrícola, bem como uma "pátria grande" de referência para a maior parte da população. O relacionamento bilateral, no entanto, é marcado por contradições e sutilezas de que não dá conta o estereótipo do "país satélite de Moscou". Os dois países têm arestas importantes no relacionamento bilateral e divergências em suas políticas externas com relação à Europa e ao espaço ex-soviético.

Relações com os EUA, a União Europeia e a China

Com os EUA, a Belarus tem um relacionamento distante. Há sete anos, não é designado embaixador estadunidense para Minsk, e o relacionamento bilateral é pouco mais que protocolar, não obstante a presença de significativa diáspora belarussa nos EUA. O relacionamento com a União Europeia é bastante mais complexo e nuançado, com a presença de importante delegação da UE e de grande número de embaixadas europeias em Minsk. Existem inúmeros projetos de cooperação em curso, no âmbito de diversos programas europeus de desenvolvimento. A presença econômico-comercial, cultural, esportiva, turística europeia também é muito importante. O relacionamento se dá, alternativamente, seja no âmbito comunitário propriamente dito, seja no formato bilateral, com os distintos países membros da UE. A cooperação com a China difere das anteriores pela ausência de óbices políticos, e é pautada por grande pragmatismo de lado a lado. A troca de visitas, inclusive no nível de Chefes de Estado, é frequente. A presença de empresas chinesas no país é grande, traduzindo-se em melhorias de setores de infraestrutura, como a mobilidade humana, com transferência de tecnologia, o que gera percepção favorável à China entre a população local.

Relações com a Ucrânia, a Polônia e os Países Bálticos

A Ucrânia, a Polônia, a Letônia e a Lituânia constituem, ademais da Rússia, as fronteiras que delimitam a vizinhança regional imediata da Belarus no contexto centro-leste europeu. A crise na Ucrânia desde 2014, a condução dos exercícios militares russo-belarussos "Zapad" em 2017, a construção da central nuclear de Ostrovets, entre outros, constituem uma agenda multifacetada em que se reproduzem, grosso modo, as linhas de demarcação ideológica, política, militar e econômica nas relações com os demais países da região.

Relações com a Venezuela

Durante a visita do presidente Nicolás Maduro à Belarus, em outubro de 2017, o dirigente local Lukashenko declarou que "o ritmo de implementação de projetos não satisfaz a ambas as partes", diante da lentidão de processo de cooperação que inclui "laços comerciais, econômicos e industriais, tais como "joint ventures" para a fabricação de automóveis, tratores, exploração de petróleo e o desenvolvimento de infraestrutura de desenvolvimento de gás". Indicativo disso é que, em 2016, o comércio entre Venezuela e Belarus totalizou apenas US\$ 2 milhões, o que significa decréscimo de 92,6 por cento em comparação com o ano anterior. Entre janeiro e julho de 2017, houve, basicamente, venda de fertilizantes belarussos, no valor de US\$ 5,4 milhões para Caracas. Ressalte-se que o endividamento externo venezuelano, afeta, também, investimentos belarussos. Estima-se em cerca de US\$ 500 milhões os prejuízos locais.

Relações com a África

A Belarus pode alcançar 3 bilhões de dólares em comércio com a África no futuro próximo. O país mira o continente africano na busca da expansão de mercado para seus produtos e aposta nos laços históricos com a União Soviética, onde muitos chefes de estado africanos estudaram. A Belarus também busca fornecimento de matérias-primas e o chefe da Administração da Presidência - Viktor Sheiman - chegou a afirmar que o país aceitaria pagamentos em recursos minerais dos países que eventualmente tenham dificuldades financeiras.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Banco Mundial prevê-se crescimento de 2,1 % para a economia belarussa durante o ano de 2018. Segundo a agência, a modesta expansão da atividade econômica no país em 2017 (+1,3%) pôs término a dois anos de recessão (-3,8% em 2015, -2,6% em 2016), mas o crescimento deverá continuar fraco.

A recuperação da economia russa, maior parceiro, cliente e comprador da economia belarussa, teria contribuído preponderantemente para a recuperação da economia belarussa, via retomada das importações em níveis mais altos. Além disso, as recentes medidas liberalizantes adotadas pelas autoridades belarussas teriam injetado novo fôlego à economia do país. Da mesma forma, também teriam concorrido, para a retomada do crescimento, nas palavras de Alex Kremer, "Country Manager" do Banco Mundial para a Belarus, "as políticas macroeconômicas prudentes do Governo belarusso, que deverão ter continuidade".

Embora o modesto crescimento possa aliviar as pressões do balanço de pagamentos, a dependência vis-à-vis de fontes de financiamento externo ainda deixaria o país excessivamente vulnerável a choques macroeconômicos. Segundo o "Economic Update on Belarus", do Banco Mundial, o fim do grande crescimento da economia belarussa começou com a crise de 2008 e com a revisão gradual dos termos de fornecimento de energia por parte da Rússia. A partir daí, o ambiente externo frágil tornou evidentes as limitações estruturais arraigadas na economia do país, como a má-alocação de capital e força de trabalho e o consequente enfraquecimento da economia e da renda.

A queda da produtividade dos fatores (capital e força de trabalho), bem como da remuneração do capital alocado estariam revelando ineficiências a serem sanadas mediante transformações técnicas e organizacionais, de modo a gerar ganhos de produtividade e crescimento econômico. Com vistas a garantir o crescimento durável da economia, e da renda da população, seria necessária a remoção de tais "vícios estruturais", com vistas a melhorar a produtividade econômica. Nesse sentido, instituições internacionais, como o Banco Mundial, recomendam a "criação de um melhor ambiente para o empreendedorismo privado", bem como "maior atenção às empresas estatais ineficientes em termos de competitividade, governança corporativa e obtenção de recursos de crédito".

A Belarus tornou-se membro do Banco Mundial em 1992, e desde então recebeu empréstimos no valor total de 1,7 bilhão de dólares. O portfolio de investimentos com financiamento do Banco Mundial no país compreende nove operações, com valor total de cerca de um bilhão de dólares.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

c.700-c.900	Povos eslavos se estabelecem no território atual de Belarus
c.1000-c.1300	Principado de Polotsk constitui o principal “Estado” eslavo em Belarus
1240-1655	Hegemonia lituana e, posteriormente, polonesa sobre Belarus
1772-1795	Três sucessivas partilhas da Polônia por Alemanha, Áustria e Rússia levam Belarus à anexação pelo Império czarista russo
1840	Nicolau I proíbe o uso do termo “Belarus” (Rússia branca) e impõe utilização de “Território do Noroeste”
1864	Revolta protonacionalista bielorrussa sufocada por Moscou, que proíbe uso do alfabeto latino e pressiona pela reconversão de católicos à fé ortodoxa
1914-1918	I Guerra Mundial: Alemanha ocupa Belarus e permite o uso de língua bielorrussa, fomenta a abertura de escolas e institutos
1919	Criação da República Socialista Soviética da Bielorrússia; exército Vermelho invade Minsk (janeiro); exército polonês invade Minsk (agosto)
1921	Tratado de Riga põe termo à Guerra Russo-Polonesa; URSS e Polónia dividem Belarus entre si
1941	Alemanha invade URSS; Exército Vermelho evacua 20% da população bielorrussa e destrói todo o suprimento de víveres do país. Alemanha estabelece governo aliado em Belarus.
1944	URSS recupera Belarus; tendo o país perdido ¼ de sua população, em sua maioria descendentes de poloneses e judeus
1945	Belarus se torna membro-fundador das Nações Unidas
1950	Belarus se torna uma das maiores forças industriais da URSS
1986	Acidente de Chernobyl, próximo à fronteira ucraniano-bielorrussa
1991	Independência de Belarus
1994	Aleskandr Lukashenko eleito presidente
2001	Aleskandr Lukashenko reeleito presidente
2006	Aleskandr Lukashenko reeleito presidente para um terceiro mandato
2010	Eleições presidenciais dão a Lukashenko quarta vitória eleitoral;
2015	Aleskandr Lukashenko reeleito presidente para um quinto mandato

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1991	Brasil reconhece a independência de Belarus
1992	Estabelecimento das relações diplomáticas
1994	Visita do Diretor do Departamento da Europa a Minsk, a primeira entre os dois países
1999	Missão comercial bielorrussa ao Brasil
2004	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros bielorrusso ao Brasil
2010	Abertura da embaixada da Belarus em Brasília; troca de visitas de Delegações bielorrussa e do Governo do Estado de Goiás; visita ao Brasil do Presidente Aleksandr Lukashenko
2011	Abertura da Embaixada do Brasil em Minsk
2013	1ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Belarus (Brasília, 11/11/2013)
2015	2ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Belarus (Brasília, outubro)
2017	Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Belarus, Evgeny Shestakov. Assinatura do "Memorando de Entendimento para a Criação da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica"
2017	3ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Belarus (Minsk, outubro)
2017	Visita oficial ao Brasil do vice-primeiro-ministro da Belarus, Anatóly Kalinin (Brasília, 27-29 de novembro). Realização da primeira edição da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica
2018	Visita a Minsk do ministro da Justiça, Dr. Torquato Jardim (17 a 19 de junho). Primeira visita de ministro de estado do Brasil à Belarus. Foram assinados o Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal e o Memorando de Entendimento entre os Ministérios da Justiça.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República de Belarus	18/06/2018	Tramitação MRE
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Belarus para a Criação da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarus de Cooperação Econômica	07/07/2017	Em Vigor
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República de Belarus, sobre Isenção de Vistos de Curta Duração em Passaportes Comuns	15/06/2016	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus de Cooperação Educacional	13/08/2015	Tramitação Congresso Nacional
Memorando de Entendimento Entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República de Belarus sobre Consultas Políticas	11/11/2013	Em Vigor
Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus Sobre Isenção Parcial de Vistos	11/11/2013	Superado
Acordo entre o Governo da República Federativa de Brasil e o Governo da República de Belarus sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/10/2004	Em Vigor

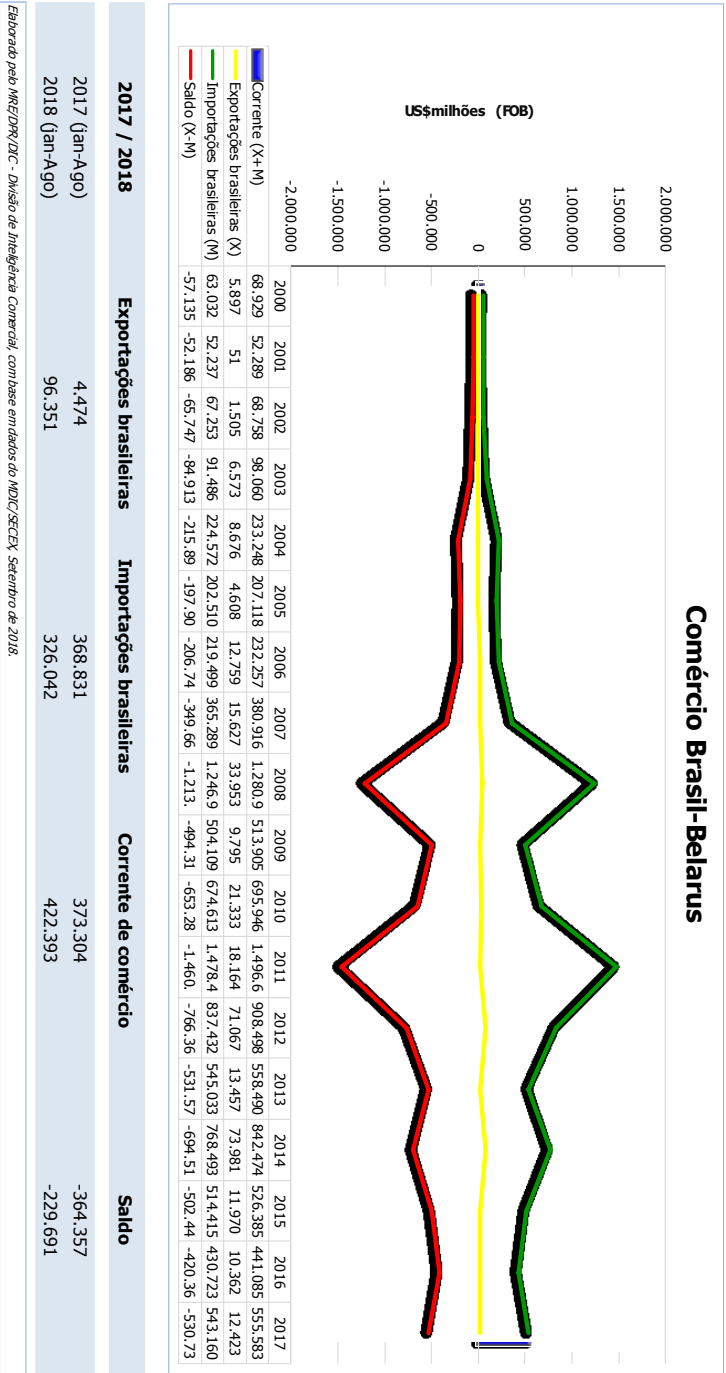
Ministério das Relações Exteriores - MRE
Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR
Divisão de Inteligência Comercial - DIC

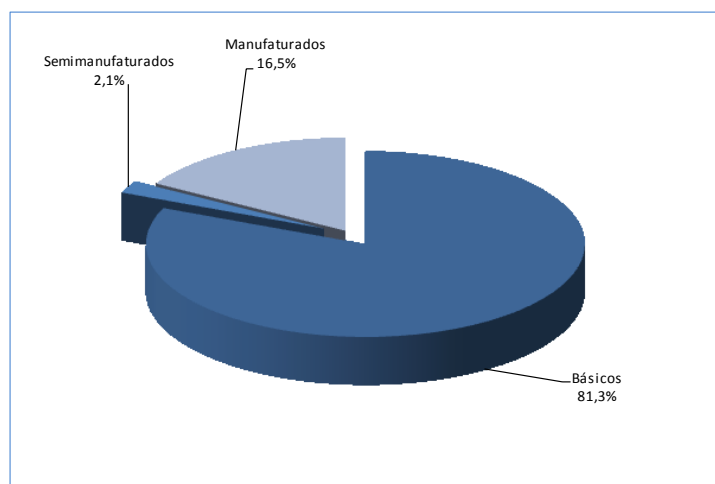
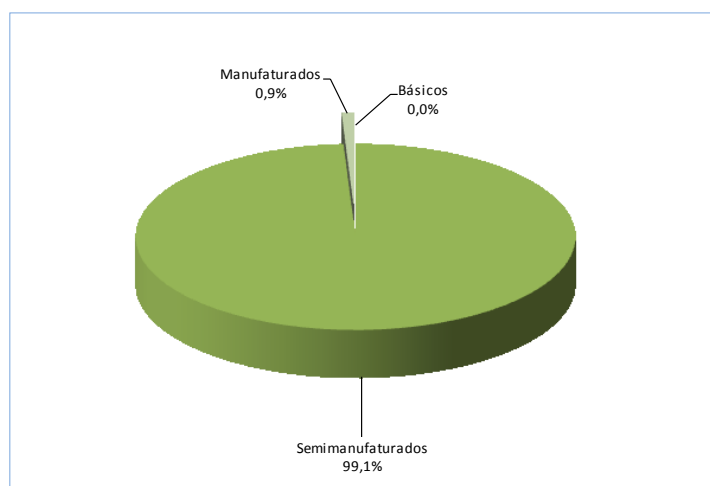
BELARUS

Balança Comercial com o Brasil e com o Mundo



Setembro de 2018



**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017****Exportações****Importações**

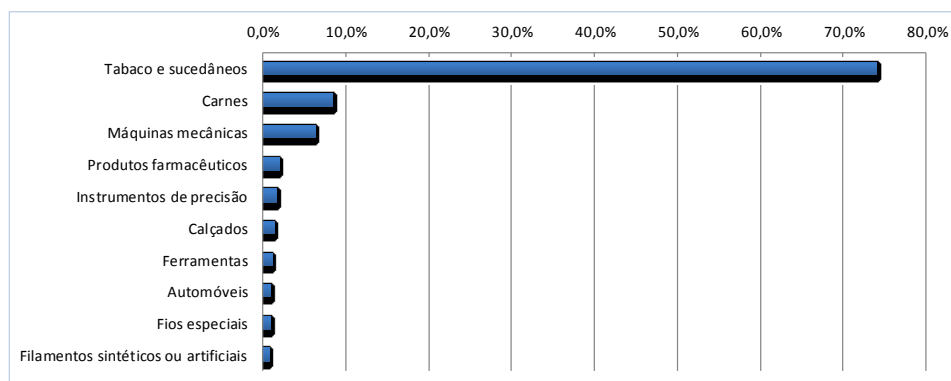
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Setembro de 2018.

Composição das exportações brasileiras para Belarus
US\$ mil

Grupos de produtos (SH2)	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tabaco e sucedâneos	5.415	45,2%	6.659	64,3%	9.186	73,9%
Carnes	3.678	30,7%	488	4,7%	1.040	8,4%
Máquinas mecânicas	1.749	14,6%	678	6,5%	779	6,3%
Produtos farmacêuticos	29,41	0,2%	201	1,9%	236	1,9%
Instrumentos de precisão	194,51	1,6%	31	0,3%	212	1,7%
Calçados	168,10	1,4%	92	0,9%	177	1,4%
Ferramentas	47,06	0,4%	0	0,0%	130	1,0%
Automóveis	36,09	0,3%	29	0,3%	116	0,9%
Fios especiais	52	0,4%	84	0,8%	106	0,9%
Filamentos sintéticos ou artificiais	0	0,0%	104	1,0%	91	0,7%
Subtotal	11.369	95,0%	8.366	80,7%	12.074	97,2%
Outros	601	5,0%	1.996	19,3%	349	2,8%
Total	11.970	100,0%	10.362	100,0%	12.423	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Setembro de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

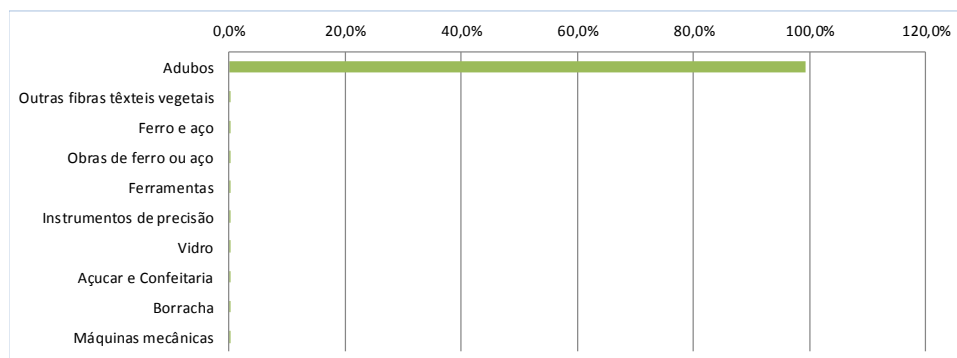


Composição das importações brasileiras originárias de Belarus
US\$ mil

Grupos de produtos (SH2)	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Aubos	511.013	99,3%	427.057	99,1%	539.716	99,4%
Outras fibras têxteis vegetais	579	0,1%	730	0,2%	754	0,1%
Ferro e aço	6	0,0%	874	0,2%	575	0,1%
Obras de ferro ou aço	23	0,0%	32	0,0%	361	0,1%
Ferramentas	353	0,1%	444	0,1%	359	0,1%
Instrumentos de precisão	927	0,2%	513	0,1%	306	0,1%
Vidro	171	0,0%	123	0,0%	196	0,0%
Açúcar e Confeitaria	996	0,2%	573	0,1%	169	0,0%
Borracha	44	0,0%	14	0,0%	162	0,0%
Máquinas mecânicas	53	0,0%	234	0,1%	153	0,0%
Subtotal	514.165	100,0%	430.595	100,0%	542.751	99,9%
Outros	250	0,0%	128	0,0%	409	0,1%
Total	514.415	100,0%	430.723	100,0%	543.160	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Setembro de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

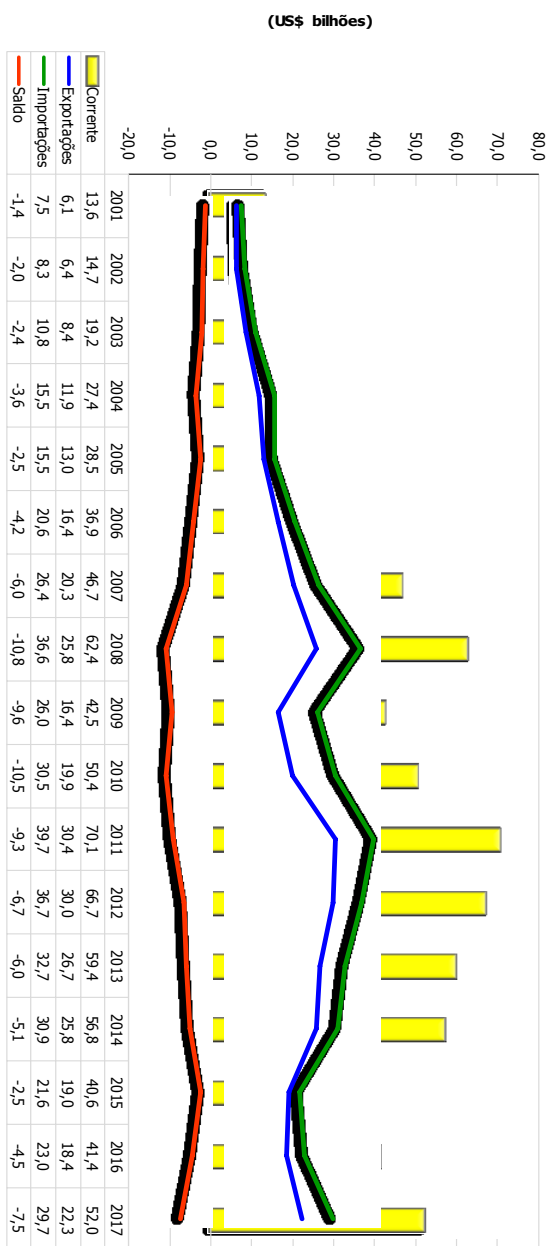


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 7 (jan-Ago)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-Ago)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Aeronaves e aparelhos espaciais	0	0,0%	91.040	94,5%	Aeronaves e aparelhos espaciais 94,5%
Tabaco e sucedâneos	2.299	51,4%	2.406	2,5%	Tabaco e sucedâneos 2,5%
Máquinas mecânicas	487	10,9%	975	1,0%	Máquinas mecânicas 1,0%
Produtos farmacêuticos	223	5,0%	344	0,4%	Produtos farmacêuticos 0,4%
Químicos inorgânicos	0	0,0%	340	0,4%	Químicos inorgânicos 0,4%
Soja em grãos e sementes	36	0,8%	183	0,2%	Soja em grãos e sementes 0,2%
Ferramentas	88	2,0%	155	0,2%	Ferramentas 0,2%
Frutas	27	0,6%	152	0,2%	Frutas 0,2%
Borracha	0	0,0%	144	0,1%	Borracha 0,1%
Instrumentos de precisão	148	3,3%	131	0,1%	Instrumentos de precisão 0,1%
Subtotal	3.308	74,0%	95.869	99,5%	
Outros	1.165	26,0%	482	0,5%	
Total	4.474	100,0%	96.351	100,0%	
Importações					
Adubos	366.511	99,4%	320.685	98,4%	Adubos 98,4%
Outras fibras têxteis vegetais	390	0,1%	993	0,3%	Outras fibras têxteis vegetais 0,3%
Borracha	49	0,0%	751	0,2%	Borracha 0,2%
Ferro fundido e aço	468	0,1%	686	0,2%	Ferro fundido e aço 0,2%
Diversos inds químicas	0	0,0%	448	0,1%	Diversos inds químicas 0,1%
Plástico	16	0,0%	419	0,1%	Plástico 0,1%
Máquinas mecânicas	23	0,0%	372	0,1%	Máquinas mecânicas 0,1%
Ferramentas	284	0,1%	249	0,1%	Ferramentas 0,1%
Instrumentos de precisão	278	0,1%	229	0,1%	Instrumentos de precisão 0,1%
Fibras sintéticas ou artificiais	0	0,0%	220	0,1%	Fibras sintéticas ou artificiais 0,1%
Subtotal	368.019	99,8%	325.051	99,7%	
Outros produtos	812	0,2%	991	0,3%	
Total	368.831	100,0%	326.042	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Comexstat, Setembro de 2018.

Comércio Belarus x Mundo



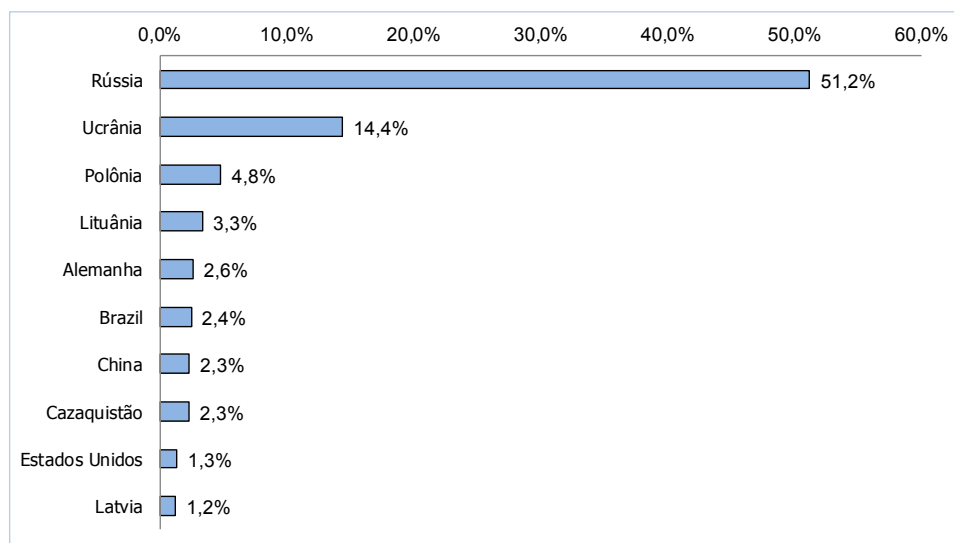
Elaborado pelo MRE/PAR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Tradeap, Setembro 2018.

Principais destinos das exportações de Belarus
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Rússia	11,40	51,2%
Ucrânia	3,20	14,4%
Polônia	1,07	4,8%
Lituânia	0,74	3,3%
Alemanha	0,58	2,6%
Brazil	0,54	2,4%
China	0,52	2,3%
Cazaquistão	0,51	2,3%
Estados Unidos	0,30	1,3%
Latvia	0,27	1,2%
Subtotal	19,12	85,9%
Outros países	3,14	14,1%
Total	22,27	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, September 2018.

10 principais destinos das exportações

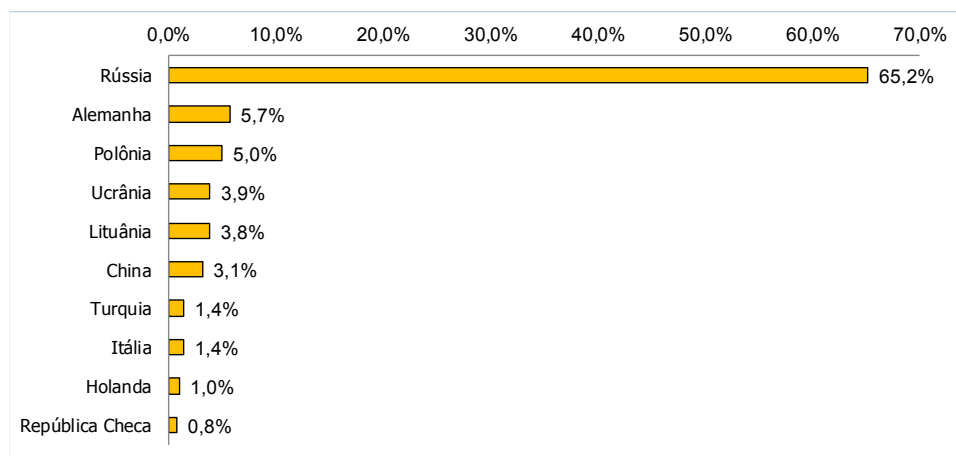


Principais origens das importações de Belarus
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Rússia	19,38	65,2%
Alemanha	1,69	5,7%
Polônia	1,48	5,0%
Ucrânia	1,15	3,9%
Lituânia	1,14	3,8%
China	0,93	3,1%
Turquia	0,42	1,4%
Itália	0,41	1,4%
Holanda	0,29	1,0%
República Checa	0,22	0,8%
...		
<i>Brasil (42º lugar)</i>	<i>0,01</i>	<i>0,0%</i>
Subtotal	27,14	91,2%
Outros países	2,61	8,8%
Total	29,75	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, September 2018.

10 principais origens das importações

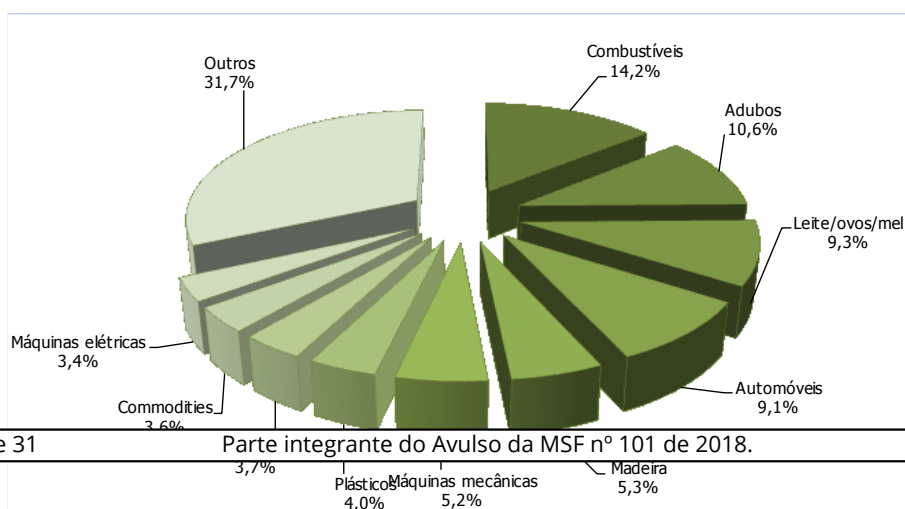


Composição das exportações de Belarus
US\$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2 0 1 7	Part.% no total
Combustíveis	3,16	14,2%
Adubos	2,36	10,6%
Leite/ovos/mel	2,06	9,3%
Automóveis	2,03	9,1%
Madeira	1,18	5,3%
Máquinas mecânicas	1,16	5,2%
Plásticos	0,88	4,0%
Ferro e aço	0,82	3,7%
Commodities	0,80	3,6%
Máquinas elétricas	0,75	3,4%
Subtotal	15,20	68,3%
Outros	7,06	31,7%
Total	22,27	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, September 2018.

10 principais grupos de produtos exportados

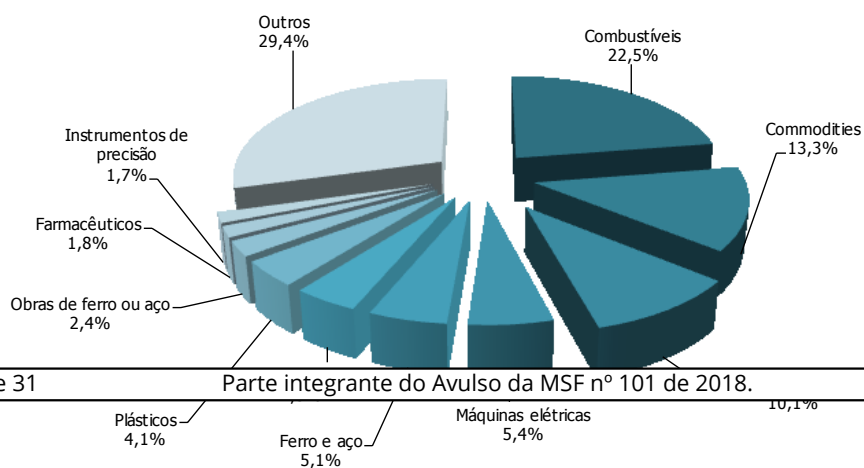


Composição das importações de Belarus
US\$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2 0 1 7	Part.% no total
Combustíveis	6,70	22,5%
Commodities	3,95	13,3%
Máquinas mecânicas	3,00	10,1%
Máquinas elétricas	1,62	5,4%
Ferro e aço	1,51	5,1%
Automóveis	1,27	4,3%
Plásticos	1,22	4,1%
Obras de ferro ou aço	0,73	2,4%
Farmacêuticos	0,53	1,8%
Instrumentos de precisão	0,49	1,7%
Subtotal	21,01	70,6%
Outros	8,74	29,4%
Total	29,75	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, September 2018.

10 principais grupos de produtos importados



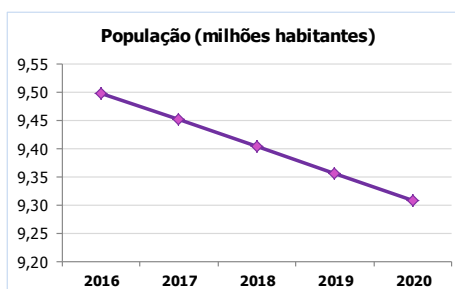
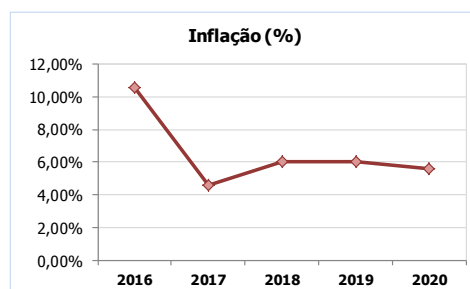
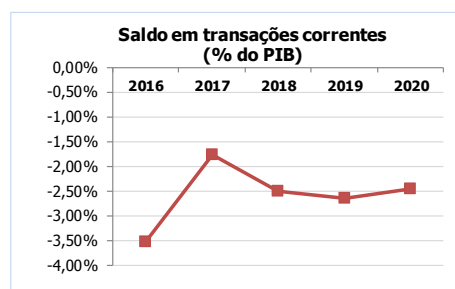
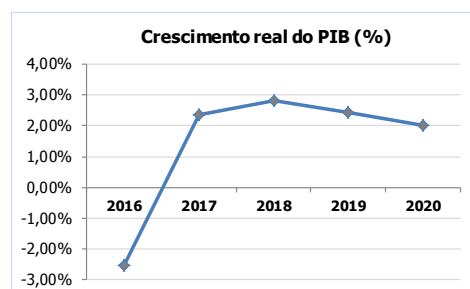
Principais indicadores socioeconômicos de Belarus

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	-2,53%	2,37%	2,82%	2,45%	2,01%
PIB nominal (US\$ bilhões)	47,70	54,44	59,25	61,52	63,75
PIB nominal "per capita" (US\$)	5.022	5.760	6.301	6.575	6.847
PIB PPP (US\$ bilhões)	171,67	178,91	188,14	196,93	204,84
PIB PPP "per capita" (US\$)	18.074	18.931	20.008	21.048	22.003
População (milhões habitantes)	9,50	9,45	9,40	9,36	9,31
Desemprego (%)	1,02%	1,02%	1,02%	1,02%	1,02%
Inflação (%) ⁽²⁾	10,58%	4,61%	6,05%	6,00%	5,58%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,51%	-1,76%	-2,49%	-2,65%	-2,45%
Dívida externa (US\$ bilhões)					
Câmbio (BRB / US\$) ⁽²⁾	1,99	1,93	2,02	1,97	-
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			8,3%		
Indústria			40,6%		
Serviços			51,1%		

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report September 2018 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



EMBAIXADA DO BRASIL EM MINSK**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO****AÇÕES REALIZADAS**

1. As principais ações realizadas durante meu período de gestão foram concentradas na área de divulgação cultural, obtenção e preservação de certificação sanitária para a importação de carne bovina e suína, assistência consular a brasileiros, e propostas de acordos nas áreas de educação, cultura, ciência e tecnologia militar industrial. Foi assinado, pelo Ministro da Justiça, acordo na área de cooperação penal.

2. Em 3 de setembro de 2017, foi realizada a quarta edição do festival de arte urbana Vulica Brasil, que superou as expectativas mais otimistas do Posto e atraiu cerca de 100 mil pessoas para a comemoração de encerramento - número estimado 10 vezes superior ao do ano anterior - com a cobertura dos principais veículos da imprensa local.

3. No mês seguinte, visitou Minsk um dos principais talentos da nova geração de arquitetos do Brasil, Lourenço Gimenes, sócio-fundador do escritório FGMF de São Paulo, considerado, pela revista "Wallpaper", um dos 30 melhores do mundo. Gimenes aceitou em 2016 a função de curador brasileiro do núcleo de urbanismo do projeto Vulica Brasil.

4. O festival contou com o apoio institucional da Prefeitura de Minsk e do Ministério da Cultura de Belarus - com cujos titulares mantive contato oficial - além de outras entidades públicas e privadas, grupos culturais e setores da sociedade civil. Ao final, legou-se à cidade de Minsk, quando se comemorava 950 anos de sua fundação, 20 intervenções artísticas, tradicionais e experimentais (18 haviam sido criadas durante os três primeiros anos do festival), entre as quais 10 pinturas brasileiras e seis belarussas (inclusive em dois bondes históricos e um vagão de metrô), duas esculturas e duas instalações fotográficas.

5. Registro que a rua Oktiabrskaya, onde se encontram as principais manifestações artísticas, ficou conhecida como a "Rua Brasil". Consta que novelas da televisão russa têm

adotado os painéis dos artistas brasileiros como "pano de fundo", para filmagens. Casais, em véspera de matrimônio, passaram a tirar fotografias em frente a estas pinturas, para seu álbum comemorativo. A escritora belarussa Svetlana Aleksiévitch, vencedora do prêmio Nobel de Literatura em 2015, durante almoço que lhe ofereci na Residência, muito elogiou a iniciativa da Embaixada, na realização dos sucessivos festivais. Mais importante, ainda, o próprio Presidente Alexandre Lukashenko, no início do ano em curso - sem, contudo, mencionar o Brasil -, elogiou "o colorido trazido a Minsk" pelos festivais de arte urbana.

6. As quatro edições, até o momento, do Vulica Brasil, além de facilitarem o diálogo cultural entre os dois países, contribuindo, assim, para a interlocução política e o conhecimento mútuo para cooperação no intercâmbio comercial e científico-tecnológico, consolidaram, também a capoeira, como principal "soft power" brasileira neste país e, com certo otimismo, na Europa Oriental. Assim, cabe identificar que, nesta parte do mundo, artes marciais sempre foram do gosto popular (vide as referências frequentes do Presidente Putin ao fato de praticar judô). Nesse sentido, mesmo antes da instalação desta Embaixada, em 2012, a capoeira já vinha sendo praticada por cerca de seis grupos diferentes, na Belarus, organizados de forma independente. Cabe prestar atenção ao fato de que a adoção dessa prática deve-se a que, após 70 anos de rígido sistema soviético, cheio de normas rígidas, surgiu, de forma espontânea, o gosto por luta marcial - a capoeira - que permite a improvisação e o diálogo.

7. No que diz respeito à assistência consular, tendo em vista a preocupação do Posto quanto a interpretações conflitantes sobre o tempo de permanência permitido a brasileiros na Belarus, participei de vários encontros com autoridades locais do setor de imigração, antes da realização da Copa do Mundo, na Rússia, em julho de 2018. Nessas ocasiões, questionei sobre o problema que ocorre frequentemente em diversos pontos de fronteira da Belarus. Brasil e Belarus firmaram acordo por troca de notas - no início de minha gestão - que permite a reciprocidade na isenção de vistos em estadia de até 90 dias para seus respectivos turistas.

8. Ademais, decreto recente do Presidente Lukashenko incluiu o Brasil entre oitenta países cujos cidadãos podem permanecer em solo belarusso por até cinco dias, sem a

necessidade de visto e registro. Salientei então que temos recebido reclamações frequentes de nacionais nossos que, provenientes de países vizinhos - Rússia, Ucrânia, Lituânia, Letônia e Polônia - e, informados sobre o acordo de 90 dias, são surpreendidos com medidas punitivas das autoridades locais que conhecem apenas o decreto de permanência por cinco dias. Obtive, de diferentes interlocutores, a promessa de que os setores competentes estariam adotando medidas necessárias para corrigir o problema.

9. Com efeito, providências foram tomadas e, em agosto de 2018, foi divulgado na imprensa local que, durante o evento realizado na Rússia, transitaram pela Belarus 942 brasileiros. Entre os cerca de 33.000 torcedores estrangeiros que viajaram por este país durante o torneio, o número de brasileiros foi o sexto maior contingente registrado após o de nacionais de Rússia, Polônia, Argentina, Estados Unidos e México. Não foi reportado incidente algum envolvendo brasileiros.

10. Em julho de 2017, visitou o Brasil o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Belarus, Evgeny Shestakov, que se reuniu com o Senhor SGECE, Embaixador Santiago Mourão, ocasião em que foi assinado o "Memorando de Entendimento entre o MRE e o MID da República da Belarus para a Criação da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica".

11. Em outubro de 2017, visitou Minsk o Diretor do DEU, Ministro Carlos Perez, para realização de Reunião de Consultas Políticas, a primeira a ser realizada nesta cidade. No mês seguinte, visitou o Brasil o Vice-Primeiro-Ministro Anatoly Kalinin, ocasião em que se realizou a primeira edição da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica.

12. Nos dias 25 e 26 de abril de 2018, o chefe do escritório da APEX-Brasil para a Eurásia, com sede em Moscou, Sr. Almir Ribeiro Américo, visitou Minsk com o objetivo de consolidar canais de diálogo com instituições belarussas, buscar oportunidades para empresas brasileiras e diversificar a pauta comercial bilateral.

13. O ministro da Justiça, Dr. Torquato Jardim, realizou visita a Minsk de 17 a 19 de junho de 2018. Tratou-se da primeira visita de ministro de estado do Brasil à Belarus. Foram assinados o Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal entre o Brasil e a Belarus e o Memorando de

Entendimento entre os Ministérios da Justiça, seguido por coletiva de imprensa.

Aviões EMBRAER

14. No dia 19 de abril de 2018, ocorreu evento em comemoração à chegada da quinta aeronave da Embraer adquirida pela companhia aérea belarussa Belavia. Com grande repercussão na mídia local, a cerimônia contou com cerca de 200 convidados em hangar no aeroporto internacional de Minsk. Tratou-se da terceira aeronave Embraer modelo 175 da Belavia (as outras duas foram adquiridas em 2012), que possui também duas aeronaves E-195 (adquiridas em 2014). A chegada a Minsk de outros dois E-jets modelo 195 está prevista para os próximos meses. Esses três novos aviões foram adquiridos por meio de crédito do BNDES e do Banco de Desenvolvimento da Belarus. A partir de abril de 2019, outras cinco aeronaves (dois E-175 e três E-195) serão incorporadas à frota da companhia belarussa por meio de leasing. Assim, até 2020, a Belavia operará com 12 aviões Embraer. Segundo divulgado, a companhia aérea transportou 3 milhões de passageiros em 2017, 20,6% a mais do que no ano anterior.

15. Compareci, no dia 10 de setembro de 2018, ao aeroporto de Minsk, acompanhado pela Conselheira Míriam Leitão e auxiliar local, como intérprete, para, a convite da representação da EMBRAER na Bélgica, participar de voo promocional do Embraer- 190 da nova geração E2, sobre a capital belarussa. O evento teve boa repercussão na imprensa local e representantes da empresa Belavia demonstraram visível interesse pela aeronave.

SUGESTÕES PARA O NOVO TITULAR

16. Entre os temas que, acredito, devam merecer continuado acompanhamento, sugiro:

A) Os desenvolvimentos relacionados à União Econômica Euro Asiática (UEEA) que preveem a integração econômica entre Rússia, Belarus, Cazaquistão, Armênia e Quirquistão. A UEEA representa mercado consumidor de cerca de 183 milhões de pessoas e PIB combinado em torno de US\$ 1,6 trilhão - dos quais US\$ 1 trilhão em produção industrial - e volume de comércio exterior de aproximadamente US\$ 580 bilhões.

17. A UEAA detém o primeiro lugar em extração de petróleo (15% do mercado mundial) e na produção de fertilizantes (36% da oferta mundial), além de ser a região de maior produção de beterraba, centeio, aveia e cevada. É a segunda maior produtora mundial de gás natural; quarta maior produtora mundial de eletricidade e de aço, e sexta maior extratora de carvão mineral. Possui ainda a maior malha ferroviária do mundo e a quinta maior quilometragem de rodovia.

B) A crescente influência econômica e política da China na Belarus

18. A importância do "Leste", para a Belarus, tem sido invertida, desde a criação do "Eastern Partnership" (Parceria do Leste), no final a década de 1990. Houve, então, reversão de expectativas, com respeito àquele ponto cardeal, estabelecido a partir de Bruxelas. Este país era, assim, colocado pelos europeus ocidentais entre vizinhos a Leste convidados à "sala de visitas" de parceiros, antes de eventualmente serem aceitos como integrantes da União Europeia.

19. O Leste, para a Belarus, agora é um ponto cardeal a ter como parceiro a RPC. O projeto chinês mais importante neste país é o parque industrial "Grande Pedra", perto do aeroporto da capital, ocupando cerca de 80 km², destinado a aproximar bens de fabricação chinesa de fornecedores de recursos naturais centro-asiáticos e do mercado europeu, tendo em conta a situação geográfica belarussa privilegiada para tais acessos.

20. Na Belarus, ademais, as cidades de Grodno e Brest tornam-se, gradativamente, polos estratégicos nas ligações terrestres entre a China e a Europa. Grodno é ponto de convergência de rodovias, enquanto Brest, na fronteira com a Polônia, tem potencial para ser o maior elo ferroviário no vasto espaço euroasiático. Setores especializados estimam que este país possa vir a ser responsável por cerca de 10% do comércio chinês em direção à União Europeia.

C) Política interna

21. Sobre a política interna, protestos ocorridos em 25 de março de 2017, na Belarus, levaram a especulações de que se corre o risco de repetição no país de revolta nos moldes da revolução que abalou a Ucrânia, em 2014. Ao contrário da motivação da "Euromaidan-style uprising", no entanto, a contradição principal belarussa é explicada apenas por

fatores internos e não por contribuição de interferência externa.

22. Assim, apesar de alguns observadores situados fora de Minsk identificarem "partidos políticos" belarussos com "viés pró-ocidental", as demonstrações populares são fortemente condicionadas por dinâmica local. Há quem veja semelhanças entre o momento atual da política interna da Belarus com as demonstrações ocorridas na Rússia em 2011, em protesto contra os resultados de eleições parlamentares.

23. Especula-se, a propósito, sobre possível envolvimento de Moscou nos protestos de março de 2017, na Belarus. A respeito, citam-se recentes desentendimentos entre as duas capitais, relativos, por exemplo, à alteração na política de concessão de vistos a outros países pelos belarussos, o que levou a Rússia a intensificar o controle na fronteira, e disputas quanto ao preço de gás e petróleo comprados aqui. Os dois integrantes da "União de Estados", contudo, permanecem "alinhados estrategicamente" e pretendem estreitar sua cooperação na área de segurança.

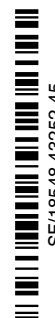
24. Em agosto de 2018, o Presidente Alexander Lukashenko demitiu o Primeiro Ministro Andrei Kobyakov e colocou no cargo o Sr. Sergei Rumas, ex-Presidente do Banco de Desenvolvimento. Outros ministros, como o da economia e da indústria, bem como vice-ministros também foram dispensados. Durante o verão, houve denúncias de escândalo de corrupção no serviço de assistência médica, com alegações de desvio de "milhões de dólares". Foram presos dezenas de funcionários da área de saúde, médicos e representantes de fabricantes de medicamentos, suspeitos do desvio de recursos estatais destinados ao setor. Segundo noticiado, teria havido manifestações populares, em diversas cidades do país, contra denúncias de corrupção no governo.

25. Caberá acompanhar o debate, neste país, entre a preservação de economia ainda 70% centralmente planejada e a possibilidade de gradativa liberalização, com o emprego de práticas de mercado.

26. Sugiro, com ênfase, que, em 2019, seja realizada nova versão do Vulica Brasil, festival que aproxima, pela divulgação cultural, o Brasil da Belarus, com resultados favoráveis nas relações políticas e aumentam oportunidades de intercâmbio comercial e científico-tecnológico.

RELATÓRIO Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 101, de 2018 (nº 598, de 24 de outubro de 2018, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULO FERNANDO DIAS FERES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Belarus.*



Relator: Senador **JORGE VIANA**

Chega ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor PAULO FERNANDO DIAS FERES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Belarus.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

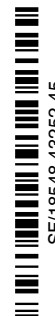
Filho de José Amim Feres e Eloisa Helena de Carvalho Dias Feres, o Senhor PAULO FERNANDO DIAS FERES nasceu em 14 de outubro de 1957.

Frequentou o curso de Direito pela Pontifícia Universidade Católica/RJ, tendo-o concluído em 1982. Já no Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1985; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1997; e o Curso de Altos Estudos em 2009, ocasião em que apresentou a tese “Os biocombustíveis na matriz energética alemã: possibilidades de cooperação com o Brasil”.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1986 e Segundo-Secretário em 1993. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1999, a Conselheiro em 2005 e a Ministro de Segunda Classe em 2009.

O currículo enviado pelo Itamaraty dá notícia de que o indicado serviu nas Embaixadas em Pretória (1991-94); Tóquio (1995-98); Berlim (2006-07); Santiago (2007-10); e Lisboa (2010-16). Em 2000, foi Chefe de Gabinete da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. No mesmo ano, assumiu a chefia da Divisão de Programas de Promoção Comercial, cargo em que permaneceu até 2006.

Atendendo às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado



SF/18548.43252-45

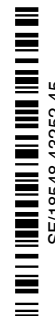
pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República de Belarus. Há informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos desse país, suas políticas interna e externa, e economia.

A República de Belarus conta com sistema político extremamente centralizado, sendo que o Presidente detém a prerrogativa de nomear todos os membros do Conselho de Ministros, bem como de dissolver o Congresso e designar os Governadores das províncias. O Legislativo, por sua vez, caracteriza-se como órgão de legitimação dos projetos do Executivo. Há, assim, pouco espaço para atuação da oposição.

Em termos de política externa, Belarus apresenta movimentos pendulares em relação à Rússia e o Ocidente, extraindo vantagens de um e outro.

As relações diplomáticas entre Brasil e Belarus foram estabelecidas em 1992. No entanto, a Embaixada de Belarus em Brasília foi aberta somente em 2010 e a Embaixada do Brasil em Minsk apenas no ano seguinte. Entre as visitas bilaterais de alto nível, destacam-se a visita do Chanceler Sergei Martynov, em 2004; do Presidente Aleksandr Lukashenko, em 2010; do vice-ministro dos negócios estrangeiros da Belarus, Evgeny Shestakov, e do vice-primeiro-ministro Anatoly Kalinin, ambas em 2017. No ano corrente, o Ministro de Estado da Justiça Torquato Jardim esteve em Belarus, ocasião em que foram assinados o Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal e o Memorando de Entendimento entre os respectivos ministérios da Justiça.

Convém ressaltar que Belarus adota posicionamento alinhado com o Brasil em grande parte dos temas perante organizações internacionais.



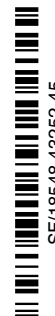
SF/18548.43252-45

O comércio bilateral apresenta déficit para o lado brasileiro, pois importamos grandes quantidades de cloreto de potássio, e exportamos, sobretudo, fumo, caixas de marchas para caminhões e açúcar. O Brasil é o principal parceiro de Belarus na América do Sul. No campo do intercâmbio comercial, chama, ainda, atenção a venda de aeronaves da Embraer para a Belavia, empresa aérea belarrussa.

Diante do exposto, os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação do Senhor Paulo Fernando Dias Feres ao cargo de Embaixador do Brasil na República de Belarus.

, Presidente

, Relator



SF/18548.43252-45